



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE
DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO**

LEONARDO DE DAVID MUHAMED ZAHRA

**A MARCHA PARA O PROGRESSO: ASPECTOS HISTÓRICOS DO
PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE FÁTIMA DO SUL (1950 A 1970)**

**LEONARDO DE DAVID MUHAMED ZAHRA
A MARCHA PARA O PROGRESSO: ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE FÁTIMA DO
SUL (1950 A 1970)**

**DOURADOS/MS
2025**

LEONARDO DE DAVID MUHAMED ZAHRA

**A MARCHA PARA O PROGRESSO: ASPECTOS HISTÓRICOS DO
PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE FÁTIMA DO SUL (1950 A 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Fronteiras, Identidades e Representações

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite

DOURADOS/MS
2025

Z19m Zahra, Leonardo De David Muhamed

A MARCHA PARA O PROGRESSO: : ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE FÁTIMA DO SUL (1950 A 1970) [recurso eletrônico] / Leonardo De David Muhamed Zahra. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Eudes Fernando Leite.

Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). 2. Fátima do Sul. 3. Trabalhador rural. 4. Modernização do campo.. 5. Memória. I. Leite, Eudes Fernando. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

LEONARDO DE DAVID MUHAMED ZAHRA

**A MARCHA PARA O PROGRESSO: ASPECTOS
HISTÓRICOS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE
FÁTIMA DO SUL (1950 A 1970)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 02 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente/Orientador: Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD)

1º Examinador: Leandro Baller (Dr., UFGD)

2º Examinador: Nilton Paulo Ponciano (Dr., IFAM)

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é compreender o processo de formação e transformação da região onde hoje se encontra a cidade de Fátima do Sul, MS, buscando analisar a colonização e o desenvolvimento da região, partindo da perspectiva de pessoas que viveram e trabalharam na região durante a colonização da segunda região da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A pesquisa se dará através de entrevistas com os colonizadores, documentos oficiais e fotografias, buscando analisar o processo histórico na referida região durante as décadas de 1950 a 1970. Haverá ainda a busca pelo diálogo entre a História Oral e outros tipos de fontes, como fotografias, periódicos impressos, além de decretos emanados pelo governo federal e outros documentos, que deverão se complementar para promover a construção historiográfica do processo de colonização e criação da CAND, em meados da década de 1940, passando pela emancipação de Fátima do Sul em 1963, chegando até a década de 1970, momento em que as práticas agrícolas sofrem grande modificação com a modernização da agricultura, gerando a redução da mão de obra necessária para se lavrar o campo. Esse fato desencadeia um novo êxodo populacional, dessa vez, inverso, onde tanto os colonos, como os trabalhadores rurais acabam vendendo suas terras e buscando novas oportunidades, seja nas cidades, em outras regiões rurais ou em novas fronteiras agrícolas.

Palavras-chave: Colônia Agrícola Nacional de Dourados; Fátima do Sul; Memória; Trabalhador rural; Modernização do campo.

ABSTRACT: The objective of this work is to understand the process of formation and transformation of the region where the city of Fátima do Sul, MS, is located today. The study aims to analyze the colonization and development of the area from the perspective of people who lived and worked there during the colonization of the second CAND region. The research will be conducted through interviews with the colonizers, official documents, and photographs, seeking to analyze the historical process in the region during the 1950s to 1970s. The study will also explore the dialogue between Oral History and other types of sources, such as letters, photographs, printed periodicals, and decrees issued by the federal government, among others, which should complement each other to promote the historiographical construction of the colonization process and the creation of the National Colony of Dourados (CAND) in the mid-1940s. This includes the emancipation of Fátima do Sul in 1963 and continues through the 1970s, a period when agricultural practices underwent significant changes due to the modernization of the countryside, leading to a reduction in the labor force needed for farming. This fact triggered a new population exodus, this time in reverse, with both colonists and rural workers selling their land and seeking new opportunities, whether in cities, other rural regions, or new agricultural frontiers.

Keywords: National Agricultural Colony of Dourados; Fátima do Sul; Memory; Rural worker; Modernization of the countryside.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASMT – Antigo Sul de Mato Grosso

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CML – Companhia Mate Larangeira

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NCD – Núcleo Colonial de Dourados

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SOMECO – Sociedade de Melhoramentos e Colonização S/A

TFPP – Território Federal de Ponta Porã

UDN – União Democrática Nacional

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: IMAGEM DA PROPAGANDA DA MARCHA PARA O OESTE.....	22
FIGURA 2: CARTAZ DO PROGRAMA MARCHA PARA O OESTE	24
FIGURA 3: ÁREA DE INFLUÊNCIA DA COMPANHIA MATE LARANJEIRA.....	31
FIGURA 4: MAPA DA ÁREA DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ NO SUL DO MT.....	34
FIGURA 5: MAPA DA CAND, MOSTRANDO A PRIMEIRA ZONA E A SEGUNDA ZONA.....	49
FIGURA 6: REPRESENTAÇÃO DE FÁTIMA DO SUL, EM JULHO DE 1975.....	130

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: GETÚLIO VARGAS EM PONTA PORÃ, NA FAZENDA PACURI, COM OFICIAIS, EM 1938.....	33
FOTOGRAFIA 2: GETÚLIO - DESFILE CÍVICO EM FÁTIMA DO SUL NA DÉCADA DE 1960	44
FOTOGRAFIA 3: DERRUBADA DE MATA PELOS COLONOS	55
FOTOGRAFIA 4: DERRUBADA DA MATA NA REGIÃO CENTRAL DE VILA BRASIL	56
FOTOGRAFIA 5: CASA ORIGINAL DA CAND.....	58
FOTOGRAFIA 6: CASA DE PAU A PIQUE.....	60
FOTOGRAFIA 7: CASA DE PAU A PIQUE NAS MARGENS DO RIO DOURADOS	60
FOTOGRAFIA 8: LOCAL DA ANTIGA BARRANCA E PORTO UBATUBA, ATUAL VILA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	62
FOTOGRAFIA 9: PRESIDENTE JOÃO GOULART ENTREGA TÍTULO DE TERRA A COLONO EM VILA BRASIL.....	68
FOTOGRAFIA 10: CAMINHÕES CARREGANDO TORAS NA DÉCADA DE 1950	73
FOTOGRAFIA 11: DERRUBADA DA MATA NA ÁREA ONDE SE ENCONTRA A PRAÇA CENTRAL DE FÁTIMA DO SUL	73
FOTOGRAFIA 12: CAMINHÃO CARREGADO COM TORAS.....	74
FOTOGRAFIA 13: FICHA DE LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA ADMINISTRAÇÃO DA CAND	77
FOTOGRAFIA 14: CAMINHÃO CARREGADO COM PARTE DA SAFRA DE AMENDOIM.....	80
FOTOGRAFIA 15: CARRO DE BOI TRANSPORTANDO AMENDOIM	80
FOTOGRAFIA 16: MUTIRÃO DE LIMPEZA NO MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL.....	83
FOTOGRAFIA 17: INAUGURAÇÃO DA PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO DOURADOS	91
FOTOGRAFIA 18: ESCOLA/CAPELA NOSSA SENHORA APARECIDA.....	97
FOTOGRAFIA 19: ESCOLA PAROQUIAL (DÉCADA DE 1960).....	99
FOTOGRAFIA 20: VISITA DO PRESIDENTE JOÃO GOULART (1963).....	100
FOTOGRAFIA 21: CHEGADAS DOS PRIMEIROS CANDIDATOS ELEITOS EM FÁTIMA DO SUL	115
FOTOGRAFIA 22: SEDE DA PREFEITURA DE VILA BRASIL/FÁTIMA DO SUL (ATUAL CÂMARA MUNICIPAL).....	118
FOTOGRAFIA 23: TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO DOURADOS, EM 1965.....	119
FOTOGRAFIA 24: INDÚSTRIA DE ÓLEO CIOBRAS	120
FOTOGRAFIA 25: CRIAÇÃO DA COMARCA DE FÁTIMA DO SUL EM “O PROGRESSO”	121
FOTOGRAFIA 26: PREFEITO MANFREDO, DE BICICLETA, VISTORIA A OBRA DA PRAÇA CENTRAL	123
FOTOGRAFIA 27: JORNAL O PROGRESSO	127
FOTOGRAFIA 28: SUBESTAÇÃO DE FÁTIMA DO SUL INAUGURADA EM 1973.....	132
FOTOGRAFIA 29: PREFEITO SÓCRATES CÂMARA (À ESQUERDA DO POSTE) NA INAUGURAÇÃO DA SUBESTAÇÃO	132
FOTOGRAFIA 30: ARADO DE FERRO	135
FOTOGRAFIA 31: AGRICULTORES POSAM PARA FOTO COM MAQUINÁRIO AGRÍCOLA	138
FOTOGRAFIA 32: IRMÃOS ALMIRO E HERMINDO DE DAVID	141
FOTOGRAFIA 33: PREFEITO SÓCRATES CÂMARA E PRESIDENTE ERNESTO GEISEL (TERNO ESCURO).....	146

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: VEREADORES ELEITOS	111
QUADRO 2: CANDIDATOS À PREFEITURA.....	115
QUADRO 3: VEREADORES ELEITOS	116
QUADRO 4: PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ANO DE 1974	147

SUMÁRIO

Introdução.....	13
A Marcha ao Oeste.....	18
1.1 Vargas e a noção de brasilidade na Marcha ao Oeste.....	24
1.2 A falácia do “espaço vazio”: a presença de indígenas na CAND	28
1.3 Companhia Mate Laranjeira	30
1.4 O Território Federal de Ponta Porã	32
1.5 O Projeto de colonização	36
1.6 A contribuição de Masuo Yasunaka para a memória fotográfica de Fátima do Sul.....	38
1.7 O conceito de progresso no contexto histórico de Fátima do Sul.....	40
CAPÍTULO 2.....	47
De Vila Brasil a Fátima do Sul: ocupação, trabalho e formação do espaço urbano	47
2.1. Marcando os lotes, derrubando a mata e construindo as casas	47
2.2. Vila Brasil: o maior núcleo urbano e a primeira cidade surgida da CAND	62
2.3 A importância das serrarias e madeireiras.....	69
2.4 Comércio, geadas, e problemas no escoamento da safra	74
2.6 Lazer.....	84
2.7 Religiosidade.....	85
2.8 Entre o sagrado e profano	88
CAPÍTULO 3.....	93
CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE FÁTIMA DO SUL	93
3.1 As instituições de ensino em Fátima do Sul	95
3.2 A política de Vila Brasil e o cenário nacional	105
3.3 Estruturação administrativa do município e as primeiras marcas de desenvolvimento	118
3.4 Território de Fátima do Sul.....	124
3.5 A chegada da energia elétrica	131
3.5 Modernização na agricultura	133
3.6 A chegada dos gaúchos ao então sul de Mato Grosso	138
3.7 A ditadura e os programas de desenvolvimento regional no sul de Mato Grosso...	141
3.8 Um programa para a região de Dourados: PRODEGRAN	143
3.9 As contradições do desenvolvimento: o êxodo rural na região de Fátima do Sul a partir da década de 1970	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
FONTES.....	152
REFERÊNCIAS	153

Introdução

As motivações que impulsionaram a realização deste trabalho são múltiplas e profundamente entrelaçadas com a minha própria trajetória pessoal e familiar. Sou filho de uma família de migrantes gaúchos, que deixaram a pequena cidade de Faxinal do Soturno, no Rio Grande do Sul, em busca de novas oportunidades na região de Fátima do Sul, na década de 1970. Nasci no Hospital Nazareno, uma instituição construída pelos meus tios, os doutores Hermindo e Almiro de David, que, assim como tantas outras famílias do Sul do Brasil, vieram para essa região movidos pela esperança de uma vida melhor.

Minha mãe, Jussara Aparecida de David, dedicou-se à educação por mais de 25 anos, atuando como professora de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino, especialmente nas escolas Senador Filinto Muller, Isabel Mesquita e Vicente Pallotti, além de lecionar na faculdade FIFASUL. Crescer em um ambiente onde a educação era valorizada e presente me influenciou profundamente, e assim segui os passos de minha mãe ao ingressar no curso de licenciatura em História pela UFGD.

Logo no primeiro semestre da graduação, tive meu primeiro contato com a História Oral por meio do professor Dr. Eudes Fernandes Leite, uma experiência que despertou meu interesse imediato pelo tema. Passei a me dedicar a leituras especializadas e a transcrição de entrevistas realizadas por ele, já pensando em fazer parte de um projeto de iniciação científica que, infelizmente, não se concretizou devido à necessidade de assumir um cargo na Polícia Militar, após aprovação em concurso público.

Sem a oportunidade de aprofundar minhas pesquisas na graduação, busquei suprir essa lacuna após concluir a faculdade e ingressar na carreira docente, vindo a realizar duas especializações: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, ambas focadas na área educacional. No entanto, sentia que algo ainda faltava para completar minha formação acadêmica: uma pesquisa de mestrado em história.

Esse projeto acabou sendo adiado e somente em 2023, durante o evento “Faculdades Abertas” na UFGD, acompanhando alunos da Escola Estadual Senador Filinto Muller, que reencontrei o professor Eudes e compartilhei com ele o desejo de ingressar no mestrado.

Mesmo sem um projeto definido, recebi seu apoio e orientação sobre os procedimentos para a inscrição e elaboração de um projeto. A dúvida principal era: qual

tema escolher? A resposta veio naturalmente. Decidi pesquisar sobre a cidade onde nasci e cresci, Fátima do Sul, buscando compreender melhor sua formação, as dinâmicas de sua colonização, suas transformações e as histórias de seus habitantes. Apesar de outros pesquisadores já terem escrito sobre Fátima do Sul, encontramos um campo fértil para novas investigações, e abordagens, dada a riqueza de suas memórias e a complexidade de sua formação.

Durante a fase de levantamento bibliográfico e documental, foi possível constatar a existência de trabalhos relevantes sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e sobre a região do antigo Sul de Mato Grosso.

Estudos como os de Benícia Couto Oliveira (1999), que analisa a política de colonização em Mato Grosso entre 1937 e 1945, e as dissertações de Claudete Soares de Andrade Santos (2007), sobre os colonos e a Igreja Católica na CAND, e de Nilton Paulo Ponciano (2006), que aborda o papel da Igreja Católica na organização socioespacial de Fátima do Sul, foram fundamentais para a contextualização e para a identificação de lacunas na historiografia regional.

A pesquisa de Suzana Batista Gonçalves Naglis (2007), que explora as memórias dos colonos da CAND, também se mostrou de grande valia, ao oferecer percepções novas sobre as experiências individuais e coletivas dos sujeitos históricos. Contudo, percebemos que, apesar da relevância desses estudos, ainda havia um vasto campo a ser explorado no que tange à história de Fátima do Sul, especialmente no que se refere à integração de diferentes tipos de fontes e à problematização de conceitos, como o de progresso, no contexto local.

A metodologia empregada nesta dissertação, prioriza a História Oral, compreendendo-a não apenas como uma técnica de coleta de dados, mas como um aporte teórico-metodológico que permite a construção de um conhecimento histórico mais plural e democrático. A partir dos pressupostos de autores como Marieta de Moraes Ferreira (2002) e Verena Alberti (2005), a História Oral é concebida como um campo de investigação que valoriza as narrativas dos sujeitos, suas memórias e suas interpretações sobre o passado, reconhecendo que estas são construções sociais e que, portanto, devem ser analisadas criticamente.

A seleção dos entrevistados foi realizada com base em critérios que visavam garantir a diversidade de experiências e perspectivas, buscando-se indivíduos que vivenciaram os diferentes momentos da formação de Fátima do Sul, desde os primeiros colonos até aqueles que testemunharam as transformações mais recentes.

As entrevistas foram conduzidas com o devido rigor ético, garantindo o consentimento informado dos participantes e a preservação de suas identidades, quando solicitado. O processo de transcrição e análise das entrevistas seguiu as diretrizes da História Oral, buscando identificar não apenas os fatos narrados, mas também os silêncios, as ênfases e as formas como as memórias são construídas e ressignificadas ao longo do tempo.

Além das fontes orais, esta pesquisa se valeu de um conjunto diversificado de fontes documentais e iconográficas. Os documentos oficiais, como decretos, leis e relatórios governamentais, foram consultados em arquivos públicos, permitindo a compreensão das políticas de colonização e das estruturas administrativas que regeram a ocupação da região.

Os periódicos impressos da época, como o Jornal O Progresso, revelaram-se fontes preciosas para a análise dos discursos veiculados sobre o desenvolvimento regional, a construção da ideia de progresso e a forma como os eventos eram noticiados e interpretados pela imprensa local. A análise desses jornais, pautada nas contribuições de autores como Tania Regina de Luca (2008), permitiu desvendar as intencionalidades por trás das narrativas jornalísticas e a sua função na construção de uma determinada visão de mundo.

O acervo fotográfico, em especial as imagens de Masuo Yasunaka, constitui um corpo documental de grande relevância. As fotografias, longe de serem meras ilustrações, são compreendidas como fontes históricas que, ao lado das narrativas orais e dos documentos escritos, contribuem para a reconstrução do passado.

A análise das fotografias, embasada em estudos como os de Boris Kossoy (2001), permitiu explorar a dimensão simbólica das imagens, a sua capacidade de registrar e, ao mesmo tempo, de construir realidades, revelando aspectos do cotidiano, das paisagens e das relações sociais que, de outra forma, poderiam permanecer invisíveis. A triangulação dessas diferentes tipologias de fontes – orais, escritas e iconográficas – é fundamental para a construção de uma análise historiográfica robusta e para a superação de visões unilaterais ou fragmentadas do passado.

Por fim, é imperativo ressaltar que a memória, embora rica em detalhes e emoções, nem sempre se alinha com a precisão cronológica dos fatos. As entrevistas revelaram que, para os sujeitos históricos, o tempo é frequentemente marcado por acontecimentos e eventos significativos, e não por datas exatas.

Essa característica da memória oral, que por vezes dificulta a reconstituição de uma cronologia linear, foi superada pela cuidadosa triangulação com as fontes documentais e iconográficas, que, com seus registros datados, permitiram ancorar as narrativas orais em um arcabouço temporal mais preciso. Essa interação entre diferentes temporalidades e formas de registro do passado enriquece a análise e permite uma compreensão mais profunda das experiências vividas pelos entrevistados.

Buscando analisar e compreender tais questões, esta dissertação foi organizada em três capítulos principais, cada qual desdobrando-se em seções que aprofundam os temas propostos. O primeiro capítulo, intitulado “A Marcha ao Oeste”, dedica-se a contextualizar o ambicioso projeto de interiorização do Brasil, impulsionado pelo Estado Novo durante o governo Getúlio Vargas.

Nele, analisaremos a ideologia por trás do projeto da “Marcha para o Oeste” e como os discursos falaciosos sobre os “espaços vazios” legitimaram a criação das oito Colônias Agrícolas Nacionais¹ no interior do Brasil. Para a delimitação do presente trabalho, nosso foco principal será a CAND, mais especificamente a ocupação da segunda zona da CAND, iniciada em 1953.

Além disso, serão abordadas a expressiva influência da Companhia Mate Laranjeira na ocupação e exploração econômica da região, bem como as transformações geopolíticas decorrentes da criação do Território Federal de Ponta Porã, que desempenhou papel crucial na concretização dos projetos governamentais de colonização e nacionalização das fronteiras.

Na sequência, apresentaremos uma breve síntese da trajetória de Masuo Yasunaka, fotógrafo que registrou o surgimento e o desenvolvimento de Fátima do Sul. Ao longo de mais de cinco décadas de atuação, construiu um valioso acervo que documenta tanto o cotidiano da cidade quanto seus principais eventos, tornando-se uma referência central para a memória visual do município.

Encerrando o primeiro capítulo, discutiremos o conceito de progresso no contexto histórico da região, analisando como essa ideia foi mobilizada pelos agentes do Estado, pelas frentes colonizadoras e pelas lideranças locais como elemento legitimador das transformações sociais, econômicas e culturais em curso.

¹ Decreto-lei nº. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, dispõe sobre a fundação das oito Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) nas cinco regiões do país: CANG-Goiás (GO), CANA-Bela Vista (AM), Barra do Corda (MA), CANP-Monte Alegre (PA), CANGO-General Osório (PR), CAND-Dourados (MS), CANPI-Oeiras (PI) e Jaíba (MG), entre os anos 1941 e 1948 (Brasil, 1941).

A noção de progresso, presente nos discursos oficiais, esteve associada à modernização, à civilização e ao desenvolvimento e influenciou profundamente a formação da mentalidade dos habitantes, moldando percepções sobre trabalho, território, identidade e pertencimento.

Conforme aponta José de Souza Martins (1994), o progresso, muitas vezes entendido como sinônimo de ruptura com o passado e superação do “atraso rural”, serviu como instrumento simbólico de integração das populações ao projeto nacional de modernização, mas também impôs tensões e exclusões. Angela de Castro Gomes (2005), por sua vez, destaca que esse ideal de progresso operava como um elemento articulador entre o projeto político do Estado e a construção de uma identidade nacional, sobretudo em áreas de fronteira, como é o caso do sul de Mato Grosso.

Dessa forma, a análise crítica desse conceito nos permite compreender como ele foi apropriado, ressignificado e internalizado pelos sujeitos locais ao longo do tempo, e como contribuiu para a consolidação de uma narrativa de desenvolvimento regional.

O segundo capítulo, “Construindo Sonhos, Plantando Esperança e Desenvolvendo a Comunidade”, aprofunda-se na trajetória do desenvolvimento de Fátima do Sul, desde a emblemática “invasão da segunda zona” da CAND e a consequente formação de Vila Brasil.

Esta seção explorará as dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, suas estratégias de colaboração e sociabilidade, e a complexa dinâmica social que emergiu nesse novo assentamento, marcado pela diversidade cultural e pela busca por um futuro melhor. Por fim, o terceiro capítulo, “Consolidação e Desenvolvimento de Fátima do Sul”, se propõe a examinar as profundas transformações econômicas, urbanísticas e sociais que ocorreram na região durante a década de 1970.

Será analisada a introdução de maquinário agrícola e a consequente redução da mão de obra no campo, fatores que culminaram em um novo e significativo êxodo populacional. Ao longo desses capítulos, buscaremos não apenas narrar os fatos históricos, mas também problematizar as construções discursivas, as contradições e os impactos socioambientais do processo de colonização, oferecendo uma análise crítica e abrangente da história de Fátima do Sul.

A presente dissertação, portanto, busca narrar a história de uma cidade e também refletir sobre as complexidades das experiências humanas e das forças que moldaram essa região.

CAPÍTULO I

A Marcha ao Oeste

“Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo, caminha para o oeste, realizando o seu imperialismo interno, palmo a palmo” (Ricardo, 1970, p.622).

O poeta e literato Cassiano Ricardo foi um dos mais importantes expoentes do movimento modernista brasileiro, e como defensor ferrenho de um líder forte nos moldes dos bandeirantes, foi um fiel apoiador de Getúlio Vargas, ocupando cargos importantes durante o Estado Novo (1937-1945), inclusive dirigindo a seção paulista do Departamento de Imprensa e Propaganda² (DIP), órgão encarregado do aparato de censura e da propaganda política oficial.

Em sua contribuição artística e política buscou um nacionalismo autenticamente brasileiro de inspiração nativista e autonomista. No livro “Marcha para Oeste – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil”, publicado em 1940, o autor sintetiza sua visão sobre a formação social do Brasil, explicando que esta se deu a partir do planalto paulista em direção ao sertão³ através das bandeiras.

Essa perspectiva histórica foi um contraponto importante em relação à obra Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, que entendeu o Brasil a partir da Zona da Mata nordestina. Enquanto Freyre parte da grande propriedade rural, escravista, monocultora e exportadora, para compreender a formação do Brasil, Cassiano Ricardo atribuiu a “gênese do Estado Brasileiro” ao bandeirismo de caráter independente, nômade, e cujo caldeirão étnico formado pela interação entre brancos, mamelucos, indígenas e negros teriam sido a primeira forma de democracia racial.

Ao avançar em direção ao centro do país, a Bandeira foi interpretada pelo escritor como uma antítese ao modelo colonizador europeu, que concentrou a população

² O Departamento de Imprensa e Propaganda era o órgão responsável pela divulgação dos projetos do governo, visando manipular a opinião pública em favor deste poder executivo. Entre suas atribuições estava a de controlar e exercer a propaganda do regime estabelecido.

³ Para Galetti, o Estado de Mato Grosso, em fins da década de 1920, ainda era identificado como um [...] “sertão”, lugar isolado das grandes cidades e, conseqüentemente, da “civilização”. Representado como um local com vias de comunicação e transporte precários, lenta dinâmica das atividades produtivas, local de pessoas rudes, imensos espaços não habitados pelo homem “civilizado” e sinais da presença de grupos indígenas (Galetti, 2000, p. 322). Ou seja, o termo “sertão” pode ser entendido como uma dicotomia sertão/litoral. Desta forma, Mato Grosso era considerado um local isolado, de difícil acesso, e cujos moradores seriam rudes e incivilizados em contraposição aos do sudeste brasileiro, considerados desenvolvidos e civilizados.

e as atividades econômicas na faixa litorânea, estruturando-se sobre uma lógica extrativista voltada para o comércio ultramarino.

No trecho abaixo, Cassiano crítica a herança deixada pela colonização portuguesa: um território dependente de sua borda litorânea e desarticulado internamente:

O ingurgitamento do litoral só é explicável como reminiscência da colonização de tipo costeiro, ao tempo em que o Brasil caranguejava pela orla das praias; ou pela ausência de um coração que, no centro do nosso corpo geográfico, levasse o sangue a circular pelo Brasil todo (Ricardo, 1970, p.622).

Essa análise explica que esse modelo de colonização não moldou apenas a ocupação do território, mas também a própria formação econômica e social do país, e dialoga com Sérgio Buarque de Holanda (2006), que observa que a colonização portuguesa no Brasil foi estruturada sobre uma lógica essencialmente extrativista, voltada para atender aos interesses do mercado europeu. Assim, consolidou-se um modelo de ocupação fragmentado, dependente do litoral e desarticulado do interior:

A colonização portuguesa no Brasil não visava à criação de um núcleo autônomo, mas se dirigia a um prolongamento do mercado europeu, uma empresa de exploração. O litoral se converteu, assim, na verdadeira sede da vida colonial, e o interior permaneceu durante muito tempo como uma vasta incógnita (Holanda, 2006, p. 31).

O território brasileiro se organizou durante séculos para atender aos interesses da metrópole portuguesa, concentrando as dinâmicas econômicas e sociais no litoral, enquanto o interior permanecia como um espaço marginalizado, invisibilizado ou classificado como “vazio”, à espera de ser integrado pelas forças da expansão territorial.

Essa temática é aprofundada por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009), que destaca que o território não é apenas uma realidade física e material, mas uma construção discursiva e simbólica, onde determinados espaços são representados como vazios, atrasados ou selvagens, para legitimar projetos de ocupação, dominação e exploração. Segundo o autor:

O território é também uma construção mental, uma invenção social, que depende de discursos, de representações, de formas de nomear, mapear e definir o que deve ser considerado centro, periferia, civilização ou atraso (Albuquerque Júnior, 2009, p. 29).

Complementando essa reflexão, Milton Santos (2001) aponta que a formação do território brasileiro sempre esteve subordinada a interesses externos e às dinâmicas da acumulação capitalista, que determinaram, de forma seletiva, quais espaços seriam valorizados e quais permaneceriam marginalizados. Nesse sentido, o interior só passa a ser incorporado quando adquire valor econômico e estratégico para o sistema capitalista:

O território é usado de forma seletiva, de acordo com as necessidades de acumulação. O desenvolvimento das partes não é simultâneo nem homogêneo: a expansão para o interior surge apenas quando esse espaço passa a ter valor para o sistema (Santos, 2001, p. 127).

Nesse contexto, observa-se que o interesse econômico foi o principal motor das expedições bandeirantes que, ao avançarem rumo ao interior em busca de metais preciosos, romperam com o sistema de capitanias hereditárias e, conseqüentemente, redesenharam os contornos impostos pelo Tratado de Tordesilhas. Esse movimento resultou na ampliação significativa do território brasileiro, muito além das fronteiras originalmente estabelecidas, consolidando um processo de expansão territorial diretamente articulado às demandas econômicas da época.

Cassiano Ricardo observou que a pequena propriedade rural de subsistência e policultora que se formou no interior do país, seguindo as rotas abertas pelos bandeirantes, se opôs ao modelo agroexportador, baseado na grande propriedade monocultora e na escravidão.

Essa nova organização social e econômica foi interpretada por Ricardo como uma das primeiras manifestações de autogoverno do povo brasileiro, levando-o a defender que o futuro do país dependeria de um projeto político de expansão rumo ao interior, tarefa que exigiria um “neobandeirismo”, ou seja, um renovado espírito de conquista e ocupação do Oeste, abandonando novamente o litoral em busca da riqueza do centro do país.

Estabeleceu-se a direção - e se o litoral continua sendo uma antítese do Oeste - é claro que os caminhos dos pioneiros terão sempre que ser retomados pra que a sociedade se desloque dos seus pontos de fixação litorânea rumo a hinterlândia que a espera, rica e deserta, como uma determinação histórica a espera de uma confirmação socioeconômica. (Ricardo, 1970, p.624).

A ocupação das regiões “vazias”⁴ ou “desertas” no norte e centro-oeste seria fator essencial para integrá-las aos grandes centros, e juntamente com a mudança da capital do Rio de Janeiro para o planalto central seriam essenciais para o desenvolvimento do país:

O coração do Brasil, até hoje fora do lugar, iria ser posto em seu lugar certo; em seu peito, como num organismo vivo [...] A nova capital será, no mínimo, como se disse há pouco, o coração que estava faltando ao peito do Brasil. Marco definitivo da marcha para Oeste, significará também o Brasil mais dentro de si mesmo, mais dono do seu destino, mais consciente da sua grandeza e do seu futuro (Ricardo, 1970, p.629).

Nessa metáfora, Brasília assume o papel de coração, órgão central do corpo humano, cuja função seria “bombear” o desenvolvimento para todas as partes do território nacional, por meio de redes rodoviárias, ferroviárias, aéreas e fluviais. A localização estratégica da nova capital visava não apenas à integração territorial, mas também à transferência simbólica do centro do poder, até então concentrado no litoral, para o centro geográfico do país, funcionando como um propulsor econômico e político para o Centro-Oeste e o Norte.

Percebe-se, assim, que Cassiano Ricardo tornou-se uma espécie de porta-voz do discurso ideológico do Estado Novo, atuando na legitimação simbólica da política de interiorização defendida por Vargas, através da Marcha para o Oeste, que conclamava a população a ocupar os chamados “vazios demográficos”, enaltecendo os migrantes como herdeiros do espírito bandeirante, dotados de uma suposta “desbravadora brasilidade”.

Todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante. [...] Ontem eram bandeirantes só os que partiam do Planalto e dos seus subfocos de irradiação; hoje são todos quantos tomam parte na nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos das regiões que pedem “novos bandeirantes equipados de nova técnica” para o seu melhor aproveitamento econômico e social. [...] No menor ato brasileiro haverá sempre o “sentido bandeirante”. É uma condição para que a terra possua o homem e este a possua. Na grandeza que aí

⁴ As expressões “vazio demográfico”, “sertões” e “região desértica” foram amplamente utilizadas para legitimar o avanço sobre áreas como as do sul do antigo Mato Grosso. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, “a ideia de que as terras do interior estavam desabitadas ou subutilizadas contribuiu para justificar políticas de ocupação e expansão, apagando a presença indígena e a diversidade dos modos de vida que ali existiam” (Almeida, 2010, p. 65). Essas denominações ignoravam deliberadamente a presença de povos indígenas e populações paraguaias, contribuindo para a construção de uma narrativa que justificava a ocupação estatal nesses territórios. Essa questão será aprofundada mais adiante.

está – quase nove milhões de quilômetros quadrados – o papel da bandeira é, ainda, uma imposição da vida a que o brasileiro não poderá fugir, para se realizar [...] (Ricardo, 1959, p. 391).

Figura 1: Imagem da propaganda da Marcha para o Oeste



Fonte: Livro: Marcha para Oeste – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil” (Ricardo, 1970).

Na gravura acima, retirada do livro de Cassiano, percebemos um traço preto que representa a delimitação do território brasileiro já “conquistado” e o sertão a ser desbravado. Identificamos que o desenho indica os migrantes indo para o interior do Brasil utilizando-se dos mais diversos meios de transportes, seja de caminhão, carro de boi, cavalo, trem, barco, avião, ou até mesmo a pé, como os antigos bandeirantes.

Sobre o tema, o senhor Expedito Martins de Moura, centenário, e um dos primeiros moradores da segunda zona da CAND, nos concedeu entrevista e relatou como se deu sua árdua jornada, saindo de Brejo Santo/CE até sua chegada na CAND, que durou vinte e oito dias: “Vim de trem, vim de ônibus, vim de caminhão, até quando eu cheguei aqui” (Expedito, 2024).

A construção simbólica do bandeirante como arquétipo do brasileiro que desbrava, ocupa e transforma o território, presente tanto no discurso de Cassiano Ricardo (1959) quanto nos discursos oficiais, revela-se como parte de um projeto

ideológico de nacionalização do território, que buscava legitimar a expansão para o interior sob a lógica do progresso, da civilização e da integração nacional.

Nesse discurso, ocupar, transformar e submeter o território não era apresentado apenas como uma estratégia econômica e geopolítica, mas também como um dever patriótico e civilizatório, profundamente vinculado à ideia de brasilidade.

No entanto, é fundamental destacar que essa narrativa, construída sobre o mito das bandeiras⁵, na qual o bandeirante é exaltado como herói, desbravador e agente civilizador, oculta os processos de violência e apropriação forçada de territórios de populações originárias e tradicionais.

A figura do bandeirante foi transformada, ao longo do século XX, em arquétipo do homem brasileiro empreendedor, valente e civilizador. Essa operação simbólica ocultou a violência, a escravidão indígena e a pilhagem, que foram centrais na atuação desses grupos.” (Albuquerque Júnior, 2009, p. 39).

Essa reinterpretação do passado reflete a ideia de que “a memória é uma construção social. Os grupos humanos constroem seus passados na medida em que lhes convém para justificar seus projetos presentes” (Le Goff, 1990, p. 15), revelando como narrativas históricas são moldadas para servir a interesses políticos e sociais específicos.

Tratou-se de uma construção simbólica que transformou atos de dominação e expropriação em gestos de bravura e patriotismo, legitimando, assim, os projetos de ocupação e expansão territorial sob a lógica do progresso e da integração nacional.

As pesquisas historiográficas contemporâneas já demonstraram que as bandeiras estiveram profundamente associadas à barbárie colonial, marcada pela captura de indígenas, pela destruição de aldeias e missões jesuíticas e pela consolidação da escravidão indígena no interior do território.

Contudo, não cabe a esta pesquisa se aprofundar num debate historiográfico sobre o papel das bandeiras ou sobre a obra de Cassiano Ricardo, destacando que optamos pela utilização da obra *Marcha para o Oeste* devido a sua profunda conexão com o discurso oficial do Estado Novo, configurando-se como uma fonte histórica de grande relevância para compreender a mentalidade nacionalista, desenvolvimentista e

⁵ O mito das bandeiras consolidou-se especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no contexto da construção dos discursos nacionalistas, da formação da identidade nacional e dos projetos de modernização do Brasil. Maria Regina Celestino de Almeida destaca que “o bandeirante foi alçado, sobretudo no início do século XX, à condição de herói nacional, símbolo do desbravamento e da formação territorial. Essa construção romantizada omitiu deliberadamente a violência contra indígenas e africanos, transformando caçadores de escravos em fundadores da pátria” (2010, p. 88).

colonialista do período, além de seu impacto direto na formulação e execução dos projetos de ocupação territorial, como a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

1.1 Vargas e a noção de brasilidade na Marcha ao Oeste

Figura 2: Cartaz do programa Marcha para o Oeste



Fonte: <https://memorialdademocracia.com.br/card/e-a-marcha-para-o-oeste#card-129>

Neste cartaz de propaganda oficial do governo, percebemos inúmeras semelhanças com a gravura do livro de Cassiano, onde a população litorânea migra em direção ao Oeste do país, tendo sua importância reforçada pela legenda, que coloca tal migração como peça central para a nação. Outro ponto que chama a atenção é a imagem de Vargas⁶ na figura, que se agiganta frente a nação, indicando a direção para se atingir o progresso.

Em Goiânia, no dia 8 de agosto de 1940, Getúlio Vargas discursou na Associação Cívica “Cruzada rumo ao Oeste”, defendendo a necessidade de ocupação dos vastos espaços despovoados do território nacional. Segundo ele, embora o Brasil

⁶ Poucos líderes souberam utilizar a propaganda tão eficazmente quanto Getúlio Vargas, que, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), promoveu habilmente sua imagem, contribuindo para a construção de sua figura carismática e populista.

constituísse uma unidade política, não possuía uma efetiva unidade econômica, comparando o país a um “arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios”. Essas “ilhas” correspondiam às regiões mais desenvolvidas e industrializadas, cercadas por extensos territórios interioranos, classificados como vazios demográficos.

A falta de densidade populacional e a ausência de medidas governamentais estruturantes impediam o desenvolvimento pleno do país. Neste discurso em Goiânia, Vargas afirmou que:

Deste modo, o programa de "Rumo ao Oeste" é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras (Vargas, 1940).

Esse discurso é marcado por um tom nacionalista, ufanista e integrador, e revela o quanto o projeto de integração nacional era central para seu projeto desenvolvimentista. Ao afirmar que o programa “Rumo ao Oeste” representava o “reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas”, não apenas resgata a simbologia das bandeiras, como também reinscreve essa lógica no contexto do Estado Novo, agora associada a um projeto de ocupação, controle e incorporação dos chamados “vazios demográficos”.

Observamos, na figura 02, o slogan “O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste”, que sintetiza o projeto ideológico por trás desse movimento, fator reforçado no discurso, quando definiu o programa como o “reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, os bandeirantes e dos sertanistas”, deixando evidente a intenção de equiparar os migrantes contemporâneos aos antigos bandeirantes.

Percebemos que o processo de expansão para o interior, iniciou-se no campo simbólico, onde buscou-se legitimar a expansão para o interior como uma continuidade histórica da formação da nacionalidade brasileira, visando reforçar a ideia de que ocupar, transformar e submeter os territórios “vazios” não seria apenas uma necessidade econômica e estratégica, mas também um dever patriótico e civilizatório.

Segundo Albuquerque Júnior (2009), os discursos sobre desenvolvimento e modernização estão longe de serem neutros, pois operam como um dispositivo de poder, capaz de produzir territórios, identidades e sujeitos.

Ao mesmo tempo, esse discurso atua de forma a ocultar práticas de expropriação, apagamento e subalternização de grupos que não se enquadram no projeto de nação imposto, reforçando processos de dominação simbólica e material. Nas palavras do autor:

Quando se constrói um discurso sobre o atraso de uma região, quando se define um espaço como carente, como vazio ou como problema, se está produzindo uma tecnologia de poder, uma forma de governar e controlar esse espaço e os sujeitos que nele vivem (Albuquerque Júnior, 2009, p. 35).

Essa lógica está diretamente relacionada ao que o próprio autor conceitua como “construção discursiva do território” e das identidades regionais no Brasil. Nomear determinados espaços como “vazios”, “selva” ou “desertos” não se trata de uma descrição neutra da realidade, mas sim de uma estratégia simbólica de produção de sentidos, cujo objetivo é naturalizar projetos de ocupação, dominação e controle, enquanto apaga a presença, os modos de vida e os saberes de povos indígenas, comunidades tradicionais e outros grupos historicamente presentes nesses territórios.

Para tanto, essa lógica discursiva, que transforma o território em objeto de poder e de intervenção, não permaneceu apenas no campo das representações simbólicas, mas se concretizou em projetos estatais muito bem definidos, como é o caso da política da Marcha para o Oeste, lançada em 1937 durante o Estado Novo. Esse projeto foi a tradução material do discurso que construía o interior como vazio, atrasado e à espera de civilização. Sobre a Marcha para o Oeste, Naglis explica que:

Em meio ao autoritarismo do Estado Novo surge a política desenvolvimentista, denominada “Marcha para o Oeste”, que tinha como objetivo ocupar os espaços considerados vazios, povoar as regiões fronteiriças do país, e promover a integração dos estados brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Centro Oeste do país. É importante ressaltar que a Marcha para o Oeste tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras, através da expansão agrícola e da colonização do interior. Tinha-se em vista a segurança nacional e a ocupação estratégica das fronteiras (Naglis, 2007, p. 27).

Além da preocupação territorial e estratégica, o discurso da Marcha para o Oeste também estava relacionado à tentativa de resolver tensões sociais decorrentes do crescimento populacional desordenado nas capitais, da pressão sobre a terra e das desigualdades regionais. A expansão das fronteiras agrícolas surgia como uma solução para a redução dos conflitos urbanos e rurais, além de gerar oportunidades para escoamento do excedente populacional, sem a necessidade de promover reformas estruturais mais profundas, como a reforma agrária.

Nesse sentido, a análise de Rogério Ribeiro Antônio (2015), ao estudar a atuação da Sociedade de Melhoramentos e Colonização S/A (SOMECO) no município de Ivinhema (MS), é bastante elucidativa:

A política de colonização adotada no Estado Novo conciliou impasses entre interesses do capital internacional e grupos defensores da reforma agrária. A Marcha para Oeste se inseria numa proposta de resolver a questão da defesa das fronteiras, escoando o excesso populacional das grandes cidades e partes da região nordeste, onde haviam conflitos pela posse da terra. Tinha-se como projeção diminuir problemas sociais e garantir a posse da propriedade aos latifundiários, uma vez que, não seria preciso promover uma mudança na estrutura fundiária nas regiões de maiores conflitos, pois os trabalhadores que lutavam por terras seriam direcionados para a colonização dirigida. A proposta de colonização atendia a expectativa da expansão do capital (Antônio, 2015, p. 29-30).

Além dos objetivos já mencionados, a expansão para o oeste e o estímulo à migração da população mais pobre para as novas áreas de colonização atendiam aos interesses das elites agrárias e urbanas. Essa política territorial funcionava como uma válvula de escape para as tensões sociais do campo, promovendo o deslocamento dos conflitos sem, contudo, modificar a estrutura fundiária ou ameaçar os privilégios dos grupos dominantes, ao mesmo tempo em que contribuía para aliviar a pressão demográfica sobre os grandes centros urbanos

Como observa Antônio (2015, p. 24), “para desviar o foco e apaziguar os conflitos no meio rural, o processo de colonização foi, a sua medida, uma proposta para amenizar o ímpeto pela reforma agrária.” A colonização interiorana, portanto, operava como uma estratégia de contenção social disfarçada de política desenvolvimentista.

Nesse contexto, a reflexão de Milton Santos contribui para desvelar os aspectos ideológicos desses processos, ao afirmar:

A produção do espaço é uma produção da sociedade, feita de forma desigual, e destinada a reforçar as desigualdades. O espaço é usado como instrumento de poder, de dominação e de controle. E, frequentemente, os discursos sobre desenvolvimento servem como máscara para disfarçar os processos de exclusão (Santos, 2001, p. 45).

Portanto, compreender a Marcha para o Oeste exige ir além do discurso oficial, que a apresentou como um projeto de desenvolvimento, integração nacional e civilização. Na realidade, esse processo esteve profundamente vinculado às demandas do sistema capitalista, que via no interior do país uma dupla função estratégica: de um lado, transformar essas regiões em frentes produtivas agrícolas, voltadas para o abastecimento dos grandes centros urbanos industrializados; de outro, expandir o mercado consumidor para as indústrias do Sudeste, especialmente de São Paulo.

Ao ocupar e integrar o interior, buscava-se, portanto, não apenas a proteção das fronteiras e a integração territorial, mas principalmente atender às exigências do capital, promovendo a expansão da fronteira agrícola e gerando novos circuitos de consumo e produção.

Esse movimento, no entanto, não ocorreu sem custos sociais e ambientais. Como bem observa Warren Dean (1996, p. 15), “o progresso no Brasil sempre significou, quase invariavelmente, o corte de florestas, a expulsão de populações nativas e a substituição da biodiversidade por monoculturas”. Assim, a Marcha para o Oeste, legitimada nos discursos de ocupação dos “vazios demográficos”, não apenas consolidou a ocupação desses territórios, mas também resultou na reprodução de desigualdades históricas, na devastação ambiental e na manutenção de estruturas de poder.

Mais do que um projeto de desenvolvimento, a Marcha para o Oeste foi, essencialmente, um projeto de poder, sustentado por narrativas que transformaram processos de dominação, expropriação e apagamento de sujeitos, em símbolos de progresso, civilização e modernidade.

1.2 A falácia do “espaço vazio”: a presença de indígenas na CAND

A respeito dessa colonização, faz-se necessário destacar a presença de povos indígenas na região da CAND, o que faz cair por terra a versão oficial do governo federal de que as terras da colônia se constituíam em espaços vazios. As pesquisas

realizadas por Naglis (2007) e Menezes (2012), mencionam a presença dos Kaiowá no Panambi, região da primeira zona.

A historiadora e antropóloga Graciela Chamorro aprofundou essa questão ao publicar estudos referentes à história dos Kaiowá em Mato Grosso do Sul, por meio dos livros: *Panambizinho: lugar de cantos, danças, rezas e rituais kaiowá* (2017), e da obra organizada juntamente com a historiadora Isabelle Combès: *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais* (2018).

Graciela Chamorro (2017), explicou que, em meados de 1941 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) afetou consideravelmente os Kaiowá do *Ka'aguyrusu*, que foram expulsos de suas terras e levados para as reservas demarcadas em Dourados: Panambi e Panambizinho⁷.

Já a pesquisa de Nathália Faria Ribeiro, publicada no livro *Práticas de pesquisa em movimento: experiências do bacharelado em História da UFGD* (2021), ao tratar da história do distrito de Culturama (Fátima do Sul), traz à tona, por meio de entrevista com antigos moradores daquela localidade, o fato de haver indígenas naquela região, que constituía a segunda zona da CAND.

Realidade também presente em Vila Brasil, conforme relatado pelo radialista Wilson Gonçalves (entrevista 02), que chegou na segunda zona em 1952, e em entrevista nos relatou que: “(...) tinha os paraguaios e os índios. Mamãe mandava ficar longe, era pra gente ter cuidado... Ela tinha medo”.

Desta forma, podemos perceber que a retórica dos “espaços vazios” presentes na obra de Cassiano Ricardo, nas propagandas do Estado Novo e nos discursos de Vargas, desconsiderava intencionalmente a presença de indígenas, paraguaios e outros grupos que historicamente habitavam a região.

Sobre esse mecanismo de construção simbólica, é pertinente retomar a análise de Albuquerque Júnior (2009), que destaca como a definição de uma região como “atrasada”, “carente” ou “vazia” opera como uma estratégia discursiva de dominação.

Ao atribuir esses rótulos, apaga-se deliberadamente a presença histórica e cultural dos sujeitos que habitam esses espaços, legitimando, assim, a apropriação territorial e a subordinação dessas populações. Trata-se de um processo de silenciamento simbólico, no qual o discurso oficial reconfigura o território a partir das lógicas do poder e da exclusão.

⁷ No dia 27 de outubro de 2004, após um processo judicial que se arrastou por anos, o então presidente Lula (PT) assinou o Decreto que homologou a demarcação das terras da aldeia Panambizinho.

Nessa perspectiva, a historiadora Graciela Chamorro, assim como outros pesquisadores que se dedicam ao estudo das populações indígenas na área da CAND, tem desempenhado um papel fundamental ao revelar a presença, a resistência e a importância dessas comunidades. Essas pesquisas rompem com a lógica tradicional de produção historiográfica, criticada por Michel Foucault 2003: “A história, por muito tempo, foi a história dos soberanos. A história dos vencidos, dos humilhados, dos marginalizados, permaneceu relegada ao silêncio” (Foucault, 2003, p. 62).

Dessa maneira, torna-se evidente que a definição desses espaços como “vazios”, não pode ser entendido como uma constatação neutra ou um simples equívoco decorrente da desinformação. Ao contrário, ela esteve diretamente vinculada a um projeto político, social e econômico, profundamente alinhado às lógicas capitalistas e desenvolvimentistas da época.

Tratou-se, portanto, de uma estratégia discursiva intencional que buscou legitimar processos de ocupação não indígena, apagamento e subordinação, silenciando a história e a presença dos povos indígenas, das populações tradicionais e de outros grupos que não se encaixavam no modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado.

1.3 Companhia Mate Laranjeira

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o senhor Tomás Laranjeira, que trabalhava fornecendo víveres ao exército brasileiro, percebeu o potencial econômico que a exploração dos ervais nativos ao sul do Mato Grosso poderia proporcionar. Ao término da guerra, usou sua influência política para conseguir junto ao estado, vultosas concessões para a exploração desses ervais. Em 1882, com sede no Rio de Janeiro, Laranjeira criou a Companhia Mate Laranjeira (CML).

No desempenho do cargo de fornecedor de víveres, Thomáz Laranjeira avançou para a região de domínio da erva-mate, que não estava sendo explorada com fins econômicos. Como homem de negócios, lançou a ideia de explorar e industrializar os ervais nativos da região, iniciando, em 1878, um empreendimento industrial ervateiro. O negócio prosperou e, em 1882, Thomáz Laranjeira oficializou sua atividade pedindo ao governo da Província de Mato Grosso autorização para comercializar os ervais nativos na fronteira com o Paraguai (Guedes, 2011).

Para o pesquisador Walter Guedes (2011), destacam-se três aspectos que foram determinantes para o sucesso econômico da CML: “associação do Estado ao capital

argentinos, e pela forte presença de imigrantes paraguaios, ainda era vista como um empecilho para a entrada de migrantes, o que dificultava sua colonização.

A forma encontrada para desestruturar a Companhia Mate Laranjeira foi a criação do Território Federal de Ponta Porã, na região onde predominava seu campo de atuação, ou seja, o sul do antigo Mato Grosso. Dessa forma, o Governo Federal federalizou as terras da região, passando para sua área de influência, fator necessário para a posterior criação da CAND, tendo como objetivo final, o povoamento de uma região de fronteira delicada, que durante a Guerra do Paraguai foi invadida pelo país vizinho sem muitas dificuldades.

Sobre a criação do referido Território Federal, Benícia Couto de Oliveira (2013) explica que:

O governo Vargas agiu, autoritariamente, por meio do Decreto-Lei n.5.812 de 13 de setembro de 1943⁹, que criou o Território Federal de Ponta Porã, desmembrando do Estado de Mato Grosso a área da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, vinculando a referida área à União. Com essa medida, as terras até então controladas pela Matte foram liberadas e pelo Decreto-Lei n. 5.941 de 13 de setembro de 1943 foi criada a Colônia Agrícola Federal de Dourados (CAND) (Oliveira, 2013, p.14).

A criação do Território Federal de Ponta Porã, numa região que sofria grande influência da CMT, possibilita que o governo federal fortaleça sua atuação na região, e permite a implantação do projeto que visava colonizar e desenvolver aquela área.

1.4 O Território Federal de Ponta Porã

A fotografia abaixo registra a visita de Getúlio Vargas a Ponta Porã, em 1938, ocasião em que o então presidente conheceu de perto uma região de fronteira considerada estratégica e, ao mesmo tempo, delicada do ponto de vista geopolítico. Desde o fim da Guerra do Paraguai (1864 - 1870), essa faixa fronteira tornou-se motivo de constante preocupação por parte do Exército Brasileiro.

O temor não se restringia apenas a eventuais conflitos armados, mas incluía também a escassa presença populacional, que, aos olhos das autoridades militares e do governo central, comprometia a capacidade defensiva e de integração do território nacional. A baixa densidade demográfica era vista como uma vulnerabilidade, pois

⁹ Além de Ponta Porã, Decreto-Lei n.5.812 de 13 de setembro de 1943, também criou territórios federais em Iguazu, Amapá, Rio Branco e Guaporé.

dificultava o estabelecimento efetivo da soberania brasileira sobre a região, especialmente diante da proximidade com o Paraguai e das frequentes tensões diplomáticas e econômicas.

Fotografia 1: Getúlio Vargas em Ponta Porã, na fazenda Pacuri, com oficiais, em 1938

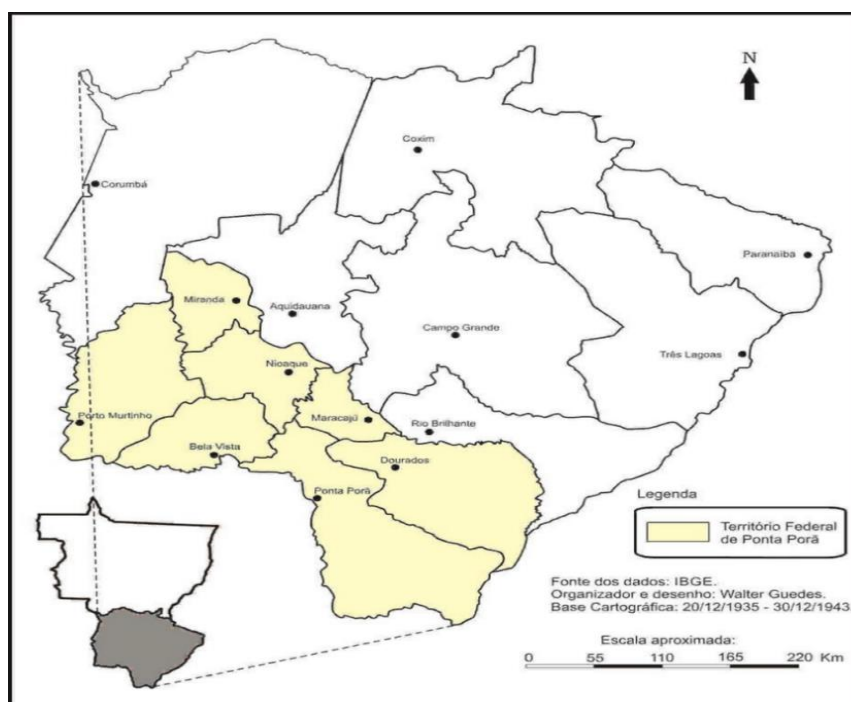


Fonte: <http://www.identidade85.com/2013/02/o-territorio-federal-de-ponta-pora.html>
Acesso em: 13 abr. 2024.

Utilizando o argumento da segurança nacional e da necessidade de maior controle sobre áreas consideradas "vazias" e vulneráveis, Getúlio Vargas criou, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o Território Federal de Ponta Porã (TFPP). A nova divisão administrativa incluiu os municípios de Ponta Porã (sede), Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho, todos localizados no sul do então estado de Mato Grosso.

A medida fazia parte de uma política mais ampla de interiorização e nacionalização das fronteiras, articulada ao projeto autoritário e centralizador do Estado Novo, que visava fortalecer a presença do Estado em regiões periféricas e integrar o território nacional.

Figura 4: Mapa da área do Território Federal de Ponta Porã no Sul do MT



Fonte: Walter Guedes (2011)

Ao analisar esse mapa e compará-lo com o domínio anterior da Companhia Mate Laranjeira (CML), percebe-se claramente que, além do discurso de segurança, havia também uma intenção política e econômica de enfraquecer o poder da companhia, que, na prática, funcionava como um “estado dentro do Estado”, representando um obstáculo histórico à efetivação dos projetos de colonização e ocupação da região.

Visando promover o desenvolvimento de uma região, a criação do TFPP pode ser observada como um dos raros momentos na história do Brasil, onde o poder público contrariou o interesse de grupos dominantes. Ao implantar o projeto de federalização de território, foi possível reduzir o poder que a CML representava na região, e retirar os entraves impeditivos da colonização.

Esse cenário dialoga diretamente com a análise do geógrafo Manuel Correia de Andrade (1980), na obra “A questão do território no Brasil”, quando este afirma que o latifúndio se configura como um dos principais agentes de bloqueio do desenvolvimento econômico e social do Brasil, funcionando como uma estrutura que precisa produzir miséria para muitos, a fim de garantir a acumulação de riqueza para poucos, especialmente para empresas transnacionais que exploram os recursos locais e encaminham seus lucros para os países de origem.

Além disso, os Territórios Federais foram pensados como instrumentos de ação direta do Estado brasileiro para ocupar áreas de baixa densidade populacional, administrando seus recursos naturais, consolidando a soberania e implantando núcleos populacionais incentivados pelo poder central, levando, segundo a lógica da época, a “civilização” às regiões consideradas periféricas ou atrasadas.

Essa estratégia, como destaca Andrade (1986), já estava prevista desde a Constituição de 1937, que, no artigo 6º, determinava: A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada por lei especial” (Andrade, 1986, p. 21).

Entretanto, com o fim do Estado Novo, em 1945, e a redemocratização do país, surgem movimentos regionais contrários à manutenção dos territórios federais, sobretudo vindos de políticos do Paraná, Mato Grosso e Santa Catarina. Esses grupos articularam-se para pressionar pela extinção dos territórios de Iguaçu e de Ponta Porã, o que culminou na Emenda Constitucional de 1946, apresentada pelo político paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto, que qualificou os territórios como um “absurdo monstruoso”, defendendo que sua extinção favoreceria, e não prejudicaria, o desenvolvimento da região (Priori, 2012, p. 71).

Diante desse cenário, cabe levantar questionamentos sobre os reais interesses que sustentaram tanto a criação quanto a extinção do Território Federal de Ponta Porã. Se, por um lado, na década de 1930, Getúlio Vargas não atendeu à demanda por divisão do Estado de Mato Grosso, o que, segundo Bittar (1999, p. 121), poderia ser interpretado como uma possível “vingança pela adesão de Campo Grande ao levante paulista de 1932”, seria possível pensar que a criação do TFPP também representava uma forma de revanchismo de Vargas contra a Companhia Mate Laranjeira, que possuía histórico de conflitos com os colonos gaúchos instalados na região?

Essa hipótese ganha ainda mais sentido quando se observa que a federalização rompe, mesmo que temporariamente, com o controle oligárquico exercido pela CML, criando as condições para viabilizar projetos de colonização, ocupação e incorporação econômica da região, alinhados ao ideário da Marcha para o Oeste e ao projeto de nacionalização das fronteiras.

A seguir, veremos como se deu a efetivação do projeto de colonização, através da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

1.5 O Projeto de colonização

Anteriormente, verificamos que antes de implantar o projeto de colonização, foi necessário pensar e justificar a interiorização do país, através da proposta da Marcha para o Oeste. Posteriormente, no SMT, houve a necessidade da criação de Território Federal de Ponta Porã, que passou a ser administrada diretamente pelo Governo Federal, cujo objetivo principal era a “‘nacionalização’ das extensas fronteiras sul-mato-grossenses com a Bolívia e, sobretudo, com o Paraguai” (Queiroz, 2008, p. 58).

A definição que utilizaremos para explicar o termo “colonizar”, será a do jurista Raymundo Laranjeira:

[...] colonizar é o ato de ocupar o território, de modo racional. Colonização é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para a exploração econômica do solo. Colônia é o resultado desse procedimento, como um conjunto de glebas, onde as pessoas possam desenvolver suas atividades (Laranjeira, 1983, p.4).

Para promover a implantação das colônias nacionais, não bastava difundir as ideias e fazer propaganda, foi necessária a criação de uma série de leis que definissem a forma como o projeto seria elaborado. Dentro do arcabouço jurídico criado para a implantação do projeto das CANs, podemos destacar o decreto-lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais, trouxe as definições de como deveriam ser implantadas as CANs, inclusive definindo o tamanho dos lotes entre 20 a 50 hectares, e a área de reserva florestal não inferior a 25%, mostrando uma preocupação com a preservação ambiental.

O art. 20 do decreto-lei acima citado, menciona ainda algumas obrigações que deveriam ser obedecidas para a concessão dos lotes: ser cidadão brasileiro¹⁰, maior de 18 anos, que não possuísse propriedade rural, reconhecidamente pobres, com aptidão aos trabalhos da agricultura e que se comprometam a residir no lote que lhes for concedido.

Já o artigo 24, apresenta os casos de exclusão do lote para os colonos que: A) deixar de cultivar o lote dentro dos prazos estabelecidos; B) explorar as matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento; e C) Por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia.

¹⁰ O inciso 1º, do art. 20 do decreto nº 3.059, trouxe a possibilidade de pessoas estrangeiras conseguirem lotes: “Excepcionalmente, poderão ser concedidos lotes a agricultores estrangeiros qualificados que, por seus conhecimentos especiais dos trabalhos agrícolas, possam servir como exemplo e estímulo aos nacionais”.

O decreto ainda garantia: uma residência ao migrante e sua família; semente e material agrário para o cultivo; no primeiro ano de plantio empréstimos de máquinas, instrumentos agrícolas e animais de trabalho; educação agrícola aos filhos dos camponeses; postos de monta com reprodutores selecionados para a qualidade do rebanho que viria a se formar; assistência médica e farmacêutica; e, finalmente, cooperativa para produção e venda dos bens produzidos. Outro detalhe importante foi a proibição da venda, hipoteca, transferência, permutação ou alienação, conforme registra a pesquisadora Benicia Couto de Oliveira (1999).

Ainda sobre o tema, em 30 de novembro de 1964, foi criada a lei nº. 4.504, conhecida como Estatuto da Terra, que definiu colonização como sendo “toda atividade oficial ou particular” destinada “a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativa”.

Complementando o Estatuto da Terra, o então presidente Castelo Branco sancionou o decreto nº. 59.428 de 1966, que trouxe o entendimento de que colonização é “toda atividade oficial ou particular, destinada a dar acesso à propriedade da terra” promovendo o aproveitamento econômico, “mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas” (Brasil, 1966).

Podemos perceber que esse decreto trouxe a possibilidade de empreendimento particulares promoverem a colonização, o que de fato ocorreu em várias cidades, como exemplo podemos citar o caso de Ivinhema, MS, onde a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO) adquiriu terras e promoveu a formação do município de Ivinhema.

Dessa forma, percebemos que o projeto de colonizar o interior do Brasil, através do projeto da “marcha para o Oeste” foi se modificando ao longo do tempo e de acordo com o projeto do grupo político então no poder. No início, a empreitada teve caráter estatal, com a doação de terras, e auxílio aos colonos, já no final, o governo descontinua o auxílio aos colonos, e abre a possibilidade de iniciativas privadas conduzirem a colonização da região, através da venda de lotes.

Outra característica observada foi a importância do TFPP, que trouxe a administração federal para a região, enfraquecendo o domínio que a CML exercia no setor, e possibilitando a implantação da colonização na região.

Dessa forma, percebemos a complexa trajetória que permitiu a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, em especial a CAND, que iniciou-se em discursos oficiais e propagandas para atrair colonos, passando em seguida para a criação de leis e ao enfraquecimento da Cia Mate Laranjeira, através do fim da concessão de terras e da criação do Território Federal de Ponta Porã.

Partindo dessa perspectiva, iniciaremos o estudo sobre o surgimento da cidade de Fátima do Sul, pioneira entre as cidades formadas a partir da ação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). No que se refere às fontes históricas, Fátima do Sul apresenta um diferencial significativo que esta pesquisa se propõe a explorar: a vasta e valiosa obra fotográfica de Masuo Yasunaka.

Nos tópicos seguintes, analisaremos a relevância desse acervo, destacando como o talento, a sensibilidade estética e o olhar atento de Yasunaka permitiram registrar, por meio das lentes de sua câmera fotográfica, o cotidiano da cidade e suas transformações sociais, urbanas e culturais ao longo de mais de quatro décadas. Seu trabalho constitui, assim, uma fonte iconográfica ímpar para a compreensão do processo de formação e consolidação de Fátima do Sul.

1.6 A contribuição de Masuo Yasunaka para a memória fotográfica de Fátima do Sul

Masuo Yasunaka nasceu em 29 de fevereiro de 1920, na ilha de Hokkaido, no Japão. Proveniente de uma família de agricultores, era o filho caçula de sete irmãos. Ainda durante a gestação de sua mãe, seu pai faleceu, razão pela qual foi criado sob os cuidados maternos e dos irmãos mais velhos. Desde jovem, demonstrou pouco interesse pelas atividades rurais, manifestando uma inclinação pelas artes visuais, em especial pela fotografia.

Essa aptidão levou a família a encaminhá-lo, ainda na adolescência, para a casa de um tio paterno, fotógrafo profissional, residente em uma cidade próxima, também em Hokkaido. Sob sua orientação, iniciou-se na fotografia e, aos 15 anos de idade, já exercia profissionalmente a atividade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, foi convocado pelo exército japonês, atuando como soldado enfermeiro na cavalaria, na base militar da Manchúria.

Com o fim do conflito e as dificuldades econômicas do Japão no período pós-guerra, Yasunaka e sua esposa, Teiko, decidiram migrar para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Naquele momento, o casal já possuía duas filhas, Mitsue e Nobuko.

A família embarcou no navio Brazil Maru e desembarcou no porto de Santos (SP) no início de 1956. De lá, seguiram para Bauru e, posteriormente, utilizaram a estrada de ferro Noroeste do Brasil, para chegar até Itahum, distrito de Dourados, no então estado de Mato Grosso. Na região, foram acolhidos por familiares e conhecidos da colônia japonesa local, estabelecendo-se inicialmente em um sítio nos limites das vilas Vicentina e Vila Brasil, esta última pertencente ao município de Dourados.

Ainda em 1956, Masuo Yasunaka adquiriu um terreno na via principal da Vila Brasil, onde instalou o primeiro estúdio fotográfico da localidade, denominado Foto Estrela. No início, devido à inexistência de energia elétrica na região, utilizava métodos improvisados para a revelação de fotografias, como a luz solar e, posteriormente, um gerador emprestado por um comerciante local. Em seguida, adquiriu seu próprio equipamento, o que permitiu a consolidação de seu trabalho.

Ao longo das décadas seguintes, Yasunaka documentou, por meio da fotografia, diversos eventos públicos e privados, bem como aspectos cotidianos da formação e do desenvolvimento urbano e social de Vila Brasil, posteriormente emancipada como município de Fátima do Sul. Seu acervo inclui registros de cerimônias religiosas, eventos políticos, construções públicas, atividades comerciais, escolares e até registros de natureza policial, refletindo o papel central que a fotografia exercia como instrumento de documentação em contextos de escassez de recursos técnicos.

Além de seu ofício como fotógrafo, sua trajetória foi reconhecida por meio de diversas homenagens. Recebeu o título de Cidadão Fatimassulense em 1995, a Comenda do Mérito Legislativo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul em 2001, e foi um dos cem imigrantes japoneses homenageados no Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, em 2008.

Em 2009, aos 89 anos de idade, veio a falecer na cidade de São Paulo. No mesmo ano, sua família realizou a doação de seu acervo fotográfico para um grupo de pesquisadores e professores de Fátima do Sul, com o objetivo de preservar a memória histórica da cidade.

A obra deixada por Yasunaka não apenas complementa as fontes históricas levantadas nesta dissertação, mas constitui fonte que materializa a memória coletiva e permite um diálogo direto entre passado e presente da região.

Segundo Vidal e Abdala (2005):

Apreciar uma fotografia é sempre um momento de prazer. Um deleite que não se resume à contemplação de pessoas ou lugares que conhecemos e que nos trazem à recordação aspectos de nosso passado. Várias vezes nos vemos tomados pelo prazer de vaguear o olhar em imagens que não possuem qualquer marca de nossa presença, como fotografias de uma festa da qual não participamos ou retratos de lugares pelos quais jamais passamos. Em nossa sociedade ocular (centrada nos apelos da visão e da visibilidade), a fotografia exerce uma poderosa atração sobre aqueles que a miram (Vidal e Abdala, 2005, p. 178).

O acervo deixado por Masuo Yasunaka constitui hoje uma das mais importantes fontes documentais para o estudo da formação social, econômica e urbana, possuindo um relevante valor histórico e cultural do município de Fátima do Sul. Sua obra ultrapassa o valor estético da imagem, funcionando como uma verdadeira narrativa visual do processo de colonização da região. Cada fotografia carrega em si a densidade de um tempo histórico específico, permitindo que novas gerações acessem, compreendam e reflitam sobre o passado que moldou a identidade local.

1.7 O conceito de progresso no contexto histórico de Fátima do Sul

O conceito de progresso utilizado nessa dissertação deve ser explicado a partir da óptica do positivismo, corrente filosófica que aparece sintetizada na expressão presente na bandeira do Brasil: "Ordem e Progresso". Esse lema, inspirado no pensamento do filósofo francês Auguste Comte, fundador do Positivismo, articula duas ideias centrais para a construção do projeto de nação brasileira no final do século XIX e início do século XX: a necessidade de ordem social como pré-requisito para o avanço econômico, científico e tecnológico, ou seja, para o progresso.

Essa noção de progresso foi um dos principais motores simbólicos e práticos da ocupação e transformação da região sul do território de Mato Grosso, ocorridas no contexto da expansão agrícola e da ocupação planejada do interior do Brasil, onde ocorre a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, que representou um marco fundamental para a reconfiguração econômica, social e territorial da região.

A CAND foi idealizada como uma política de Estado para a interiorização do desenvolvimento, promovendo a colonização agrícola baseada na pequena propriedade

e na agricultura familiar. Foi nesse cenário que surge Fátima do Sul, a primeira cidade originada diretamente da CAND, fruto desse movimento de organização do território, distribuição de terras e atração de migrantes de diversas partes do país.

O entusiasmo com esse projeto é explicitamente retratado na imprensa local da época, com destaque para o Jornal O Progresso, que, em sua primeira edição, publicada em 21 de abril de 1961, trouxe na manchete de capa o seguinte título: “VERTIGINOSA! A marcha de Dourados para o progresso”.

Não há exagero na afirmativa de que Dourados está experimentando um surto de progresso dos mais rápidos já registrados em sua história. O município cresce em todas as direções. As atividades econômicas se multiplicam, o comércio se desenvolve, a indústria se fortalece e a agricultura atinge índices jamais vistos. [...] O ritmo vertiginoso do progresso não dá sinais de diminuir. Ao contrário, tudo indica que estamos apenas no início de uma caminhada que levará Dourados a ocupar lugar de destaque ainda maior no futuro (O Progresso, 1961, p. 1).

Esse discurso revela como o progresso estava diretamente vinculado à ocupação produtiva do território, à expansão das atividades econômicas e à construção de uma nova paisagem urbana e rural. Essa narrativa de otimismo é reforçada pela seção intitulada Revivência, no mesmo jornal, que traça um contraste entre o passado e o presente da região:

Dourados era, então, uma fazenda! Rua? Só existia a rua Cuiabá, tortuosa e triste. Casas? Pouquíssimas, quase todas cobertas de sapé. [...] Dourados, há vinte e um anos, era apenas um pouso de viajantes que demandavam as matas e os campos do sul do Estado. Mas, como uma árvore fecunda, Dourados brotou, cresceu e floresceu. Hoje é uma cidade progressista, pujante, cheia de vida e de esperança. [...] Aos que virão, a certeza de que encontrarão terra fértil e braços fortes para continuar essa obra de progresso (O Progresso, 1961, p. 1).

Além dos discursos econômicos, a construção do progresso também foi fortalecida por outros agentes sociais, como a Igreja Católica, que trouxe na capa do suplemento da Revista Rainha (1979), o seguinte título: “No princípio era só selva - 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso”, onde foi destacado a atuação dos padres palotinos na região.

Segundo a revista, contribuíram para a formação não apenas espiritual, mas também social e comunitária dos colonos, integrando fé, trabalho e progresso.

Foram anos de dureza, de heroísmo à sombra das matas seculares, onde faltavam até as coisas mais indispensáveis. Mas à sua passagem sofrida e laboriosa foram surgindo as primeiras comunidades. Cinco delas são hoje paróquias cheias de vida, sementeiras viçosas do Evangelho, de Fé e de Graça (Pe. Ilvo Santo Roratto. Suplemento da Revista Rainha, 1979, p 1).

Esse panorama nos leva a refletir sobre o conceito de progresso não apenas como uma narrativa de desenvolvimento econômico e transformação territorial, mas também como uma construção social, simbólica e histórica, carregada de significados, contradições e impactos.

Nesse sentido, o progresso não deve ser entendido como uma categoria neutra ou natural, mas como um conceito socialmente produzido e legitimado por diferentes campos de poder. Pierre Bourdieu (1989) nos alerta que as representações sociais, como a própria ideia de progresso, são formas simbólicas que operam como instrumentos de dominação simbólica, na medida em que naturalizam determinadas visões de mundo, convertendo interesses particulares em interesses universais.

As representações coletivas são, assim, atos de conhecimento que, sub-repticiamente, são atos de reconhecimento, de adesão submissa ao poder simbólico que se funda na capacidade de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, por conseguinte, a ação sobre o mundo, e, em particular, a distribuição do mundo social; de fazer ver e fazer crer que tal divisão é natural. (Bourdieu, 1989, p. 21).

Assim, o discurso do progresso, associado à modernização, à expansão agrícola e à urbanização, cumpre uma função de legitimação, atribuindo um valor positivo incontestável aos processos de ocupação territorial e transformação econômica, ao mesmo tempo em que oculta ou neutraliza seus efeitos excludentes e seus custos socioambientais.

Sob essa ótica, é possível compreender que o modelo de desenvolvimento implementado na região, especialmente a partir da criação da CAND, não foi apenas um projeto técnico-econômico, mas também um projeto simbólico.

Segundo Albuquerque Júnior (2009), o discurso sobre desenvolvimento e modernização está longe de ser neutro, pois opera como um dispositivo de poder, capaz de produzir territórios, identidades e sujeitos. Ao mesmo tempo, esse discurso atua de forma a ocultar práticas de expropriação, apagamento e subalternização de grupos que

não se enquadram no projeto de nação imposto, reforçando processos de dominação simbólica e material.

Essa lógica está diretamente relacionada ao que o próprio autor conceitua como “construção discursiva do território” e das identidades regionais no Brasil. Nomear determinados espaços como “vazios”, “selva” ou “desertos” não se trata de uma descrição neutra da realidade, mas sim de uma estratégia simbólica de produção de sentidos, cujo objetivo é naturalizar projetos de ocupação, dominação e controle, enquanto apaga a presença, os modos de vida e os saberes de povos indígenas, comunidades tradicionais e outros grupos historicamente presentes nesses territórios.

Entretanto, como alerta Dupas (2007), a noção de progresso não é isenta de ambiguidade e não pode ser considerada universalmente benéfica. Essa ideia carrega consigo contradições, desigualdades e impactos socioambientais que precisam ser analisados criticamente.

Se, por um lado, o progresso foi visto como sinônimo de modernização, acesso à terra, desenvolvimento urbano e melhoria das condições materiais, por outro, ele também esteve associado à degradação ambiental, à substituição de ecossistemas nativos por monoculturas e à marginalização de grupos sociais que não se encaixaram no modelo produtivo proposto. É preciso problematizar essa visão, que muitas vezes esconde os custos desse desenvolvimento.

O avanço da fronteira agrícola trouxe consigo o desmatamento, a expulsão de populações indígenas e a precarização de diversos trabalhadores que não conseguiram se estabilizar no novo modelo fundiário. Como observa Dean (1996, p. 15), “o progresso no Brasil sempre significou, quase invariavelmente, o corte de florestas, a expulsão de populações nativas e a substituição da biodiversidade por monoculturas”.

Para compreender o conceito de progresso no contexto de Fátima do Sul e da região de Dourados, é imprescindível ir além da narrativa oficial e das representações midiáticas da época. É fundamental questionar: quem realmente se beneficiou desse progresso? Quais foram os custos sociais, culturais e ambientais? Quais sujeitos foram marginalizados ou excluídos desse processo?

Nesse contexto, a experiência de Fátima do Sul reflete diretamente essa lógica de progresso promovida pelo estado e a igreja. Sua formação está intrinsecamente ligada ao projeto de colonização agrícola, à chegada dos migrantes e à construção de uma infraestrutura que permitisse a transformação da floresta e dos campos em espaços

produtivos e urbanos. A seguir, temos a fotografia de um desfile cívico em Fátima do Sul, na década de 1960, produzida por Masuo Yasunaka:

Fotografia 2: Getúlio - desfile cívico em Fátima do Sul na década de 1960



Fonte: Museu Virtual Histórico Masuo Yasunaka

A imagem retrata uma criança conduzindo um pequeno trator sob a faixa com a frase “A Caminho do Progresso”, tornando-se uma expressão visual desse imaginário de progresso. Ela simboliza não apenas o papel central da agricultura na configuração econômica da cidade, mas também a naturalização da ideia de que o trabalho, inclusive transmitido desde a infância, seria o caminho para o desenvolvimento e a prosperidade.

Observando a atmosfera otimista e, de certo modo, ingênua que permeava os discursos sobre desenvolvimento no contexto da criação de Fátima do Sul, emerge a proposta de intitular esta pesquisa como “A Marcha para o Progresso”, fundamentada em três fatores simbólicos e conceituais.

O primeiro se inspira na famosa ilustração, conhecida como “A Marcha do Progresso”, criada por Rudolph Zallinger em 1965, e amplamente difundida na cultura popular como representação da evolução humana. Na imagem, uma sequência de figuras mostra um ser primitivo que, gradualmente, se ergue até se transformar no *Homo sapiens*, o homem moderno. Essa concepção visual transmite a ideia de que a

evolução seria uma trajetória linear, contínua e inevitável, onde cada estágio anterior é superado por outro considerado mais “avançado” e supostamente superior¹¹.

Da mesma forma, os discursos que celebravam o progresso nos territórios da CAND, se apoiavam em uma lógica similar: a crença de que o desenvolvimento econômico, social e urbano seguiria um caminho linear, progressivo e ininterrupto.

O segundo fator que justifica a escolha do título refere-se ao próprio processo de transformação vivido por Fátima do Sul, cuja trajetória, apesar de não apresentar o mesmo ritmo “vertiginoso” atribuído a Dourados, configura-se, inegavelmente, como uma marcha contínua da “selva” em direção à “civilização”.

Em poucas décadas, a mata foi devastada para ceder espaço para a expansão da agricultura, ao mesmo tempo em que surgiram as primeiras ruas, edificações, comércios, escolas, igrejas e outros elementos que estruturaram uma vida comunitária organizada, moldando a paisagem social e econômica da cidade.

Por fim, o terceiro fator que sustenta essa escolha está diretamente relacionado ao projeto nacional de desenvolvimento impulsionado pela política da “Marcha para o Oeste”, que tinha como objetivo, integrar o interior do Brasil aos circuitos econômicos e administrativos do país, promovendo a ocupação dos chamados “vazios demográficos”.

Assim como a Marcha para o Oeste buscava transformar o interior do país através da expansão da agricultura, da pecuária e da urbanização, o projeto da CAND reproduz essa mesma lógica desenvolvimentista, na qual o avanço material se sobrepunha às preocupações ecológicas, culturais e sociais.

Dessa forma, a expressão “Marcha para o Progresso”, que dá título a este trabalho, sintetiza uma reflexão crítica sobre os discursos lineares de desenvolvimento que marcaram a ocupação do interior brasileiro. Ao mesmo tempo, esse título reconhece a força dos processos históricos de ocupação e transformação que moldaram Fátima do Sul no contexto regional e nacional, e que ainda se refletem nas dinâmicas sociais atuais.

A pesquisa buscou compreender como as dinâmicas sociais, as desigualdades e as relações de poder se manifestam nos diferentes campos da sociedade, especialmente na formação do território e na reprodução das hierarquias sociais. Buscamos desvendar

¹¹ Essa representação não condiz com a realidade científica da evolução biológica, pois desde meados do século XX, a biologia evolutiva reconhece que o processo evolutivo ocorre de forma ramificada, não linear, caracterizado por bifurcações, deriva genética, adaptações locais e extinções. Segundo Stephen Jay Gould (2006), “a evolução não é uma escada de progresso, mas uma árvore de ramificações, onde os seres humanos representam apenas uma entre as muitas folhas da diversidade biológica”.

os mecanismos de reprodução simbólica que estiveram presentes e legitimaram esse modelo de desenvolvimento, questionando quem o produziu, quem dele se beneficiou e quem foi silenciado ou invisibilizado no processo.

Portanto, a pesquisa intitulada “A Marcha para o Progresso: análise sócio-histórica do processo de colonização de Fátima do Sul (1950-1970)” constitui, para além de um exercício historiográfico, um convite à análise crítica dos processos sociais, econômicos e simbólicos que estruturaram a formação da cidade.

CAPÍTULO 2

De Vila Brasil a Fátima do Sul: ocupação, trabalho e formação do espaço urbano

Neste capítulo, apresentaremos os primeiros momentos da colonização do povoado que deu origem à cidade de Fátima do Sul, a primeira a surgir sob a égide da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Abordaremos o processo de derrubada da mata, a distribuição dos lotes, a atuação das madeireiras na região e os primeiros plantios agrícolas realizados pelos colonos.

Também discutiremos as dificuldades impostas pelas precárias condições das estradas à época, que comprometiam o escoamento das safras e levavam muitos agricultores a perder parte significativa de suas colheitas por não conseguirem transportá-las aos centros consumidores.

Analisaremos de que forma funcionou o trabalho comunitário, e abordaremos temáticas voltadas para o lazer, a religiosidade e questões simbólicas que permearam o pensamento da época.

2.1. Marcando os lotes, derrubando a mata e construindo as casas

Conforme já discorrido no capítulo anterior, a região onde atualmente encontra-se o município de Fátima do Sul surgiu através de uma política de colonização do interior do Brasil, iniciada pelo presidente Getúlio Vargas na vigência do Estado Novo, por meio da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), através do Decreto nº 5.491 de 28 de outubro de 1943. A implantação da CAND gerou um grande fluxo populacional para Dourados, com a chegada diária de centenas de pessoas, vindas de diversas regiões do Brasil.

A gestão do poder Executivo municipal de Dourados era exercida pelo médico Horácio de Almeida (PSD), que foi nomeado pelo governador do Território Federal de Ponta Porã, após a morte do prefeito Álvaro Brandão, em 1943 (Amarilha, 2022, p. 317).

Foi nessa gestão, principalmente devido ao surgimento da CAND, que se deu a implantação de importantes obras de infraestrutura, como a abertura de estradas de

Dourados a Ponta Porã, Dourados a Itahum, e de Dourados a Entre Rios (atual Rio Brilhante).

A historiadora Suzana Arakaki confirma esse crescimento do município: “a CAND representou impulso econômico e crescimento populacional notável para o município. Em apenas uma década, Dourados tornou-se a cidade mais populosa da região sul do estado de Mato Grosso” (2003, p. 49), o que demonstra o vertiginoso aumento demográfico da região.

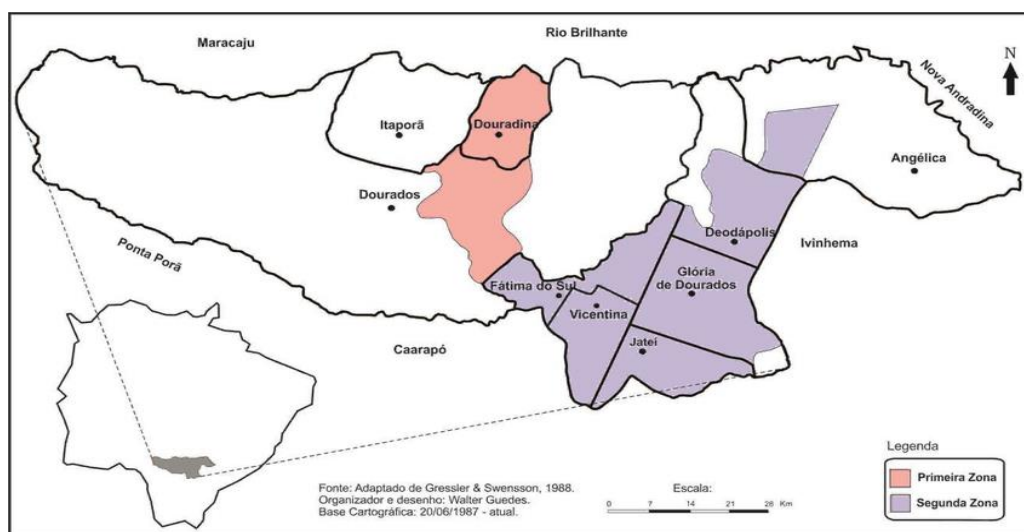
Nesse contexto de “nacionalização das fronteiras” do oeste brasileiro se deu a ampliação, conforme escreveu Paulo Roberto Cimó Queiroz (2004), da estrada de ferro Noroeste do Brasil por meio do ramal de Ponta Porã que chegava até o distrito douradense de Itahum, em 1949. Por esse ramal chegariam inúmeros colonos e também se transportaria, nos primeiros anos de funcionamento da colônia, grande parte da produção agrícola das propriedades rurais da CAND.

Como escreveu a historiadora Ana Paula Menezes (2012), a CAND era dividida em duas zonas, tendo o rio Dourados como meio natural de separação. A sede da colônia ficava na primeira zona, na localidade onde se encontrava a serraria (que depois daria origem a Indápolis). Era dessa sede que os administradores nomeados pelo governo federal comandavam a implantação da mesma, tendo como seu primeiro administrador, Jorge Aguirre Coutinho.

No entanto, a colonização da área reservada para a CAND não se deu de modo uniforme. Ainda conforme a historiadora: “estas duas áreas tiveram características distintas, o desenvolvimento agrícola, o comércio e demais atividades possuem suas especificidades em relação à primeira zona” (2012, p. 48).

No mapa abaixo, podemos perceber a área destinada a CAND, e a divisão entre a primeira e segunda zona, sendo importante ressaltar que o mapa retrata os municípios atualmente, e que muitos deles ainda não existiam durante a implantação da CAND.

Figura 5: Mapa da CAND, mostrando a Primeira Zona e a Segunda Zona



Fonte: Walter Guedes (2017).

No que concerne aos colonos e suas origens, diversos historiadores e escritores memorialistas afirmam que a maioria deles eram brasileiros, oriundos da região Nordeste, como afirma o historiador Nilton Ponciano: “eram migrantes procedentes sobretudo do Nordeste brasileiro” (2002, p. 140).

Fugindo dos problemas climáticos e econômicos que geram miséria, muitos trabalhadores vieram para essas terras em busca de uma vida digna. Outros estados de onde partiram migrantes rumo a CAND foram São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Na série de entrevistas realizadas com os primeiros moradores de Fátima do Sul, realizadas pelo historiador Wagner Cordeiro Chagas e pela pesquisadora Cláudia Coutinho Capilé, para o documentário “Nossa gente, nosso chão! Em cada rua, uma história” (2024), que busca desvendar a história por trás dos nomes das ruas da cidade de Fátima do Sul e do distrito de Culturama, é possível perceber que muitos colonos nordestinos não vieram direto de seus estados de origem, pois já habitavam cidades do interior do estado de São Paulo e, quando tiveram conhecimento da doação das terras da CAND, foram atraídos para essa região.

Ou seja, muitos que vieram de São Paulo, não eram paulistas de origem, mas sim, pernambucanos, cearenses, alagoanos, sergipanos ou paraibanos, que deixaram seus lares, famílias e amigos e se aventuraram em busca de melhores condições de vida.

Na maioria dos casos, como descreveu a historiadora Suzana Naglis (2007), os homens vinham primeiro para conhecer o local, retornavam para seu estado de origem e traziam esposas e crianças. Existiam os casos de homens solteiros que, para garantir a

terra, se casavam às pressas, pois ser casado era uma das exigências legais para receber a doação do lote de terra na colônia.

Esses trabalhadores partiram em busca do tão sonhado pedaço de terra para plantar e viver. Em uma das entrevistas feita por Naglis (2007), podemos ter uma noção dos desafios travados por esses trabalhadores, que deixaram seus familiares para trás e migraram para a CAND:

Um exemplo é Clara Alexandrina, que morava no município de Pesqueira, no estado do Ceará, e cujos vizinhos que ora trabalhavam no Paraná, de volta para Pesqueira levaram a notícia das terras mato-grossenses que estavam sendo distribuídas. Clara conta que seu marido, Gaudêncio, ao receber tal informação não hesitou em ir até Mato Grosso, segundo ela: “eu vou lá olhá, nem vou esperar eles [vizinhos] irem, que eles ainda vão vende as coisas, se for bom mesmo e nós ganhá as terras eu te escrevo e tu vende tudo e vai com eles [vizinhos]”. Meses mais tarde, por meio da carta, Clara Alexandrina foi informada por seu marido que ele a esperava em Mato Grosso (Naglis, 2007, p. 51).

Os meios de transportes para esse percurso eram variados, desde caminhão (o popular pau de arara), trem, ônibus (jardineira) e até avião, que foi utilizado por colonos vindos do Rio Grande do Sul, ao que Naglis pode constatar, providenciado pelo também gaúcho Lloyd Ubatuba, administrador da CAND. O que permite deduzir que houve privilégios para alguns colonos por parte do administrador. Em outra entrevista coletada pela referida historiadora, constatou-se que o governo federal concedia as passagens de vinda.

Esse contexto revela como os critérios de acesso às terras da CAND, embora oficialmente pautados por regras claras, também foram atravessados por interesses políticos e negociações informais. Como foi o caso da entrada da grande quantidade de japoneses vindos diretamente do Japão.

Cerca de 4 mil famílias que chegaram após a posse de Getúlio Vargas, em 1951, para o mandato ao qual fora eleito no pleito eleitoral de 1950. Sobre essa situação, a historiadora Edna Inagaki (2002) supõe que tenha ocorrido pelo fato do senhor Matsubara, um fazendeiro paulista e japonês, ter sido aliado do presidente e tê-lo apoiado nas eleições. Ou seja, a chegada dessas famílias japonesas pode ter sido uma troca de favores políticos.

Os imigrantes japoneses enfrentaram diversas barreiras culturais ao se estabelecerem na região, sendo obrigados a adaptar-se aos costumes locais e a aprender uma nova língua. Ao contrário dos indígenas e paraguaios, frequentemente

estigmatizados como preguiçosos, os japoneses foram bem-vistos pela administração local e pela igreja católica, devido seu modo de vida disciplinado e dedicação ao trabalho, o que não impediu que ocorressem casos de desentendimentos e conflitos entre colonos e japoneses na segunda zona, assunto que será abordado no terceiro capítulo.

Além das dificuldades já mencionadas, os migrantes da CAND, ao chegarem ao município de Dourados se depararam com outro empecilho, à espera pela demarcação dos lotes, como se pode ver na pesquisa de Naglis:

Entretanto, entre o passo inicial de requerer o lote, até a finalização das formalidades burocráticas havia um tempo demasiadamente longo para quem esperava obter sua pequena propriedade. Uma dimensão do que era a espera pela terra foi a publicação a pedido da CAND, no jornal *O Progresso* no ano de 1951, onde dois editais em que 600 colonos que já haviam requerido lote, eram chamados para: “preencher as formalidades exigidas pelo Decreto 3.059”, com objetivo de que os colonos tomassem definitivamente posse dos lotes já requeridos. Porém, tais editais convocaram colonos que haviam feito requerimento entre 1945 e 1951. Do requerimento à entrega do protocolo, que era uma garantia parcial da posse do lote, existia uma lacuna significativa de tempo, que não pode ser relacionada somente com a burocracia imanente de um órgão estatal, mas também com os entraves administrativos e de infraestrutura precária da CAND para assistir os colonos (Naglis, 2007, p. 60).

Em muitos casos, os colonos esperavam a demarcação de seus lotes, alojados em propriedades de outros colonos, trabalhando para os donos das terras, ou para a administração da colônia, realizando a abertura e limpeza de estradas ou cavando poços, como forma de garantir recursos para a sobrevivência, conforme demonstrou a historiadora Ana Paula Menezes (2012).

O depoimento de Wilson Gonçalves oferece um testemunho vívido das estratégias empregadas pelas famílias para garantir o acesso à água potável, um dos maiores desafios enfrentados pelos colonos nos primeiros anos da ocupação:

E meu pai, com amizade com um cara da colônia... Ele era um baixinho, um sergipano. Ele soltava bomba pra abir poço, quebrava pedra. E ele tinha prática e oferecia. “Vai cavar poço, me convida que vou lá. Pedra é comigo”. Ai meu pai cavou um poço, saia agua suja. Não gostaram. Que jeito que ele descobriu o lugar da agua? Interessante isso dai. Ele saia, pegava um galho de amora. Fazia uma forquilha com a pontinha pra cima. Eu me lembro... Eu era novinho e ele mandava ficar de longe, ele falava alguma coisa, como se fosse uma oração... Ai meu pai começou... E meteram o pau a cavar. E cavaram, e cavaram, e cavaram e cavaram... Aí começou a marejar, eu lembro, a gente olhava e via marejando, marejando... Papai foi

atrás do cara e o cara veio. Ficou lá em casa dias... Quando ele ia soltar bomba, todo mundo saía de casa... 200 mts de distância. Ele recomendava, porque explode. E a pedra joga pra cima. O nosso poço dava pra cinco família. Nosso poço tratava de quase cinco famílias. Sabe quantos metros ficou esse poço de largura? Três metros de largura, esbarrancou tudo. E uma daquela, você tinha que ver o tamanho da pedra que explodiu... Do tamanho dessa caixa aí (referindo-se a uma caixa de som grande), redonda assim... E a água fez assim (subindo com as mãos). Uma água limpinha igual essa daqui. E aquilo foi o poço da salvação. Ali abastecia os vizinhos... Vamos lavar roupa, cada dia era uma família. Ai trazia balde (Wilson, 2025).

Ainda segundo o senhor Wilson, antes desse poço, seus vizinhos chegavam a andar 1,5 km em busca de água no córrego do Engano, utilizando uma madeira no ombro com um balde na frente e outro atrás.

Além desses trabalhos, outra fonte de renda se tornou alternativa naquela época, tanto na primeira zona quanto na segunda foi a extração da erva-mate, como revelou o historiador José Antônio Fernandes (2012), pois como a CAND havia sido implantada em área de ervais nativos, havia abundância na região.

Como tratado no capítulo anterior, a extração de erva-mate que perdurou por anos como monopólio da Companhia Mate Laranjeira, até Vargas sancionar seu fim, se mostrou uma importante atividade econômica para o colono, auxiliando na ocupação regional não indígena. Sobre a extração de erva-mate por parte dos colonos, Wilson Gonçalves explicou sobre a construção do barbaquá:

Você conhece barbaquá? Barbaquá faz-se um buraco no chão, que nem um forno de fazer carvão. De produzir carvão. Eles faz aquilo lá, bem feitinho. Entendeu? Babaquá por quê? Com vara verde, material verde, vara, mato, bambu, eles faziam aquela cobertura e colocavam erva embaixo. Embaixo colocava lenha seca e tocava fogo pra sapear a erva. Tirava aquilo ali com muito trabalho... Os paraguaios, pessoal que entendia. Isso ai eu cheguei a ver, quatro anos de idade eu já tava no meio olhando. Porque a gente pegava o caminhão que ia entregar em Dourados, já naquele tempo muito difícil, demorava dois dias pra chegar a Dourados. Carregava a gente... Ia na cabine com o motorista. Eu, o papai e a mamãe., amigo da gente, cumpade... Os mineiros... O motorista levava aquela erva pronta. Mas isso já em 54, 55, por ali. Entendeu? Muito trabalho. Eles cuidavam disso. Ali eles ensacavam a erva e levavam embora para lá (Wilson, 2025).

Uma dificuldade relatada em diversas falas com colonos era sobre a demora para a entrega dos lotes. Fato este apresentado por Naglis através da carta enviadas pelo senhor Antônio Justiniano, endereçada ao Ministério da Agricultura, no ano de 1953,

onde relatou: “me acho com 8 meses morando na área desta colônia. Sendo explorado por outros colonos. E ainda não pude obter um lote para mim” (Naglis, 2007, p. 63-64).

Contudo, houve casos em que colonos não tiveram que esperar, pois compraram lotes de pessoas já assentadas, que devido à demora em receber a assistência governamental para começar o trabalho, venderam suas terras e foram em busca de outras frentes de colonização que surgiam. Essa prática era proibida e foi coibida pela administração da CAND.

Foi essa demora na demarcação das terras que fez com que a ocupação da segunda zona, a margem direita do rio Dourados, ocorresse através da invasão, como forma de reagir à falta de planejamento do governo federal na distribuição dos lotes. Foi dessa invasão que nasceu o povoado inicialmente chamado de Barranca, e posteriormente denominado Porto Ubatuba.

A invasão das terras da segunda zona se deu, como relata a escritora e professora Cláudia Capilé: “na madrugada do dia 9 de julho de 1954 (sexta-feira), 450 homens rompem a barreira que os separavam [...] Demarcavam terrenos e os ofereciam aos que se dispunham a construir suas casas em 90 dias” (Capilé, 1999, p. 15). Essa mesma informação também é confirmada pelo escritor e advogado José Adauto do Nascimento, em sua pesquisa de conclusão de curso defendida em 1982, e intitulada *Fátima do Sul: uma cidade que eu vi nascer*. Nesta produção, Nascimento relata que o horário da travessia teria sido entre 3 e 4 horas da manhã.

Essa ocupação da chamada “segunda zona” por parte dos colonos, segundo a historiadora Benícia Couto de Oliveira (1999), representou, em certa medida, um alívio para os cofres públicos da União, uma vez que não foram necessários investimentos significativos do Estado para viabilizar essa expansão. Movidos pelo desejo de acesso à terra, os próprios trabalhadores se dispuseram a ocupar essas áreas por conta própria, assumindo os custos, os riscos e os desafios do processo.

Essa dinâmica revela uma questão central no processo de colonização: a morosidade, negligência e, muitas vezes, a omissão do Estado em oferecer apoio efetivo aos colonos, que, apesar das promessas institucionais e dos amparos legais previstos, viram-se abandonados à própria sorte. Coube a eles, portanto, enfrentar, com seus próprios recursos e esforços, a árdua tarefa de transformar uma região de mata densa e inóspita em um espaço habitável e produtivo.

Enquanto a primeira zona estava toda colonizada, com infraestrutura, mesmo que precária, como relata Menezes, com escolas construídas, estradas abertas e lotes

demarcados, a segunda seria ocupada anos mais tarde. Foi na segunda zona que se desenvolveu a partir de 1954 o povoado denominado Porto Ubatuba, em homenagem ao terceiro administrador da CAND, Lloyd Ubatuba. Anos depois, o povoado às margens do rio Dourados passaria a ser chamado de Vila Brasil. Outros povoados surgiram quilômetros à frente, como Vila Vicentina, Culturama, Jateí, Vila Glória e Vila Bandeirantes (depois Vila Deodápolis).

Formar as comunidades naquela imensidão de matas virgens certamente foi uma dura tarefa para os milhares de colonos. Essa questão é abordada pela jornalista e escritora Mazé Chotil, que veio para essa região ainda criança e residiu com seus pais em um sítio no atual município de Glória de Dourados. Em seu livro *Minha aventura na colonização do oeste*, Mazé descreve assim o trabalho na derrubada de matas: “Todo trabalho era concentrado, na época, na derrubada da mata. Sozinhos, os homens ajudados pelas mulheres, iam roçando, derrubando os paus mais finos, e trocavam dias de serviço para cortar os grossos” (Chotil, 2014, p. 80).

Ana Paula Menezes também trata desse assunto e destaca outros desafios, a existência do perigo dos animais silvestres:

As dificuldades aumentavam à medida que a colonização se interiorizava, pois além do quase isolamento, das habitações inapropriadas, os colonos ainda tinham que conviver e se defender dos perigos da mata, representados por diversos animais, dentre insetos, mosquitos, répteis venenosos e as onças pintadas (Menezes, 2012, p. 47).

As matas foram derrubadas pelos próprios colonos, que, munidos apenas de machados, foices e enxadas, abriram clareiras e demarcaram seus lotes. Cansados de esperar pela medição oficial realizada pelos agrimensores da CAND, muitos passaram a medir por conta própria as linhas dos terrenos, utilizando como instrumento os cipós retirados da própria mata, que serviam como referência improvisada para delimitação dos lotes. Esse processo é descrito pelo Pe. Amadeu Amadori, em entrevista concedida a Nilton Ponciano, em 1999:

Aí o povo invadiu para o lado de cá, vinha gente para a terceira linha, Vicentina, para a banda de São José, terceira linha, quarta linha, Glória, e foi avançando, eles iam na frente do agrimensor, não tinham marcação, mediam de cipó mais ou menos e iam embora, e depois que veio o agrimensor, e deu muita briga, porque ele media de cipó ele mudava de linha naturalmente, pensa que na mata é fácil de tirar uma linha reta? (Pe. Amadeu Amadori *apud* Ponciano, 2002, p. 174).

A imagem abaixo permite se ter uma noção do que eram as grandes matas que compunham a segunda zona da CAND e nos dá uma dimensão da dificuldade enfrentada pelos colonos para derrubar a mata e abrir os lotes.

Fotografia 3: Derrubada de mata pelos colonos



Fonte: Museu Virtual da Prefeitura Municipal de Fátima do Sul.

A explicação para a existência dessas grandes matas, principalmente na segunda zona da CAND, segundo Ana Paula Menezes ao citar Alvanir Figueiredo (1972), deve-se ao fato de o extremo sul de Mato Grosso possuir, naquela época, a vegetação de matas fechadas, característica de região de transição subtropical para tropical.

A fertilidade do solo era amplamente destacada nas propagandas oficiais a respeito da colônia, funcionando como estratégia para atrair migrantes dispostos a se estabelecer na região. No entanto, antes que fosse possível iniciar o cultivo da terra, os colonos enfrentavam um desafio inicial e exaustivo: a derrubada da mata nativa.

Esse processo envolvia o uso da técnica da coivara, que consistia em cortar e queimar a vegetação para limpar o terreno e, ao mesmo tempo, fertilizar o solo com as cinzas. A imagem abaixo ilustra essa etapa crucial da ocupação agrícola, marcada pelo esforço físico intenso e pelas transformações ambientais profundas impostas à paisagem natural.

Fotografia 4: Derrubada da mata na região central de Vila Brasil



Fonte: Museu Virtual Histórico Masuo Yasunaka.

O trabalho de derrubada da mata constituiu uma das tarefas mais árduas enfrentadas pelos colonos. As ferramentas disponíveis eram rudimentares e se resumiam a foices, machados e serrotes, o que tornava o processo lento, exaustivo e extremamente perigoso. Além da densa vegetação característica da região, a falta de experiência dos trabalhadores e a ausência de qualquer tipo de equipamento de segurança contribuíam para a ocorrência de acidentes graves, alguns deles fatais, como demonstra a pesquisa de Menezes:

O caso do italiano Pasquale Conficone ilustra bem o fato. Segundo ofício de 1948, Conficone trabalhava no desmatamento da roça na companhia do tio Giovanni e de seus primos, quando foi atingido fatalmente por uma árvore que lhe partiu o crânio [...] seu caso exemplifica como os colonos sem maiores equipamentos de segurança, sem nem mesmo um motosserra para facilitar o corte, arriscam suas vidas para colonizar e assim concretizar o que fora projetado pela política de colonização (Menezes, 2012, p. 62).

As matas também serviam de abrigo para a fuga de trabalhadores que tinham “invadido” a segunda zona da colônia, caso a polícia viesse reprimir aqueles que participaram do ato, como consta no jornal *Informativo Regional Sul*, de 1999, citado por Nilton Ponciano (2002):

Quando chegasse ao local, alguém para impedir a invasão, Orlando Preto, fingindo estar roçando o pé de um canafistula oca, batia no tronco da mesma

com um machado e, todos quanto estivessem ali por perto, ao ouvirem aquele som característico, fugiam para o interior da mata para não entrarem em choque com a polícia (*Informativo Regional Sul*, p. 3 *apud* Ponciano, 2002, p. 146-147).

É curioso notar na citação acima que a árvore canafístula oca servia como uma espécie de instrumento para alertar os colonos a fugirem da repressão policial. Mas, ainda conforme escreveu Nilton Ponciano, essa perseguição logo cessaria, já que a administração da CAND reconheceu o direito dos trabalhadores daquela localidade que daria origem à Vila Brasil.

Por outro lado, havia contradições, como ressalta Suzana Naglis, ao relatar que muitos trabalhadores passavam fome naqueles momentos difíceis do desbravamento das matas. Um de seus entrevistados, Manoel Rocha assim descreveu a situação: “mais difícil foi comê, porque foi um ano sofrido, tinha que plantá, mas tinha que derrubá ainda o mato, né?”.

Maria Braga, outra entrevistada da historiadora, reforça a falta de assistência governamental para a derrubada das matas, e a ajuda que as esposas davam a seus maridos naquele árduo trabalho:

Quando nós compramo o sítio, um muito que tava derrubado era dois alqueires de terra, era um matão... uma saroba... o seu avô é desses que trabalhava. Às vezes era escurinho, tadinho, e ele tava carpindo. E carpia aquele quarteirão, ele carpia e já ia aruando assim. Aquele negócio de queima, eu ajudava muito ele. Ajudei muito ele (Naglis, 2007, p. 73).

Os filhos dos colonos também foram personagens importantes dessa história, estes, ao chegarem na adolescência, participavam ativamente na derrubada da mata e plantio. Diante da escassez de mão na região e frente ao árduo trabalho da derrubada das matas, que era realizado com ferramentas rudimentares, era essencial o maior número de braços disponíveis.

Preocupado com essa situação, o administrador Jorge Aguirre Coutinho enviou correspondência ao comandante da 9ª. Região Militar buscando a dispensa do alistamento para o serviço militar obrigatório para os filhos dos trabalhadores da CAND:

[...] a retirada por qualquer circunstância de um elemento da família, obriga está a diminuição da capacidade produtiva e, por essa razão, solicitamos vossa senhoria imediatas providências, no sentido de tornar os jovens em idade de prestação dos serviços militares, residentes no município de Dourados, isentos de acordo com a

legislação em vigor do cumprimento desse dever. Caso não seja possível estender a lei à totalidade do município, então, sugiro que ao menos para os residentes na Colônia Nacional filhos de nossos colonos, os favores dos dispositivos da lei (Ofício 129, de 6 de novembro de 1949. Caixa 19. APE/MS *apud* Naglis, 2007, p. 74).

Nossa pesquisa não encontrou uma resposta a este ofício, não sendo possível precisar se o pedido de dispensa do serviço militar obrigatório foi aceito, ou não. Porém, podemos perceber uma legítima preocupação por parte do administrador da CAND em buscar soluções práticas para melhorar a vida dos colonos.

A grande quantidade de madeira extraída da derrubada das matas permitiu aos colonos construírem suas casas, muitas delas de infraestrutura precária, como as casas de pau a pique. Na primeira zona, onde atualmente se situa a Vila São Pedro, distrito de Dourados, ainda é possível encontrar casas que foram erguidas pela administração da CAND, como se vê abaixo na imagem.

Fotografia 5: Casa original da CAND



Fonte: Menezes, Ana Paula (2012, p. 67).

Na imagem, vemos uma casa característica da CAND, construída de madeira, feitas com tábuas em transversal, janelas e porta de madeira. Percebemos que o telhado é feito de Eternit e possui calhas protegendo as emendas, o que aponta que a casa passou por reforma, já que o telhado original era de telha francesa.

Este tipo de casa, segundo Ana Paula Menezes, era previsto pela legislação que criou a colônia: “previa vários subsídios iniciais aos colonos, desde a entrega de

ferramentas até a sua habitação – uma casa de madeira – para cada família” (2012, p. 63).

Contudo, como já registrado em páginas anteriores, a falta de planejamento e de estrutura frente ao volume de migrantes que chegava, impossibilitaram que a maioria dos colonos recebessem tais benefícios, como explica Ponciano:

Esse tipo de construção limitou-se ao entorno da sede da administração da CAND, atual Vila São Pedro e à primeira fase da colonização, período em que o povoamento foi diminuto. No início dos anos 1950, auge da chegada de migrantes à Colônia, a realidade foi outra: as casas passaram a ser feitas pelos próprios colonos, com recursos da natureza. Eram casas de pau a pique, construídas de taquaruçu com barro, cobertas com tábuas pequenas de madeira retiradas da própria mata, chão de terra batida; o que determinava sua localização nos lotes era, na maioria das vezes, a água. Assim, as casas eram construídas no local em que o poço dava água, ou seja, no meio, no fundo ou na frente do lote (Ponciano, 2006, p. 106).

A falta de ajuda governamental, seja para a construção de casas, ou outro auxílio, foi uma questão levantada durante as entrevistas para essa pesquisa. E tanto o senhor Expedito como o senhor Wilson, negaram ter recebido ajuda governamental, exceto mudas. Durante entrevista, o senhor Expedito relatou que nunca recebeu ajuda governamental e que deixou sua família em Indápolis e chegou a passar catorze dias sem notícias deles, enquanto trabalhava na derrubada da mata.

Só após aberto o lote que ele pode trazer sua família para sua casa, que no começo era uma moradia precária, feita de galhos de madeira e coberta com palha de coqueiro, assim como aparecem nas próximas duas fotografias. A partir dos relatos, podemos perceber que os colonos da segunda zona se sentiram abandonados em relação ao papel do poder público, pois coube ao colono o custeio e o trabalho da construção das casas e no início não houve ajuda nem com a demarcação dos lotes.

Tal fato se contrapõe do decreto-lei nº 3.059, que dispõe sobre a criação das colônias agrícolas nacionais, e garantia uma série de auxílios ao colono, como sementes, empréstimos, e moradia, saúde e educação. Sem ajuda governamental, as primeiras casas eram rudimentares, feitas com as madeiras oriundas das árvores menores, e deram origem às casas de pau a pique, como se observa na imagem a seguir.

Fotografia 6: Casa de pau a pique



Fonte: (Ponciano, 2006, p. 40, *apud* Revista Rainha, 1979).

A construção das casas era também uma forma de garantir a posse da terra, daí a necessidade de erguê-las. Um lote com casa era sinônimo de lote ocupado. Mas as casas de pau a pique levavam os colonos a passarem por dificuldades, principalmente com as chuvas fortes. A seguir temos outra habitação feita de pau a pique próximo ao rio Dourados:

Fotografia 7: Casa de pau a pique nas margens do rio Dourados



Fonte: Museu Virtual Histórico Masuo Yasunaka.

A fotografia mostra quatro homens diante de uma casa de pau a pique, coberta com sapé, moradia típica dos primeiros anos da colonização, construída com os materiais disponíveis na própria mata.

O ambiente ao redor é marcado por uma vegetação densa, com árvores de médio porte e um espaço parcialmente desmatado, evidenciando o processo inicial de transformação da mata em área de moradia e cultivo. O chão é de terra batida, com alguns troncos e tocos de árvores cortadas, indicando que aquela área havia sido recentemente aberta na floresta.

Sobre esse tipo de habitação, Wilson Gonçalves relatou que, ao se estabelecer na região, sua família recebeu do governo apenas mudas de plantas frutíferas e café, e que viveram, por um período, em uma casa de pau a pique, parcialmente coberta com folhas de coqueiro e, em outra parte, com sapé. Sobre sua infância, recorda que, embora não faltasse alimento, a pobreza material era extrema:

A fartura era muito grande, sabia? Tinha tudo, tinha tudo assim... Comia arroz, feijão, essas coisas comia tudo. Fruta e tal. Mas dinheiro e roupa e calçado, não... O conga (tênis) do meu tempo, eu dormi com ele cheirando a borracha a noite inteira. Cheirava... Uns bicho véio marrom assim. (...) A cama era de palha de milho, mamãe fazia um colchão, um buraco, não tinha zíper não, era abotoado, assim... Entendeu? Enchia de palha de milho. Certo? Jogava em cima de uma armação de forquilha com as varas verdes, bambu ou madeira mesmo, ou taboa, às vezes. Tacava o colchão... prancha e botava o colchão... E a gente dormia... (Entrevista 02).

O relato evidencia as contradições da experiência de colonização: de um lado, a fartura alimentar garantida pela terra fértil e pela capacidade produtiva dos colonos; de outro, a escassez de bens materiais, como roupas, calçados e infraestrutura mínima.

A simplicidade da vida material é tão marcante que o simples ato de ganhar um par de tênis (o Conga, produto comum na época), se transforma em um momento de tamanha felicidade, que leva o entrevistado a dormir sentindo o cheiro da borracha, numa lembrança carregada de afeto, simbolizando uma conquista profundamente significativa em meio à precariedade vivida.

Essas experiências mostram que a construção de Fátima do Sul não foi apenas resultado de uma política estatal de colonização, mas também fruto do esforço coletivo, da criatividade e da resistência dos trabalhadores que enfrentaram uma natureza hostil, a miséria e a precariedade das estruturas públicas para construir suas vidas.

2.2. Vila Brasil: o maior núcleo urbano e a primeira cidade surgida da CAND

A formação do povoado ocorreu por participação ativa da comunidade, principalmente com apoio da Igreja Católica, como será discutido mais adiante. As interações sociais foram marcantes. O atual bairro de Nossa Senhora dos Navegantes (origem da cidade, antiga Barranca, que depois passou a se chamar Porto Ubatuba) representado na imagem abaixo, foi o primeiro local das instalações comerciais, como escreveu José Nascimento:

Neste povoado passou a residir, além daqueles que vieram efetuar o corte de seus lotes, outras pessoas, que atraídos pela movimentação da população, que ali paravam ou chegavam diariamente, vieram explorar ramos de comércio. Assim, nessas primeiras casas de taipas, foram instalados os primeiros armazéns, os primeiros açougues, as primeiras farmácias e as primeiras casas de tecidos (Nascimento, 1982, p. 7-8).

Fotografia 8: Local da antiga Barranca e Porto Ubatuba, atual Vila Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: imagem registrada por Leonardo de David, em 21 de abril de 2024.

Além das casas comerciais, Porto Ubatuba possuía também diversas casas de prostituição, o que gerava certos desconfortos para alguns moradores, conforme registrou Nilton Ponciano (2001). Sobre esses primeiros anos de Porto Ubatuba, Wilson Gonçalves testemunhou que havia muita desordem e bagunça e afirmou que “muita gente morreu” (Entrevista 2). Sobre o tema, Benícia Couto de Oliveira esclarece que:

O ambiente de Porto Ubatuba, apelidado de ‘Correia em Guerra’, era marcado por um cotidiano de disputas, embriaguez, jogos e prostituição, refletindo a ausência do Estado e a dificuldade em estabelecer normas e ordem naquele espaço em formação (Oliveira, 1999, p. 89).

Segundo Ponciano (2011), o apelido de “Coreia em Guerra”, ou simplesmente “Coreia”, surgiu de forma irônica, como uma maneira encontrada pelos próprios moradores para definir a bagunça, a desordem e a intensa movimentação social que caracterizavam aquele espaço. A analogia fazia referência à Coreia, país que se encontrava em guerra civil, dividido entre o Norte e o Sul¹².

Ainda que não existam registros documentais nem relatos orais que confirmem essa relação, é possível levantar uma hipótese¹³ que o uso desse apelido carrega uma camada simbólica e comparativa mais profunda.

Assim como a Guerra da Coreia se iniciou com a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte, em 25 de junho de 1950, atravessando o Paralelo 38 (que separava os dois territórios), o território de Porto Ubatuba também era atravessado por uma divisão simbólica e geográfica, representada pelo rio Dourados, que como vimos anteriormente (figura 5), separava as áreas da CAND.

Esse rio delimitava a chamada primeira zona, ao norte, da segunda zona, ao sul, sendo esta última, na percepção dos moradores da época, a área que teria sido “invadida” pelos migrantes, que atravessaram o rio em busca das terras prometidas pelo Estado.

Dessa maneira, a analogia com a Guerra da Coreia não se limita, necessariamente, a uma simples coincidência terminológica, mas pode ser

¹² Guerra da Coreia foi um conflito armado que opôs a Coreia do Norte, apoiada pela União Soviética e pela China, e a Coreia do Sul, apoiada pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais. Este embate marcou uma nova etapa da Guerra Fria, na qual a rivalidade entre os blocos capitalista e socialista extrapolou o campo diplomático e ideológico, manifestando-se de forma direta no campo militar. Conforme observa John Lewis Gaddis (2007, p. 101), “A Guerra da Coreia demonstrou, de maneira brutal, que a Guerra Fria não seria apenas uma disputa diplomática, mas um conflito real, com consequências devastadoras para os envolvidos. Pela primeira vez, os Estados Unidos e a União Soviética se envolveram indiretamente em um conflito armado, testando os limites de suas políticas de contenção.”

¹³ No livro *Mitos, emblemas e sinais* (1989), Carlo Ginzburg, o grande expoente da Micro-história, explica o paradigma indiciário, onde o historiador deve valorizar o que encontra-se oculto ou invisível nos relatos, seguindo pistas e interpretando rastros como se fosse um detetive. Mesmo que uma informação não esteja explícita, pode haver indícios que revelem sua veracidade. O objetivo seria analisar as estratégias dos indivíduos, especialmente dos dominados, para lidar com as estruturas sociais. “O paradigma indiciário nasce da necessidade de decifrar realidades cuja complexidade ou opacidade não permite análises diretas. A partir de indícios, de rastros, de vestígios quase invisíveis, é possível reconstruir aspectos do passado que escapariam a outras metodologias.” (Ginzburg, 1989, p. 143).

compreendida como uma interpretação social, ou uma construção simbólica, capaz de refletir as tensões, os conflitos e os processos de ocupação territorial que marcaram profundamente a formação do espaço local.

Trata-se de um imaginário que traduz, de forma metafórica, as disputas, as rivalidades e os embates que perpassaram a consolidação da ocupação naquela região.

Essa interpretação dialoga diretamente com os aportes teóricos de Pierre Bourdieu, para quem as representações sociais e os discursos operam como instrumentos de dominação simbólica, na medida em que produzem sentidos, naturalizam relações de poder e legitimam desigualdades sociais e territoriais. Como afirma o autor, “os sistemas simbólicos são instrumentos fundamentais de construção da realidade. Eles produzem o mundo social, ao mesmo tempo em que o representam” (Bourdieu, 2003, p. 112).

Assim, ao atribuir à região o apelido de “Correia em Guerra”, os sujeitos não apenas nomeiam um espaço, mas também constroem e reforçam uma visão coletiva sobre ele, associando-o à desordem, à disputa e à instabilidade, ao mesmo tempo em que tornam legítimas certas práticas de ocupação, diferenciação social e territorial.

No final de 1953, o nome Porto Ubatuba foi alterado para Vila Brasil após a realização da primeira missa naquele povoado, realizada pelo frei Frederico Miés, que durante o evento, teria sugerido o nome de Vila Brasil, já que era uma localidade composta por trabalhadores de várias partes do país.

Em 8 de novembro de 1953, aproveitando a presença do Frei Frederico Miés, que aqui viera para rezar uma missa, solicitaram-lhe sugestão para o nome que identificasse adequadamente aquele povoado. Nomes como Barranca, Porto Vitória e Porto Ubatuba (como até então era chamado), não satisfaziam os moradores. “Porque não Vila Brasil?” indagou o Frei, lembrando-lhes as suas mais diversas origens. Não houve qualquer contestação. Foi como o se todos já estivessem aguardando este nome. A partir de então, o lugarejo já tinha sua verdadeira identidade: Vila Brasil (Capilé, 1999, p.15).

Os primeiros moradores ali estabelecidos começaram a construir balsas para fazerem a travessia do rio Dourados para o outro lado, ou seja, a segunda zona da CAND. A travessia mais emblemática ocorreu na madrugada de 9 de julho de 1954, como já escrito em páginas anteriores, que deu origem à ocupação da segunda zona. Nilton Ponciano, ao pesquisar o Livro Tombo da Igreja Católica revela que:

A maioria dos migrantes que chegavam à margem esquerda do rio Dourados entre os anos de 1948 e 1954, deixavam suas famílias ali e atravessavam sozinhos em busca do seu pedaço de terra, posteriormente, quando já havia cortado seu lote, retornavam e levavam toda a família. Entretanto, uma minoria continuava a marcha com a família, atravessando o rio em canoas ou pequenas embarcações do gênero (Ponciano, 2006, p. 51, *apud* Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil, 1963, p. 3).

Essa descrição ajuda a compreender o contexto que explica o porquê de mais de 400 homens terem participado da emblemática travessia ocorrida no dia 9 de julho. Seguindo as normas da época, os colonos respeitaram a legislação que exigia a manutenção de uma faixa de reserva de mata ciliar às margens do rio, equivalente a dois lotes (cada um com 12,5 hectares paulistas). Somente a partir da área de mata preservada é que se iniciou a demarcação dos lotes, que dariam origem às futuras propriedades da região.

Uma curiosidade a esse respeito está relacionada a sua não divulgação na imprensa douradense, no caso, o jornal *O Progresso*, não apresentava nenhuma linha sobre o fato da travessia. Ao contrário, ao se analisar o jornal do dia 11 de julho de 1954, o que se encontrou foi apenas uma referência a um comício do PSD com vistas às eleições municipais de Dourados daquele ano, que ocorreria naquele dia, na Barranca do Rio (Porto Ubatuba):

Está programada para hoje um grande comício do Partido Social Democrático na Barranca do Rio, na Colônia Federal, ao qual estarão presentes, além do Snr (sic) Ruy Gomes, candidato a Prefeito Municipal, vários outros líderes do partido. Estão sendo preparadas no local grandes manifestações aos líderes do PDS nessa ocasião, demonstrando assim o grande prestígio do partido em meio aos nossos colonos (Comício do PSD. *O Progresso*. Dourados, 11 jul. 1954, p. 1).

O fato de a invasão da segunda zona não ter sido noticiada pela imprensa da época sugere que tal silêncio possa estar relacionado à falta de consentimento por parte da administração da CAND em relação ao ocorrido.

Nesse sentido, como observa a historiadora Tânia de Luca (2005), a imprensa deve ser compreendida como um instrumento de mediação e, muitas vezes, de manipulação dos interesses sociais, no qual a circulação ou a omissão de uma notícia está diretamente vinculada aos interesses dos grupos que controlam e financiam os meios de comunicação.

Além disso, conforme apontam diversos pesquisadores, entre eles Nilton Ponciano, o projeto original da CAND previa a construção de uma cidade a

aproximadamente 100 quilômetros da atual Vila São Pedro, no local onde hoje se encontra o município de Glória de Dourados.

Entretanto, a pressão dos migrantes pelo direito à terra alterou significativamente os planos do governo federal, forçando uma reorganização do espaço e dos projetos de urbanização previamente traçados para a região.

Nesse contexto, a formação de Fátima do Sul pode ser compreendida como resultado de um processo de ocupação não planejado oficialmente pelo Estado, enquadrando-se no que Clarissa Moreira Teixeira (2009) define como “espaços colaterais”.

Esses territórios surgem à margem dos projetos institucionais, configurando-se como expressões de movimentos sociais espontâneos, protagonizados pelos migrantes que, ao reivindicarem seu direito à terra, ocupam, organizam e transformam o território, dando origem a núcleos urbanos consolidados, muitas vezes não previstos nas diretrizes estatais.

Essa luta social pelo reconhecimento e formalização do território de Vila Brasil atinge um marco significativo no ano de 1963, quando, em 11 de julho, uma comissão composta por autoridades locais e lideranças comunitárias se deslocou até Cuiabá, então capital do estado de Mato Grosso, com o objetivo de apresentar aos representantes políticos estaduais um anteprojeto de emancipação do distrito.

Trata-se de um episódio que materializa não apenas uma demanda administrativa, mas sobretudo um processo de afirmação social e territorial protagonizado pelos próprios moradores, que buscavam a autonomia política e a consolidação de sua cidade no mapa institucional do Estado.

Poucos meses depois, em 16 de setembro do mesmo ano, o distrito foi palco de outro evento de grande importância simbólica e política: a visita do presidente da República, João Goulart (PTB). Conforme relata Chagas (2015), Jango esteve inicialmente em Dourados, onde foi homenageado com o título de Cidadão Douradense, e, em seguida, deslocou-se até Vila Brasil, acompanhado do prefeito Vivaldi de Oliveira (PTB) e do governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa (UDN).

Na ocasião, o presidente entregou pessoalmente os documentos que garantiam a posse dos lotes a mais de dois mil colonos, consolidando uma etapa crucial na regularização fundiária e no reconhecimento jurídico das ocupações realizadas até então.

Nilton Ponciano, ao descrever o processo de emancipação de Vila Brasil, apresenta a exposição de motivos que levaram o deputado douradense Weimar Gonçalves Torres (PSD) a defender a ideia:

VILA BRASIL [antigo Porto Ubatuba] é, indiscutivelmente a capital política, moral e econômica de toda uma vasta região agrícola; [...] VILA BRASIL, por sua privilegiada situação geográfica tornou-se centro comercial de uma laboriosa população [...] está colocada entre as maiores populações do Estado, seu crescimento é vertiginoso e mesmo impressionante, constatados pelos dados estatísticos seguintes: Renda da Coletoria Estadual no ano de 1961..... Cr\$ 19.987.174,30. Renda da Coletoria Estadual no ano de 1962..... Cr\$ 52.306.211,40. Número de inscrições comerciais no Distrito..... 744. Número de agências bancárias..... 3. [...] População do perímetro urbano do Distrito..... 3.545. População do interior do Distrito..... 21.447. População estimada do Distrito..... 79.000. Número de prédios da sede do Distrito... 1142. [...] UM PRÉDIO DE ALVENARIA PARA A INSTALAÇÃO DA MUNICIPALIDADE. Pelos dados acima [...] este Distrito merece e precisa ser elevado a categoria de MUNICÍPIO E COMARCA (Ponciano, 2006, *apud* Weimar Torres).

O deputado Weimar Gonçalves Torres apresentou a estimativa de setenta e nove mil habitantes para o distrito, um número bastante expressivo para a época, o que gerou dúvidas quanto à sua precisão. Contudo, esse dado encontra respaldo no relato do entrevistado Wilson Gonçalves, que afirmou: “(...) em 56, 58 era uma loucura. Fátima e Vicentina: 76 mil pessoas. 85% moravam na zona rural. Eram cinco, seis famílias por lote rural” (Entrevista 02), confirmando que, de fato, havia uma intensa concentração populacional, especialmente nas áreas rurais.

Assim, pode-se constatar as qualidades do distrito de Vila Brasil, como sendo “capital política, moral e econômica”. Possivelmente os termos “política” e “econômica” se encaixam devido a ser a primeira vila com grande concentração populacional do projeto varguista, o que permite, entre outras coisas, ser uma área de intensa influência do governo federal e dos partidários do PTB e PSD, como se viu na referência sobre o comício do candidato Ruy Gomes. “Econômica”, sem dúvida devido à expectativa que as terras férteis e a quantidade de colonos dispostas ao trabalho e à construção das riquezas materiais ofereciam.

Os números referentes à arrecadação tributária permitem ter essa noção, basta observar que em um ano (de 1961 para 1962) a arrecadação aumentou significativamente.

A questão da “Moral”, foi explicada por José Adauto do Nascimento, pelo motivo desta localidade ser famosa naquele momento em Mato Grosso e fora dele, recebendo inclusive a visita do presidente da república João Goulart (Jango).

A imagem abaixo registra um momento de profundo simbolismo histórico para a então comunidade de Vila Brasil, durante a visita do presidente da República, João Goulart, em 1963. No centro da cena, destaca-se o gesto emblemático de Jango apertando a mão de um colono, que segura nas mãos o título de posse de seu lote, representando o encontro entre o poder estatal e os sujeitos sociais.

Fotografia 9: Presidente João Goulart entrega título de terra a colono em Vila Brasil



Fonte: Grupo de Facebook - Memórias Fatimassulense.¹⁴

A expressão de empatia e proximidade entre o presidente e o trabalhador rural revela não apenas um ato protocolar de entrega formal da terra, mas reforça a imagem de João Goulart como um líder próximo do povo e alinhado aos interesses dos trabalhadores.

A fotografia simboliza o reconhecimento das lutas e da legitimidade dos trabalhadores na construção desse território. O título de posse consolida o direito dos colonos ao tão sonhado “pedaço de terra”, espaço este, que apesar de garantido no processo de colonização promovida pela CAND, teve que ser conquistado.

¹⁴ Disponível em: <https://facebook.com/groups/151390239010755/?mibextid=QMkhWqhdzUPDe5q5>. Acesso em: 27 abr. 2024

Como destaca Milton Santos (2006, p. 63),

o espaço não é apenas um quadro, um palco onde se desenvolvem as ações humanas. Ele é, ele próprio, um produto dessas ações, na medida em que se transforma e se reorganiza constantemente segundo os interesses, os conflitos e as necessidades dos grupos sociais que o ocupam.

Dessa forma, torna-se evidente que o surgimento de Fátima do Sul não foi fruto de um planejamento prévio por parte do Estado. Ao contrário, sua formação resultou de um processo social complexo, marcado pela ação coletiva dos próprios colonos, que, mobilizados pela necessidade de acesso à terra, enfrentaram resistências, perseguições e, em diversos momentos, a repressão direta das forças estatais.

A consolidação desse território foi construída, inicialmente, a partir da ocupação, da resistência e da organização comunitária, e, posteriormente, os colonos buscaram sua formalização e reconhecimento por meio dos canais legais, contando com o apoio de lideranças políticas locais e regionais, que passaram a representar e dar legitimidade institucional às demandas da comunidade.

Por fim, em 11 de dezembro de 1963, o governador Fernando Corrêa da Costa sancionou a Lei nº 2.057, que formalizou a criação do município de Vila Brasil. Naquele mesmo ano, outros distritos da região conquistaram sua emancipação, como Naviraí, Ivinhema, Jateí, Vila Glória (atual Glória de Dourados), Batayporã, Anaurilândia, Bandeirantes, Pedro Gomes, Brasilândia, Iguatemi e Caracol.

2.3 A importância das serrarias e madeireiras

Em todas as fronteiras, literalmente centenas de serrarias ‘clandestinas’ eliminam, durante o processo de ocupação, as árvores que vão sendo cortadas, sob a proteção da escuridão da noite (Foweraker, 1982, p. 47).

Segundo o texto de Ângela Maria Teixeira (2007), ao citar o livro “História, fatos e coisas douradenses” (1995), o município de Dourados no período da CAND era rodeado por matas que possuía espécies de árvores como peroba, cedro, guajuvira, canafístula, guavirova, jaracatiá, ipê, angelim, entre outras. Muitas dessas consideradas de excelente qualidade para se obter boas madeiras, também conhecidas madeira de lei devido à resistência e alto valor comercial.

Na primeira zona da CAND havia a serraria oficial localizada no atual distrito de Indápolis “para atender os colonos no fornecimento de madeira” (Naglis, 2007, p. 87). A serraria distribuía madeira para construção das primeiras casas oficiais, como já mencionado em páginas anteriores. Contudo, ela sozinha não conseguiu atender a demanda de madeira beneficiada para as casas, pois conforme ofícios do administrador da colônia Lloyd Ubatuba, analisados por Naglis, faltavam equipamentos.

As árvores derrubadas eram vendidas por muitos colonos, principalmente à serraria oficial. Mas, essas vendas, ao menos para a serraria oficial, tiveram curta duração, já que, conforme analisou Menezes (2012), o transporte da madeira tinha que ser feito pelo comprador, pois o colono não possuía caminhão para isso. Faltava ainda, mão de obra especializada para o trabalho na serraria oficial, o que levava a administração a contratar funcionários de outras localidades.

Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas no processo de ocupação e consolidação dos lotes, muitos colonos recorreram à instalação de serrarias clandestinas, destinadas principalmente à comercialização de madeira, atividade que naquele momento era proibida pela administração da CAND.

A situação tornou-se tão crítica que, em julho de 1951, uma investigação administrativa conduzida por Lloyd Ubatuba constatou o crescimento descontrolado dessas atividades. Conforme relatado por Naglis (2007, p. 109), o relatório apontava que: “O gesto da administração passada criou prosélitos e as serrarias clandestinas proliferaram pela vastidão das florestas da CAND [...]” (Naglis, 2007, p. 109).

Embora considerada irregular, a venda de madeira tornou-se, para muitos colonos, a forma encontrada para garantir a renda naquele início marcado por enormes desafios econômicos. Para alguns, essa prática funcionava como uma fonte de capital necessária para a manutenção e desenvolvimento das propriedades.

No entanto, para outros, tratou-se de uma estratégia de sobrevivência, especialmente para as famílias que perderam suas plantações de café devido a geada, como revela o depoimento de Wilson Gonçalves, ao rememorar a geada de 1953, que destruiu grande parte das lavouras de café na região:

Aquilo era tudo o que ele tinha, era aquilo lá (plantação de café), e no meio daquele mato lá, meu Deus do céu, acabou com tudo. Daí começou a tirar madeira. Vender madeira. Todo mundo (Depoimento de Wilson Gonçalves).

Portanto, observa-se que, diante da omissão do Estado e das adversidades impostas pelo próprio processo de colonização, a extração e comercialização de madeira

tornaram-se práticas comuns, ainda que à margem da legalidade, configurando-se como parte da estratégia de resistência e adaptação dos colonos às duras condições da época.

Dessa forma, descreve Menezes:

Nesse processo e em contradição com a serraria oficial, houve na CAND serrarias montadas pelos próprios colonos [...] inúmeras outras serrarias surgiram. Com características e finalidades bastante diferentes daquelas, estas serrarias cumpriram um importante papel na economia local, no tocante ao comércio da madeira (2012, p. 78).

Quem tinha melhores condições financeiras e conseguia fazer o beneficiamento da madeira se sobressaía aos colonos que somente derrubavam as árvores. A venda da madeira era algo garantido na primeira zona da colônia, pois todos dependiam dela para a construção de casas em toda a região.

Segundo a mesma historiadora, foram encontrados documentos que mostram a existência de serrarias em sete quadras da primeira zona, o que permite ter uma noção do impacto dessa atividade. Os trabalhadores das serrarias não necessariamente eram colonos, como casos de homens solteiros (os quais não tinham direito de adquirir lote conforme a legislação).

Foi na segunda zona da CAND, porém, que se atingiu o ápice da atividade ligada à exploração da madeira, devido a extensão dessa outra parte da colônia e a grande quantidade de árvores, conforme explicou Menezes.

Entretanto, o desmatamento dessa região não permitiu destinar logo de início as madeiras para as serrarias, pois “não tinham de imediato um destino comercial [...] o que implicava em seu acúmulo nos lotes” (Menezes, 2012, p. 94). Outro motivo que gerava dificuldades era a estrada da segunda zona até as proximidades de Dourados, principal mercado consumidor:

[...] a distância era de mais ou menos 30 km, distância significativa se visualizarmos que a ligação entre as duas localidades se dava por uma estrada boiadeira ou picada e cujo tráfego por sua vez dependia em grande parte do bom tempo, uma vez que o percurso era formado por várzea (Menezes, 2012, p. 94).

Conforme já relatado anteriormente, Wilson Gonçalves informou que um caminhão carregado, levava em média, até dois dias para percorrer o trajeto até Dourados, em razão das precárias condições das estradas da época. Ainda assim, apesar de todas essas adversidades, era intensa a circulação de caminhões carregados de toras

oriundas da segunda zona, tornando a exploração madeireira uma atividade econômica promissora para aqueles que se dedicaram a ela.

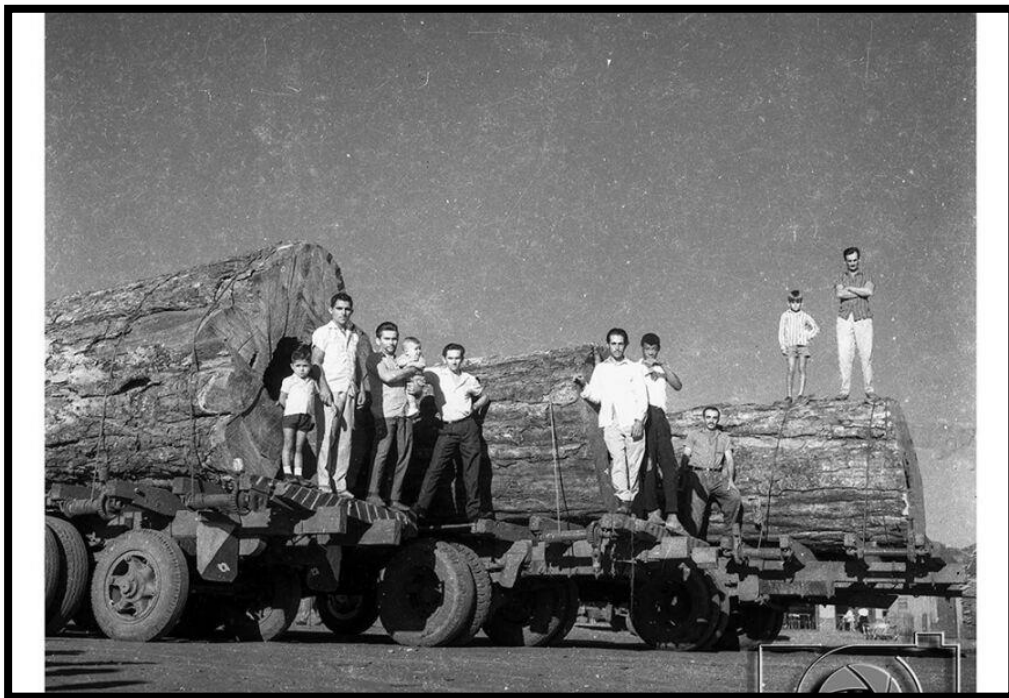
Sobre a exploração comercial das madeireiras, Cláudia Capilé descreve a seguinte situação:

No setor industrial, imperava o comércio de madeira com instalações crescentes de serrarias, o que se explica pela abundância de madeira nativa então existente. Destaca-se no ano de 1960, a implantação da serraria de propriedade do Sr. Lázaro Berto Gonçalves. Logo em seguida, no mesmo ano, instalou-se a Madeira São Paulo, que deteve a hegemonia comercial e industrial no ramo durante muitos anos (Capilé, 1999, p. 41).

Na década de 1960 o escoamento dos produtos produzidos na segunda zona teve uma melhora significativa devido a abertura da estrada que ligava a região até o estado de São Paulo “por meio de uma estrada aberta a leste com apoio dos próprios colonos” (Menezes, 2012, p. 95). O que se pode concluir é que a atividade econômica ligada à extração e beneficiamento da madeira foi fundamental juntamente com outras atividades desenvolvidas, como já se detalhou anteriormente.

Seja através do colono que tinha sua serraria manual, onde se utilizava o trabalho de apenas duas pessoas, seja em madeireiras, com estruturas maiores e certamente maior número de funcionários, a madeira ajudou a tecer histórias de lutas pela sobrevivência nesse interior brasileiro. As imagens a seguir permitem ter uma noção do tamanho das árvores, e como foi árdua a tarefa da derrubada da mata fechada.

Fotografia 10: Caminhões carregando toras na década de 1950



Fonte: Fátima News. Disponível em: <https://www.fatimanews.com.br/cidades/fatima-do-sul/fatima-do-sul-e-sua-historia-decada-de-1960-a-amazonia-era-aqui/189028/>. Acesso em 19 maio 2024.

Fotografia 11: Derrubada da mata na área onde se encontra a praça central de Fátima do Sul



Fonte: Museu Virtual Histórico Masuo Yasunaka.

Fotografia 12: Caminhão carregado com toras



Fonte: Museu Virtual Histórico Masuo Yasunaka.

2.4 Comércio, geadas, e problemas no escoamento da safra

A atividade comercial na CAND foi caracterizada pelo pequeno comércio, como ressaltou Ana Paula Menezes (2012), responsável pelo fornecimento de produtos industrializados: “os ‘bolichos’, onde se vendiam produtos de diversas naturezas” (Menezes, 2012, p. 59). Além de alimentos, se comercializavam produtos como lamparina e cachaça. José de Azevedo é outro autor que detalha bem esse típico comércio, explicando como eram as estruturas físicas desses estabelecimentos:

Eram instalados em casas de barro, cobertos de tabuinhas ou de sapé, e nestes bolichos vendiam-se além da cachaça cangebrina; também açúcar, café, rapaduras, farinha de mandioca, carne seca, botinas frigideiras; e uma infinidade de coisas como agulhas, retrós, botões. Ali também se dava um jeito para o ‘fiado’, havendo sempre um velho caderno de folhas enroladas, para as anotações (Azevedo, 1994, p. 32).

Muitos dos comerciantes, donos dos bolichos, não eram agricultores, mas também havia aqueles que se dedicavam aos dois ramos de trabalho. José de Azevedo

ainda destaca que aqueles estabelecimentos comerciais se configuravam em “um ponto de convergência social” (Azevedo, 1994, p. 32), visto que a concentração de pessoas, a maioria homens, se dava entre outras coisas devido aos jogos de truco e futebol, já que em muitos bolichos havia campos de futebol ao lado. É preciso lembrar que o escritor se refere a região da atual Glória de Dourados. Contudo, pode-se deduzir que em Fátima do Sul houve práticas parecidas com as daquela localidade.

Ana Paula Menezes escreveu que havia duas faces dos bolichos, a primeira devido ao fato de serem locais de fornecimentos de produtos para os lares, portanto, de maior interesse das mulheres; a segunda, quando se diz respeito aos momentos de jogos, onde a concentração era masculina.

Como já mencionado em páginas anteriores, o comércio em Fátima do Sul começou na localidade da fundação, ou seja, na antiga Porto Ubatuba (hoje Vila Nossa Senhora dos Navegantes), onde tinham, como escreveu José Adauto do Nascimento (1982), açougues, farmácias e casas de tecidos. No entanto, o comércio viria a crescer na cidade na década de 1970, como escreveu Claudia Capilé: “quando cresce o número de compradores de cereais atacadistas” (1999, p. 40).

A respeito dessa década, no terceiro capítulo discorreremos melhor sobre os diversos aspectos do município naquele período.

Para se tratar da produção agrícola na CAND, faz-se necessário recorrer às pesquisas que investigaram a produção de alimentos antes do surgimento da colônia no extremo sul de Mato Grosso. Para Ana Paula Menezes, em conformidade com Lúcia Salsa Corrêa (1997), nas primeiras décadas do século XX as fontes levam à dedução de que a agricultura era voltada à subsistência.

Paulo Cimó Queiroz (2004) enfatiza que logo após a chegada da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), a agricultura começa a se desenvolver nas imediações do município de Campo Grande, como por exemplo, a lavoura comercial de café. Será a partir da implantação da Colônia Agrícola que esse tipo de produção voltada para comercialização vai se iniciar de fato.

Porém, é preciso lembrar de dois elementos que caracterizavam a região onde se encontrava a CAND; primeiramente, boa fração das terras da região deixaram de ser exploradas pela Companhia Mate Laranjeira a partir de 1941, o que vincula parte dessas terras à extração da erva-mate, algo, como já se discutiu no primeiro capítulo, que se iniciou no final do século XIX; e a existência de comunidades indígenas, como

revelaram Graciela Chamorro (2017) e Nathália Ribeiro (2021) nas terras da colônia. Isso permite dizer que a produção para subsistência existia em escala considerável.

A dissertação de Menezes (2012) tem como foco principal a agricultura na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, por isso, utilizar-se-á com maior destaque, como na seguinte referência encontrada em carta do administrador da colônia Lloyd Ubatuba: “[...] a agricultura na CAND organizou-se no quadro e nas condições oferecidas pela natureza [...] são solos de rara fertilidade, que, pelo seu clima e altitude superior a 400 metros, se prestam a culturas variadas desde frutas europeias até o café”¹⁵

Entre as exigências para se ganhar o lote, o colono precisava, de acordo com o Decreto 3.049/1943, entregar uma declaração de experiência no campo, visto que esta era uma colônia com foco na produção de gêneros alimentícios. Contudo, Menezes constatou que havia casos de trabalhadores que adquiriram lotes, e que tinham experiências em outras áreas, menos na agricultura.

É evidente que isso não atrapalhou, pelo contrário, logo nos primeiros anos, na primeira zona, a produção se iniciou, principalmente por meio dos auxílios concedidos pela administração da CAND, como se observa em matérias de *O Progresso*, de 21 de abril de 1951, em que consta a informação de que o administrador fornecia caminhões para transportar a produção até Itahum, onde embarcava no trem e chegava para ser negociada em Campo Grande (Cf. Calculada em 150.000 arrobas a safra de algodão. *O Progresso*. Dourados, 21 abr. 1951, p. 3). A ajuda também se dava por meio da compra de sementes pelos administradores.

Entretanto, houve casos em que a lavoura na primeira zona não rendeu tanto. Foi no ano de 1953, que de acordo com o que escreveu o advogado José Adauto do Nascimento (1982), a região sofreu com fortes geadas. Essa informação foi confirmada por meio do jornal *O Progresso*: “Tremendos prejuízos à cafeicultura nacional causados pelas geadas. Calculadas as perdas em 70% no Paraná e 30% em São Paulo. Relativamente pequenos os prejuízos em Dourados” (*O Progresso*. Dourados. 12 jul. 1953, p. 1).

Em outra página, porém, pode-se ler que os prejuízos chegaram a 30% em Dourados, naquela que foi considerada uma das maiores geadas já registradas no Brasil

¹⁵ (Carta do administrador da CAND ao Sr. N.T.C. Chin, contendo informações sobre a colônia. 26/10/1951. Arquivo Público Estadual de MS – Campo Grande. Acervo CAND *apud* Menezes, 2012, p. 90).

(Cf. Menon, Jota. Provações. *O Progresso*. Dourados. 12 jul. 1953, p. 4). No final daquele mês, outra matéria trazia recomendações aos agricultores sobre como proceder na recuperação dos cafezais após a geada.

Reproduz-se na página seguinte uma imagem relacionada ao assunto, que a historiadora acima referida coletou no Arquivo Público de MS.

Fotografia 13: Ficha de levantamento estatístico da Administração da CAND

Q 15 80.11

|| I. N. I. C. NÚCLEO COLONIAL DE DOURADOS ||
SERVIÇO DE COLONIZAÇÃO
LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO

Nome *Manoel Fausto de Sousa* Número da quadra? *15*
 Nacionalidade *Par.* Quantas pessoas? *7*
 É casado no civil? *sim* Estado que nasceu? *Pernambuco*
 Número do lote *11* Religião? *Catolico*
 Tem agregados? *nao* Dista a escola? *3 K.*
 Tem veículos? *carroca* " o hospital? *6 K.*
 Já requereu? *ja* " a Igreja? *3 K.*
 Aonde mora? *no lote* Quantos alqueires derrubados? *7*
 De que material é construído sua casa? *madeira e telha*
 Em que data começou a cultivar o lote? *1947*

FAMÍLIA DO COLONO RESIDENTE NO LOTE

NOME	SEXO	CÔR	IDADE	SABE LÊR
Concessionário <i>Manoel Fausto de Sousa</i>	M.	br.	64	sim
Esposa <i>Antônia Paulina de Sousa</i>	f.	br.	55	sim
Filhos <i>João Manoel de Sousa</i>	m.	br.	27	sim
<i>Leopoldo Tibério de Sousa</i>	f.	br.	19	sim
<i>Marcel Manoel de Sousa</i>	m.	br.	16	sim
<i>Apriar Beneditina de Sousa</i>	f.	br.	10	sim
<i>Manoel Eulálio de Sousa</i>	m.	br.	9	sim

CEREAIS E OUTROS PRODUTOS

Milho <i>4 carros</i>	Erva mate <i>500 pés</i>	Mandioca <i>2000 pés</i>
Feijão <i>5 sacos</i>	Trigo <i>nao</i>	Algodão <i>nao</i>
Arroz <i>50 sacos</i>	Alfafa <i>nao</i>	Soja <i>nao</i>
Fa. Mandioca <i>10 sacos</i>	Batatinha <i>nao</i>	Hortelã <i>nao</i>
Cana <i>nao</i>	Cebola <i>nao</i>	Alho <i>20 quilos</i>
Café <i>1500 pés</i>		Amendoim <i>nao</i>

ANIMAIS E AVES

Cavalos <i>1</i>	Cabras <i>nao</i>
Burros <i>1</i>	Galinhas <i>50</i>
Rezes <i>14</i>	
Porcos <i>15</i>	

Água corrente ou poço? *corrente e poço*
 OBSERVAÇÕES: *Lib. def. exp. em 12-8-55*
Beleza: 1

VISTO
 Em *21/11/56*
 Chefe do Serviço de Colonização

FISCAL

Fonte: Acervo de Ana Paula Menezes (imagens registradas no Arquivo Público de MS, acervo CAND. Campo Grande - MS).

O levantamento estatístico revela o nome do colono, Manoel Fausto de Sousa, 65 anos de idade, pernambucano, católico, com 7 pessoas residentes no lote de número 11; o que, pela numeração e data de quando começou a trabalhar na terra (1947),

permite constatar ser da primeira zona. Manoel tinha como esposa Antônio Paulino de Lima, de 55 anos, 3 filhos e 2 filhas. Todos alfabetizados, pois no campo destinado a discriminar se sabiam ler, a resposta foi “sim”. Quanto aos produtos cultivados, tem-se: milho, feijão, arroz, mandioca, cana e café. A quantidade de pés de erva-mate (500), surpreende-se e comprova o quanto aquela cultura agrícola foi explorada nessa região.

Todavia, onde nasceu Fátima do Sul, a realidade no início do cultivo da terra foi bem diferente do registrado na primeira zona. Os auxílios concedidos pela administração não chegaram. A segunda zona era a maior parte da colônia, com 199.000 hectares de terra. Entretanto, nessa parte é possível dizer que a situação mais difícil era o escoamento, visto que para se chegar a Dourados era preciso passar por estrada sem asfalto, incluindo partes de várzeas, e de lá, chegar até Itahum, percorrendo mais 60 quilômetros.

O semanário *O Progresso* trouxe a notícia, em 1952, de que o governo de Mato Grosso daria início naquele ano às obras da rodovia entre Porto XV de Novembro, na divisa com o estado de São Paulo e Dourados (Cf. Rodovia Porto 15 a Dourados. *O Progresso*. Dourados, 24 fev. 1952, p. 1). A promessa somente sairia do papel na década de 1960.

A fatura existente na segunda zona foi destaque tanto em jornais quanto em texto literário, como parte da poesia do poeta Antônio José Araújo (1972), citado por Claudia Capilé (1999, p. 64):

E agora vou falar
Dos tempos bons que chegou
Muita gente que sofreu
Brevemente recuperou
Porque Deus não desampara
Aquilo que ele criou
Logo em seguida produziu
Foi um grande faturão,
Custava quatro cruzeiros
Um saco de feijão
Muitos perdiam na roça
E outros davam para os irmãos

Observa-se que o poeta tinha memórias a respeito de como o início do cultivo da terra mudou a situação dos colonos que passaram a produzir alimentos, apesar das dificuldades vividas, como ele enfatiza no final do texto. Além das dificuldades no escoamento dos produtos produzidos, os produtores também enfrentavam a falta de estrutura para armazenar os grãos.

A situação começou a melhorar a partir do momento da abertura da estrada que ligava a CAND ao estado de São Paulo (atual BR-376), por meio de cooperação entre empresários da companhia Moura Andrade, responsável pelo surgimento da cidade de Nova Andradina, da SOMECO, ligada ao nascimento de Ivinhema, e colonos, como escreveu José de Azevedo:

Na ponta de lá, o Moura Andrade comandou, com seus homens e máquinas, pois ele era muito poderoso. Na margem direita do Rio Ivinhema, o Ruy de Toledo Pizza, a que veio logo se juntar o grande Reynaldo Massi dono da SOMECO. Na ponta de cá, nós, com 1.500 colonos, armados de enxadões, foices e machados, ajudados pelo prefeito Vivaldi de Oliveira, com 1 trator e 1 motoniveladora (Azevedo, 1994, p. 60 *apud* Menezes, 2012, p. 122).

Esta obra, como já foi relatada em páginas anteriores, ocorreu na década de 1960 e, ao que indica a bibliografia aqui analisada, a promessa do governo de Mato Grosso feita em 1952 não se concretizou, cabendo aos empresários e colonos da CAND o trabalho árduo da abertura dessa estrada, que permitiu o escoamento e comercialização das lavouras de milho, arroz, amendoim, feijão, algodão e mandioca com cidades do interior do estado de São Paulo, como Presidente Prudente.

No primeiro capítulo, vimos que um dos projetos da Marcha para o Oeste era povoar as regiões mais afastadas e interligá-las aos grandes centros, abastecendo estes com produtos alimentícios produzidos nas colônias agrícolas nacionais criadas em diversas partes do país.

Dessa forma, era de se imaginar que a abertura das rotas de escoamento das lavouras fosse uma das principais metas do governo federal, mas na realidade, quem realmente fez o projeto sair do papel, seja na derrubada da mata, na construção das casas ou na criação de estradas, foram principalmente os colonos, auxiliados por empresários.

Fotografia 14: Caminhão carregado com parte da safra de amendoim



Fonte: Museu Virtual Histórico Masuo Yasunaka.

Fotografia 15: Carro de boi transportando amendoim



Fonte: Museu Virtual Histórico Masuo Yasunaka.

2.5 Sistema de trabalho comunitário para ajuda mútua

A composição populacional da CAND, como escreveu Nilton Ponciano, grosso modo, era a seguinte:

No interior da Colônia, havia pobres, no plural, tais como: trabalhadores rurais das fazendas de café do interior do Estado de São Paulo, os quais, em sua maioria, eram nordestinos; nordestinos oriundos diretamente de seus estados natais, que chegavam a Campo Grande por meio da estrada de ferro Noroeste do Brasil, deslocando-se pelo ramal desta estrada até Itahum e terminando a viagem até à CAND em veículos pau de arara; mato-grossenses, em número menor, mas que estavam presentes nesta região; assim como paraguaios, que também trabalhavam na exploração da erva-mate nos tempos da Matte-Larangeira, e na Colônia, exerceram, segundo depoimentos, a função de trabalhadores temporários na limpeza do solo (Ponciano, 2006, p. 131).

Não se pode deixar de mencionar a presença dos povos indígenas nessas terras, como já foi abordado no primeiro capítulo, a partir de pesquisas como as de Chamorro (2017), que demonstram como a retórica dos “espaços vazios” presente nos discursos de Vargas desconsiderava intencionalmente a presença de indígenas, paraguaios e outros grupos que historicamente habitavam a região.

Esses colonos, diversos em suas origens, planos de vida e sonhos, tiveram a experiência de trabalho diferente do clássico modelo camponês dos países capitalistas mais desenvolvidos. Na CAND, Nilton Ponciano, baseado nos estudos do sociólogo José de Souza Martins, conclui que os colonos tiveram a experiência do “trabalho familiar independente”, onde:

Este tipo de trabalho é caracterizado a partir da venda, não da força de trabalho do lavrador, mas, sim, do resultado de seu trabalho que nasce em sua propriedade, em sua ‘terra’, o que significa que o camponês ainda dispunha, nos anos 1950, de seus instrumentos de produção, sendo que o mais importante deles era a terra (Ponciano, 2006, p. 132).

Sendo assim, pode-se dizer que a forma de trabalho na região não se caracteriza nos moldes do capitalismo clássico. Esse trabalho era familiar e/ou comunitário, já que envolvia também a participação de vizinhos, como por exemplo, na plantação e colheita de milho ou na derrubada da mata. Conforme Nilton Ponciano, essa labuta familiar era predominante na década de 1950, desde o preparo da terra, limpeza e colheitas.

As mulheres se destacavam nessa lida, pois muitas vezes a mão de obra feminina de mães e filhas ajudavam os homens. É o que se pode constatar na entrevista da senhora Lair ao historiador em questão:

[...] aí plantamos milho e feijão, o milho nós mesmos que batia ele [...] E era assim, nós fazia mutirão, reunia a vizinhança, cada um ajudava o outro sabe, na época da bateção de milho, então nós ajuntava assim de noite, fazia bolinho, um pão, essas coisas, reunia a vizinhança para poder descascar esse milho, porque era muito milho [...] então era assim, meu pai saía, comprava uma pinguinha, uns vinhos, outro chegava com café, com bolinho, com pão, tudo feito em casa, porque aquela época não tinha essa história de comprar nada, era tudo feito em casa, e assim por diante fomos vivendo desse jeito (Entrevista de Lair Nunes de Araújo a Nilton Ponciano concedida em 23 ago. 1999. *In*: Ponciano, 2006, p. 134).

A entrevista possibilita olhares a respeito de como era esse trabalho, pois percebemos que além da lida na colheita e quebra do milho, os colonos alternavam o trabalho com certos momentos de distração, regados a bebidas alcoólicas e comidas típicas, muito provavelmente músicas e relatos de causos/contações de histórias das variadas regiões do Brasil que nessa colônia se congregava.

Os antropólogos Afrânio Raúl Junior e Beatriz de Heredia (2009), ao analisarem algumas pesquisas que discorreram a respeito da temática do trabalho familiar no campo, constataram que isso era comum em outras partes do Brasil, como Nordeste, estado de São Paulo e Amazônia. Isso leva a concluir que era uma característica inerente a boa parte dos colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

A imagem abaixo permite descrever que o trabalho comunitário seguia além das lidas agrícolas:

Fotografia 16: Mutirão de limpeza no município de Fátima do Sul



Fonte: Página do Museu virtual Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka.

Esta imagem faz parte do acervo de Alberto Hadime Yasunaka, filho de Masuo Yasunaka. Seu pai foi um dos primeiros fotógrafos de Fátima do Sul e responsável pelo registro de muitos momentos marcantes da formação do município, como já abordado no primeiro capítulo. Na fotografia, percebemos os trabalhadores da CAND fazendo um trabalho coletivo, método muito utilizado na região durante o período, seja na agricultura, na construção de igrejas, escolas, e na abertura de estradas. A imagem acima demonstra essa característica marcante da formação das cidades e vilas dessa região.

Sobre a abertura de estradas, Wilson Gonçalves revelou que:

Como era feita essas linhas (referindo-se a estradas) na verdade, tudo na enxada, enxadão. Não tinha esse negócio de patrola. A patrola... ela vinha para linha potrerito, era todo mundo correndo com medo, achando que era uma coisa... Vc pensa que é brincadeira? Eu to falando a verdade. A molecada “o que é aquilo, mamãe? O que é aquilo? Não, meu filho, isso daí é que cumpadre Rosa ta mandando lá da colônia para fazer nossa linha (Wilson, 2025).

A partir desse relato, percebemos, por meio de situações quase exclusivas dos colonos, que com o suporte de ferramentas rudimentares abriram as “linhas”. Segundo o entrevistado, apenas a linha do Potrerito, que ia até Indapólis, foi utilizado patrola, o

que teria causado estranheza aos jovens, que até então desconheciam maquinários pesados.

2.6 Lazer

Em referência às festividades na CAND e, por conseguinte, em Fátima do Sul, a maior referência bibliográfica encontrada nesta investigação foi a pesquisa da historiadora Suzana Naglis, que, ao abordar “A diversão na Colônia” traz ao leitor alguns aspectos das manifestações culturais, como bailes e brincadeiras. Segundo ela: “Os nordestinos contribuíram culturalmente, principalmente com os bailes, embalados ao som do ritmo alegre do forró” (Naglis, 2007, p. 94).

Um de seus entrevistados relatou que havia muita união entre os moradores, pois num raio de vinte quilômetros os vizinhos eram quase todos amigos. Essa forte amizade ajuda e pode ser explicada, principalmente quando se lembra do trabalho comunitário entre muitos trabalhadores da CAND. Ao som de forró, regado à cachaça, buchada de bode, bolo de puba, frango assado, entre outros alimentos, os colonos buscavam na diversão, certamente uma forma de aliviar a mente e o corpo das durezas que aquela vida cheia de desafios na colônia lhes reservou.

Juntamente com os bailes, havia os casamentos, muitos casamentos, como relatou José Anízio a Naglis (2007); além das brincadeiras de criança nas noites em que a falta de energia elétrica proporcionava, possivelmente em muitas casas, crianças brincando fora delas, para contar histórias. A Igreja Católica também dava sua contribuição, com as quermesses e leilões, como registrou o jornal *O Progresso*: “de 20 a 29 de junho será levado a efeito a grandiosa novena da tradicional festa de São Pedro na Colônia Federal” (Festa de São Pedro. *O Progresso*. Dourados, 5 jun. 1955, p. 2).

Em Fátima do Sul, como escreveu Capilé (1999) as festas da igreja ficaram famosas após a construção do salão paroquial. Ainda segundo essa pesquisadora, em Fátima do Sul a população também tinha no início da formação da cidade o “Cine Marrocos, onde a população, principalmente os namorados, se divertiam com os filmes do final da década de 50” (Capilé, 1999, p. 52).

Banhar-se no rio Dourados também era uma das atrações, sobretudo nos finais de semana. O futebol, considerado paixão nacional, organizou-se em Fátima do Sul por

meio do nascimento do Náutico Futebol Clube, de 1957, e seu substituto: o 21 de abril Esporte Clube, criado no dia 21 de abril de 1962.

2.7 Religiosidade

A religiosidade na CAND e em Fátima do Sul tem na pesquisa do historiador Nilton Ponciano (2006) uma significativa contribuição, pois ele analisa profundamente a história da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, instituição essa da qual a maioria dos colonos era seguidora.

Segundo o historiador, a Igreja Católica, ao longo dos períodos colonial e monárquico brasileiro, “tinha uma ligação de dependência e subordinação em relação ao Estado” (Ponciano, 2006, p. 116). Com o advento da República, no dia 15 de novembro de 1889, ocorre a separação do Estado e da Igreja Católica. No entanto, no ano de 1916, D. Sebastião Leme, então arcebispo de Recife e Olinda, divulga uma carta que marcou a Igreja no Brasil.

Na carta, o arcebispo reclamava de algumas situações da instituição no país, como a falta de padres, de intelectuais católicos, e as dificuldades financeiras da Igreja. “D. Leme lembrava que, sendo o Brasil no início do século XX eminentemente uma nação católica, a Igreja deveria tirar algum proveito disso e marcar sua presença mais fortemente tanto na sociedade civil como na política estatal” (Ponciano, 2006, p. 116).

O que se pode perceber é que o arcebispo, de certa forma reivindicava uma maior aproximação com o Estado brasileiro. Historicamente, essa relação entre o Estado e a Igreja Católica teve origens na Europa, quando o primeiro ajudava na construção de templos, mosteiros e em troca, ganhava o direito de nomear padres. “Esse modelo foi dominante na Europa do século IV ao XV”.

Durante a Era Vargas (1930-1945), essa aproximação melhorou. Para o historiador, em conformidade com o filósofo Roberto Romano no início do século XX “A política católica, efetivamente, notabilizou-se por justificar governos autoritários desde que, *conditio sine qua non*, a liberdade da Igreja fosse garantida” (Ponciano *apud* Romano, 1979, p. 144).

É nesse contexto que ocorre a implantação da CAND, o que evidencia a relevância da aproximação entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil para se compreender a forte presença da instituição religiosa nas primeiras décadas da formação

de Fátima do Sul. A Igreja não apenas ergueu igrejas, escolas, um hospital e uma rádio, como também exerceu profunda influência no campo social, atuando na definição de normas de comportamento, na transmissão de valores e na organização da vida comunitária.

Na colônia, a primeira igreja construída foi na sede, a atual Vila São Pedro que, segundo Jadir Zaro, foi construída pelo governo federal. Um dos primeiros padres a vir para Fátima do Sul, José Daniel, que depois mudou-se para Vila Vicentina, escreveu, em 1955, para o jornal *O Progresso* registrando a construção dessa igreja e destacando o apoio do Estado brasileiro.

Faz-se necessário recorrer a outras análises de Nilton Ponciano, no que tange à importância, para a Igreja, de trazer para o interior do Brasil aquela instituição:

[...] é possível sugerir que o projeto de expansão da fronteira agrícola por parte do Estado estava em sintonia com a proposta da Igreja da Neocristandade, i.e., expandir a fé católica e crescer enquanto instituição, combater os ideais da modernidade, o comunismo e o protestantismo, e apoiar-se na estrutura laica para levar conforto espiritual/católico às camadas menos favorecidas da sociedade. [...] a atuação dos padres no interior da Colônia tornou-se fundamental, pois além de levar a religião católica, estes supriam as carências das populações menos abastadas. [...] substituindo, de certa forma, o Estado pela Igreja devido, principalmente, à carência de políticas públicas voltadas para atender esta parcela da sociedade (Ponciano, 2006, p. 140).

Outra pesquisadora, a professora de História Adriana Martins Vieira (2007) reforça a influência da Igreja no nascimento de Fátima do Sul ao destacar, por meio da citação do Livro Tombo da igreja Nossa Senhora de Fátima (matriz), a vinda do frei Frederico Miés para realizar a primeira missa em Porto Ubatuba e propor aos colonos o nome oficial da localidade:

[...] A 8 de novembro de 1953, às quatro horas da tarde, Frei Frederico Miés celebra a missa neste local bem no barranco esquerdo do rio Dourados, a uns 20 metros, acima da atual ponte [...]. Vendo tanto povo simples, mas cheio de fé e devoção, provindo de quase todos os recantos do Brasil, Frei Frederico, durante a prática, lançou a ideia de denominar este lugar de “Vila Brasil”. Entre palmas e vivas o nome foi aprovado por todos os presentes (Livro Tombo da Igreja *apud* Martins).

A historiadora também ressalta que em torno de 500 pessoas presenciaram aquele ato marcante na fundação da cidade. Apesar da presença da ordem de São

Francisco de Assis em Dourados, desde 1938, em Fátima do Sul, a ordem católica que teve maior presença foi a dos palotinos.

Os padres palotinos chegaram ao Brasil em 24 de julho de 1886 e se estabeleceram na região de Vale Vêneto no Rio Grande do Sul, sua missão era a de “salvar almas” através da evangelização. Em 1954, partiram para os Estados do Paraná e Mato Grosso, e neste último, estabeleceram-se na região da CAND, devido ao bispo de Corumbá ter entregado a paróquia de São Pedro à Sociedade do Apostolado Católico (SAC), os palotinos.

A edição da Revista Rainha, de 1979, cita a chegada desses religiosos:

A entrada na selva se deu em 1954, com os padres José Daniel e Luís Vendrúsculo. No ano seguinte, outros três lhes seguiram os passos: Genésio Trevisan, José Stefanello e Amadeu Amadori. O início foi duro. Imagine-se o isolamento e a solidão daqueles sertões. Também a pobreza era absoluta, pois faltavam os recursos mais primários. Uma carta do Pe. Vendrúsculo nos dá conta desta situação: “por aqui tudo por fazer, tudo por salvar. Com o povo tenho começado pelo sinal-da-cruz” (Revista Rainha *apud* Ponciano, 2006).

Ainda no que concerne aos religiosos palotinos, a primeira igreja foi construída no povoado de Porto Ubatuba, no final de 1954, sob a liderança do padre José Daniel, denominada Nossa Senhora Aparecida. Em 1957 ela foi transferida para o outro lado da cidade, e em 1984 construiu-se uma nova capela naquele lugar, denominado Nossa Senhora dos Navegantes, por sugestão do padre Aquiles Pio Redin.

O local de origem de Fátima do Sul se tornou um bairro e passou a se chamar Vila Barbosa, em homenagem aos irmãos e advogados Wilson Barbosa Martins e Plínio Barbosa Martins¹⁶, que defenderam a causa dos colonos quando pessoas de outro lado vieram justificando ser donos daquelas terras, conforme informou Wilson Gonçalves. Sob influência da Igreja Católica, o bairro mudou de nome e passou a ser denominado Vila Nossa Senhora dos Navegantes.

Em 1956 chega à Vila Brasil o padre José Pascoal Busato, que, junto a Amadeu Amadori se destacam pelas várias ações em prol da sociedade local, como a construção da primeira escola e do primeiro hospital da cidade.

¹⁶ Conforme Eronildo Barbosa da Silva (2004), os irmãos Wilson e Plínio Barbosa Martins seguiriam carreira de sucesso na política mato-grossense/sul-mato-grossense com ênfase na oposição à ditadura militar. Wilson, prefeito de Campo Grande na década de 1950 pela UDN, elegeu-se deputado federal e ingressou no MDB. Foi cassado pelo AI-5 quando combatia a ditadura. Em 1982, na primeira eleição direta para governador de Mato Grosso do Sul foi eleito pelo PMDB. Plínio foi prefeito de Campo Grande de 1967 a 1969 e na década de 1980 foi 2 vezes deputado federal pelo PMDB.

Os protestantes também tinham sua representatividade na cidade. As duas primeiras comunidades cristãs foram a igreja Batista e a Assembleia de Deus, conforme escreveu Nilton Ponciano. Tempos depois vieram a Congregação Cristã no Brasil, Adventista e Presbiteriana, em conformidade com o que pesquisou Cláudia Capilé.

Apesar dessa diversidade de igrejas cristãs, houve casos de discórdia entre católicos e protestantes. A entrevistada de Nilton Ponciano, Josefa de Oliveira, relata que entre 1961 e 1962 foi preciso que o Exército Brasileiro viesse de Ponta Porã para tentar acalmar o acirramento. Isso fica ainda mais fácil de perceber quando se trata da questão do plebiscito realizado em junho de 1965, para definir o nome para Vila Brasil.

No início de 1965 começou-se a discutir na cidade o novo nome. Surgiram vários, como Porto Vitória, Porto Mercedes, Culturama, Fátima. Segundo Ponciano (2002), o padre José Pascoal Busato sugeria homenagear a padroeira da cidade Nossa Senhora de Fátima. No entanto, como havia no norte de Mato Grosso uma cidade chamada Fátima do São Lourenço, acharam melhor acrescentar as palavras “do Sul” para não haver confusão.

Assim, os dois nomes que foram para a votação final no plebiscito eram: Fátima do Sul, apoiada pelos católicos, e Culturama, defendido pelos protestantes. Culturama por estar relacionada ao culto, conforme entrevista do padre Amadeu Amadori a Ponciano: “[...] Culturama tinha um expoente forte que fazia campanha, eram mais os evangélicos que faziam campanha para eles. Culturama terra da cultura, Culturama terra das palmeiras. Ramo é palmeira, palmeira era terra de culto [...]” (Ponciano, 2002, p. 151).

Essa disputa foi acirrada, pois segundo relatou o padre, o nome Fátima do Sul venceu com cerca de dez votos de diferença. Como os moradores não foram obrigados a votar, e devido ao fato de muitos deles não escreverem o nome completo, apenas “Fátima”, diversos votos foram anulados. O analfabetismo da maioria dos eleitores, de acordo com o padre Amadeu Amadori, ajudou a explicar esse acirramento.

2.8 Entre o sagrado e profano

Como vimos anteriormente, esgotados os lotes na primeira zona, as levas de imigrantes que chegavam começaram a se fixar na margem esquerda do rio Dourados, aguardando o processo de demarcação das áreas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) para receberem os lotes que seriam doados.

O povoado tinha um obstáculo: o rio Dourados. Como os colonos já estavam na margem direita marcando os lotes e as famílias ficaram na margem esquerda, o povoado cresceu e foi preciso ultrapassar o rio. Como solução foi construída uma balsa para transportar pessoas, animais e alimentos. Essa Balsa até hoje é um elemento significativo na memória dos moradores, pois uma vez naufragou e algumas vidas se perderam. Posteriormente foi construída a ponte de madeira sobre o rio Dourados (Naglis, 2014, p. 82).

Nesse contexto, apesar da primeira igreja ter sido construída em Porto Ubatuba, localizada no lado esquerdo do rio Dourados, observa-se que, a Igreja Católica acompanhou rapidamente o deslocamento dos colonos para a parte alta da cidade, no lado direito do rio, construindo uma nova capela, onde passou a funcionar também a escola Vicente Pallotti, como veremos no próximo capítulo.

Esse movimento não se deu de forma aleatória, mas pode ser interpretado como uma estratégia simbólica e prática de ordenamento socioespacial, buscando distanciar-se da desordem social associada àquela região, marcada pela presença de casas de prostituição, bares e práticas consideradas moralmente reprováveis.

Ponciano, em seu estudo sobre o papel da Igreja Católica na organização socioespacial de Fátima do Sul, identifica três dimensões fundamentais. A primeira é a ordem geográfica, na qual a ocupação do lado direito do rio Dourados seguiu normas que exigiam a construção de casas em até 90 dias. Com base no esforço coletivo da comunidade, ergueram-se a igreja em torno da praça central, demonstrando um processo de ocupação organizado, ainda que de forma simples e precária.

A segunda é a ordem cosmológica, na qual as igrejas, posicionadas no centro da cidade, simbolizam a conexão entre o mundo espiritual e o terreno, fazendo da praça central o eixo simbólico e sagrado da comunidade.

Por fim, a ordem moral, que estabelecia uma divisão simbólica entre o “sagrado” e o “profano”: enquanto o lado direito passou a ser identificado como o espaço da “moralidade”, do sagrado e da vida comunitária organizada, o lado esquerdo foi socialmente associado, ao profano, à desordem, à bagunça, às festas e a vida boêmia. Nas palavras de Ponciano:

Note-se que o lado esquerdo, próprio das festas, do rendez-vous, ficou marcado como o lugar do profano, do “caos”, e o lado direito, o lugar da família, do trabalho, do sagrado. No lado direito concentrava-se o baluarte da ordem moral e sua hierofania, cruz, templos, torres, entre

outros, ao passo que, do lado esquerdo, ficava a libertinagem, a falta de regras, o desejo, as casas de prostituição (Ponciano, 2006).

É interessante notar que esta dinâmica se assemelha ao observado por Trevisan (2009), no processo de colonização da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), onde o Rio das Almas, demarca a divisão entre o núcleo projetado Ceres e seu distrito, Barranca¹⁷, formado por assentamentos colaterais.

Em sua análise, o pesquisador observou que a barreira do rio acarretou um fenômeno social, formando-se zona confinada de prostituição na Barranca, e na colônia, não. Nessa região também se produziu uma oposição simbólica entre as margens, materializada em dicotomias como sagrado/profano, oficial/marginal, ordem/desordem, centro/periferia, dominante/subalterno. Segundo Trevisan:

Se de um lado do rio a cidade é construída em rígido alicerce coercitivo, do outro lado cresce a cidade de tendas postas em barrancos, onde o efêmero torna-se permanente e alimenta o discurso de poder que caracteriza e qualifica a cidade e seus habitantes. Barranca materializou, então, a cidade promotora da transgressão, a terra desordenada, o local das veladas mazelas sociais, dos caprichos dos homens agricultores, “onde quase tudo era permitido (Trevisan, 2009, p. 68).

O autor citado revela que a conexão das extremidades territoriais gerada através da construção da ponte ligando Ceres a Barranca, criou uma estratificação das relações sociais, produzindo um marco temporal e um poder simbólico.

Essa questão também pode ser observada em Vila Brasil, pois, se por um lado, a construção da ponte de madeira em 1954 representou um marco no desenvolvimento de Vila Brasil, trazendo segurança na travessia do rio e facilitando a vida dos moradores da região, porém, sua efetivação também carrega simbolismos, principalmente quando Ponciano traduz o sentido moral de atravessar a ponte durante a noite, em direção a chamada “Coreia”:

¹⁷ Percebe-se aqui mais uma semelhança no processo de formação dos núcleos urbanos vinculados às colônias agrícolas nacionais. Em Fátima do Sul, o termo Barranca foi utilizado para nomear o assentamento situado às margens do rio Dourados, que viria a dar origem à cidade. Na CANG, em Ceres/GO, Barranca foi o nome inicialmente atribuído ao povoado que se formou na margem oposta do rio das Almas, fora dos limites previstos pelo planejamento oficial da colônia. Esse núcleo urbano cresceu de forma espontânea e desordenada, caracterizando-se como um espaço colateral à ocupação planejada. Com o tempo, o local foi emancipado politicamente, recebendo o nome de Rialma, hoje município goiano (Trevisan, 2009).

Convém sublinhar, nesta observação, que a fronteira entre estes mundos era a ponte construída sobre o rio. Passar sobre a ponte tinha um significado importante, especialmente durante a noite. Aos jovens não era aconselhado, mas tinha uma atenuante, o fervor da juventude. Aos homens casados, que deveria prezar pela família, era agravante, já que estava cometendo uma contravenção ao código de ética moral, enquanto que, às mulheres, era a ruína total, já que não preenchia mais o estereótipo de mulher construído pela sociedade, qual seja, mulher dócil e preparada para o casamento (Ponciano, 2006, p.206).

A seguir, temos a imagem da inauguração da ponte.

Fotografia 17: Inauguração da ponte de madeira sobre o rio Dourados



Fonte: Museu Masuo Yasunaka

A formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, especialmente em sua segunda zona, e a emergência do núcleo urbano de Vila Brasil, que mais tarde daria origem a Fátima do Sul, revelam um processo marcado por tensões, contradições e estratégias de adaptação coletiva. A ocupação dessas terras não pode ser reduzida a um simples avanço da fronteira agrícola, como sugeriam os discursos oficiais da Marcha para o Oeste, mas deve ser compreendida como uma construção histórica que envolveu

múltiplos atores: colonos migrantes, povos indígenas, a Igreja Católica, o Estado e o mercado.

A sociabilidade que se desenvolveu entre os colonos foi profundamente moldada pela precariedade das condições materiais e pela ausência sistemática do poder público, o que levou ao fortalecimento de práticas de ajuda mútua e trabalho comunitário. Nesse contexto, as formas de solidariedade camponesa emergiram como instrumentos de sobrevivência e resistência cultural, funcionando como verdadeiros “blocos históricos” no sentido gramsciano, em que o senso comum operava para mediar a vida cotidiana e garantir a coesão do grupo.

Ao mesmo tempo, os espaços de lazer e religiosidade funcionaram como arenas simbólicas fundamentais para a produção de identidades e para a normatização da vida social. O trabalho, a festa e a fé eram dimensões interligadas da experiência dos colonos, que construíam seus espaços e seus tempos de modo compartilhado. A Igreja Católica, especialmente pela atuação dos padres palotinos, exerceu um papel central não apenas na evangelização, mas também na definição de códigos morais, na fundação de instituições escolares e de saúde e na mediação de conflitos.

A oposição simbólica entre o “sagrado” e o “profano”, materializada na geografia da cidade nascente – com o lado direito do rio representando a moralidade e o lado esquerdo associado à desordem – ilustra bem o poder das instituições religiosas e do capital simbólico na conformação dos espaços sociais, como indicaria Pierre Bourdieu. A ponte construída sobre o rio Dourados não apenas unia fisicamente as margens, mas também marcava, de maneira simbólica, as fronteiras do permitido e do transgressor, do centro e da periferia, da virtude e da vergonha.

A exemplo do que Eric Hobsbawm apontou sobre as “invenções de tradições” e Trevisan analisou sobre outras colônias agrícolas nacionais, a construção de Fátima do Sul foi atravessada por narrativas que buscaram legitimar determinadas visões de progresso, ordem e identidade. A cidade que emergiu da floresta, erguida por braços calejados e sonhos difusos, carregava em sua fundação tanto o peso da luta por terra e dignidade quanto os conflitos simbólicos que moldaram suas hierarquias sociais, morais e espaciais.

CAPÍTULO 3

CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE FÁTIMA DO SUL

Ao iniciarmos este capítulo final, é necessário retomar a trajetória que levou à formação do município de Fátima do Sul. Esse percurso tem início no debate nacional sobre a necessidade de interiorizar o desenvolvimento, materializado na política da Marcha para o Oeste, sustentada por um robusto aparato ideológico que buscava legitimar o avanço sobre os chamados “vazios demográficos”.

Ao mesmo tempo, o projeto respondia a preocupações de ordem geopolítica, especialmente as levantadas pelas Forças Armadas, que viam a ocupação efetiva das regiões de fronteira como essencial para a segurança nacional.

Esse discurso se converteu em política de Estado, primeiro com a criação do Território Federal de Ponta Porã e, posteriormente, com a formalização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), marco legal e institucional da ocupação planejada da região.

A partir desse ponto, a questão ganha contornos materiais e humanos, com a instalação da infraestrutura mínima da CAND e a chegada de milhares de colonos. No caso específico de Fátima do Sul, esses colonos se estabeleceram inicialmente na margem esquerda do rio Dourados, aguardando a demarcação oficial de seus lotes.

Contudo, diante da demora e da inércia do Estado, optaram por atravessar o rio por conta própria, abrir picadas, medir seus próprios lotes com cipós, derrubar a mata, erguer suas moradias e iniciar suas lavouras, protagonizando um movimento de ocupação que foi, antes de tudo, social e coletivo.

Na sequência, organizaram-se em mutirões, abriram estradas, instalaram serrarias, construíram igrejas e criaram escolas improvisadas, iniciando assim, a consolidação de uma comunidade que, até então, sobrevivia mais pela força da solidariedade do que pela presença efetiva do Estado.

A retrospectiva desse processo revela que o protagonismo da construção desse território esteve, desde o início, nas mãos de um povo humilde, que, motivado pelas promessas das propagandas do Estado Novo, atravessou o país em busca de um lote, acreditando na promessa de apoio governamental que, em grande medida, não se concretizou.

Dessa forma, podemos constatar que os anos iniciais foram extremamente difíceis. Além da árdua batalha travada contra as adversidades materiais, como a derrubada da mata e a precariedade da infraestrutura, os colonos também enfrentaram obstáculos afetivos e sentimentais, como o isolamento, a insegurança e a saudade dos familiares deixados para trás. Ainda assim, as dificuldades foram, pouco a pouco, sendo superadas.

As primeiras lavouras floresceram e, com elas, também crescia a esperança de uma vida melhor. Contudo, quando parecia que o pior já havia passado, uma nova e dura prova se impôs: a devastadora geada negra de 1953, que destruiu grande parte das plantações e devastou as lavouras de café, mergulhando novamente os colonos na incerteza. Muitos, sem alternativas, foram obrigados a vender seus lotes e partir em busca de novas oportunidades.

Por outro lado, a maioria decidiu permanecer, resistir e perseverar. Foram esses homens e mulheres que, com trabalho árduo e resiliência, contribuíram diretamente para o crescimento, a consolidação e o desenvolvimento de Fátima do Sul, testemunhando a trajetória da cidade rumo à prosperidade e tornando-se protagonistas na “marcha para o progresso”.

O terceiro e último capítulo desta pesquisa tem como objetivo central analisar o processo de consolidação e desenvolvimento de Fátima do Sul, buscando compreender como se deram as dinâmicas sociais, políticas e institucionais, que transformaram o território estudado em um município estruturado e pujante. Nesse sentido, abordaremos, em um primeiro momento, a formação das primeiras instituições de ensino, reconhecendo seu papel estratégico na organização social, na difusão de saberes e na construção de identidades coletivas.

Na sequência, analisaremos a estruturação da vida política local, considerando os atores, os partidos e as disputas que moldaram os rumos do município em suas primeiras décadas de existência. Por fim, refletiremos sobre o processo de fortalecimento das instituições e consolidação da cidade enquanto espaço urbano, que, ao longo dos anos, deixou de ser apenas um núcleo de colonização para se afirmar como uma cidade dinâmica, reconhecida e integrada à lógica econômica, social e política da região e do país.

3.1 As instituições de ensino em Fátima do Sul

A partir da década de 1920, houve um intenso debate sobre a renovação educacional no Brasil, o que resultou em uma série de reformas educacionais que ocorreram no período.

Entre elas, podemos destacar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de março de 1932, cujos temas

[...] mais ‘fortes’ eram a gratuidade necessária para que a educação fosse efetivamente pública; a laicidade para que a escola estatal pudesse ser legitimamente republicana; a obrigatoriedade para que escolarização patrocinada pelo orçamento público pudesse ser um projeto de construção da identidade social de crianças e jovens e fosse, por fim, baseada na co-educação para que expressasse sua abertura aos novos métodos e à modernização do trabalho docente (Freitas; Biccás, 2009, p.73).

Dessa forma, a educação tornou-se um tema central no debate desenvolvimentista nacional, tendo sido amplamente explorado nas propagandas do Estado Novo em relação às Colônias Agrícolas Nacionais (CANs).

A criação de escolas e educação infantil foram parte central do projeto das CANs e eram garantidas pelo Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, que assegurava, em seu artigo 7º, “escolas para ensino rural, de acordo com os programas estabelecidos pela Superintendência do Ensino Agrícola” (BRASIL, 1940).

Além disso, o Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, também resguardava o direito à educação, como se observa em seus dispositivos:

Art. 6º Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural.

Art. 8º Serão mantidas ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar. (BRASIL, 1941).

Podemos inferir que a garantia da educação para as crianças, assegurada por lei, somou-se à gratuidade das terras como um dos principais fatores de atração dos migrantes para a região. No entanto, os colonos de Fátima do Sul rapidamente se depararam com o abandono por parte do poder público, inclusive no que se refere ao direito à educação.

Durante mais de uma década, entre 1943 e 1955, o município não contou com nenhuma instituição escolar formal. Somente em 1955, por iniciativa própria, o colono Manuel Cândido de Sá deu início ao processo de alfabetização de crianças em seu sítio, localizado na Rodovia 376, (local onde atualmente funciona a fábrica de tijolos Corbucci) caracterizando-se como uma “escola de improviso”.

Segundo os pesquisadores Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho, as chamadas escolas de improviso eram aquelas que “[...] funcionavam em espaços improvisados, como igrejas, sacristias, dependências das Câmaras Municipais, salas de entrada de lojas maçônicas, prédios comerciais, ou na própria residência dos mestres” (Vidal; Faria Filho, 2000, p. 21).

A ausência do Estado possibilitou que a Igreja Católica, por meio da Missão Palotina, assumisse a responsabilidade de criar uma instituição escolar. Segundo depoimento do padre Ládio da Silva (2017), os missionários teriam se instalado na colônia com o objetivo de evangelizar. No entanto, ao constatarem a necessidade de alfabetização para atender tanto às demandas “terrenas quanto espirituais”, fundaram a primeira escola de Fátima do Sul.

Esse relato permite compreender que, embora a educação não estivesse diretamente vinculada à missão original dos Palotinos, centrada na “salvação das almas”, ela passou a ser incorporada às suas ações. A alfabetização, nesse contexto, não apenas facilitava a compreensão do evangelho pelos colonos, como também se consolidava como uma estratégia eficaz de aproximação e formação das crianças dentro dos preceitos do catolicismo.

Dessa forma, em 1957, o padre palotino Amadeu Amadori, assumiu a responsabilidade pela escola do senhor Manuel, transferindo-a para a capela Nossa Senhora Aparecida, atualmente chamada de Nossa Senhora dos Navegantes, conforme registrado no Livro do Tombo:

Eu fundei a primeira escola chamada Vicente Pallotti, depois eu fundei o ginásio, depois o técnico. Primeiro começou com o ginásio, depois veio o técnico em contabilidade, depois para formar o professor veio o normal e depois vieram outras como o corte e costura, datilografia [...]. Sempre a Igreja que formava a cidade, sem saber (Entrevista de Amadeu Amadori a Nilton Ponciano concedida em 18 ago. 2002. *In*: Ponciano, 2006, p. 180).

Ponciano, ao entrevistar o padre Amadeu Amadori, revelou que aquele foi o responsável pela criação da primeira escola em Porto Ubatuba em 1957, denominada

Vicente Pallotti, nas dependências da antiga Capela Nossa Senhora Aparecida atual Nossa Senhora dos Navegantes, à margem esquerda do rio Dourados.

Escola Paroquial ‘Vicente Pallotti’ - Aos vinte e oito de março de mil novecentos e cinquenta e oito Pe. Amadeu Amadori funda a Escola Paroquial ‘Vicente Pallotti’ em Vila Brasil. [...] Embora sem carteiras funciona hoje na primitiva capelinha à margem esquerda do Rio Dourados, com 66 alunos (Livro Do Tombo, 1963, p.7, *apud* Silva, 2017 p.69).

A pesquisadora Adriele Aparecida Squincalha da Silva (2017) explica que a data do livro do tombo ser apenas em 1958, deve-se ao fato da escola ter sido regulamentada nesse ano, onde passou a se chamar Escola Paroquial Vicente Pallotti.

A escola era improvisada em uma capela construída próximo ao Rio Dourados, e segundo a Revista Rainha (1979, P.14) possuía “cinco metros por sete”. Abaixo temos a foto da Escola/Capela:

Fotografia 18: Escola/Capela Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka.

Na fotografia acima, podemos observar que a construção era feita de madeira, coberta por “tabuinha”, a janela aparentava estar sem vidros, e havia duas varandas pequenas. Ao fundo, vemos árvores e à frente, grama ou mato. A foto foi tirada em um

dia de sol, pois algumas crianças estão protegendo os olhos da luz, enquanto outras estão com a cabeça abaixada.

Percebe-se ainda adultos, possivelmente professoras, abrigadas na varanda esquerda. Um ponto importante a destacar é que, como ainda não havia energia elétrica no município nesse período, o interior da escola dependia exclusivamente da iluminação natural.

Segundo Ponciano, a escola começou a funcionar em 28 de março de 1957, ficando apenas quatro meses na Capela, tendo em seguida se transferido para a Avenida Nove de Julho, esquina com a Rua Melvin Jones, numa propriedade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). No mesmo ano, os padres construíram uma escola de madeira com quatro salas, em terreno emprestado e recursos doados pela comunidade e por duas serrarias.

Diante do pequeno espaço que a capela possuía, não foi possível atender todos os estudantes, sendo necessário que parte das aulas ocorressem onde hoje se localiza a Praça Getúlio Vargas, em uma propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dessa forma, a Capela passou a atender as crianças da zona rural, e a Escola Paroquial atendia as crianças que moravam na cidade.

Em 1960, os padres palotinos construíram uma escola maior, com quatro salas, em um terreno emprestado e com recursos doados pela comunidade e por duas serrarias. A escola ficava localizada onde hoje funciona o prédio da Mirim. Sobre a nova escola, a Revista Rainha (1979) trouxe a seguinte descrição:

A primeira capelinha era uma rude choupana à margem do rio. O vento a deitou em escombros, em 1975. Mais tarde, em terreno doado pelo INCRA, Pe. Amadeu levantou uma capela excelente, nos padrões da época. Media nove metros por quinze, tinha esteios de aroeira e tábuas de peroba (Revista Rainha, 1979, p. 14-15).

Fotografia 19: Escola Paroquial (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka.

A figura acima nos mostra os alunos no pátio de terra batida da escola, estavam bem-vestidos e se preparavam para um desfile cívico. Nota-se ainda que a escola é muito maior que a anterior, com inúmeras janelas, garantindo claridade para as salas de aula, pois como citado anteriormente, ainda não havia luz elétrica. Ao fundo, vemos a mata nativa.

Fotografia 20: Visita do presidente João Goulart (1963)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka.

A partir da foto acima, tirada em 16 de setembro de 1963, durante a visita do presidente João Goulart, podemos perceber a importância da Escola Paroquial Vicente Pallotti que, através de uma de suas estudantes, homenageia a ilustre figura. Na foto ainda aparecem o Pe. José Pascoal Busatto e o professor da Escola Paroquial, Quintino Bristot.

Apesar das homenagens prestadas, a orientação política de esquerda do presidente desagradava parte significativa do clero, que no ano seguinte apoiou o golpe civil-militar que resultou em sua deposição e na instauração da ditadura, vigente até 1985.

O regime foi marcado pela censura, repressão política e graves violações de direitos humanos. Essa aversão ao governo de Jango fica evidente no registro do Pe. Amadeu Amadori, no Livro do Tombo, ao comentar a deposição do presidente em 1964.

Deposição do Presidente João Goulart- A primeiro de abril de 1964 foi deposto pelas forças armadas o presidente da república João Goulart, que, orientado pelo deputado Leonel Brizola vinha comunizando nossa pátria. Tentavam os comunistas dar um golpe para implantar o regime de Fidel Castro, mas na hora certa o Presidente foi deposto. Aqui em Vila Brasil nessa ocasião foram presos diversos comunistoides, sendo que o cabeç¹⁸ conseguiu evadir-se (Livro Do Tombo/Pe. Amadori, 1964, p.12 *apud* Silva, 2017).

Percebendo a necessidade da criação de uma escola técnica na região, os padres Amadeu Amadori e José Pascoal Busatto iniciaram, em janeiro de 1966, a construção de um prédio de alvenaria destinado à fundação do Instituto D. Pedro II, cuja inauguração ocorreu em 25 de setembro do mesmo ano e contou com a presença do padre Guido Carcich e das autoridades civis e militares locais, com destaque para o desfile dos alunos uniformizados e a realização de missa campal celebrada pelo padre Guido (Livro Tombo, 1966, p. 21).

Em entrevista concedida à pesquisadora Adriele Aparecida Squinca Silva, o padre Ládio revelou que:

Para construir a escola foi recebido dinheiro de órgãos do Estado, de verbas de deputados e também de outros países que tinham associações que ajudavam países mais pobres. Recebemos ajuda dos Estados Unidos e da Europa. O terreno, os padres que vieram fundar a missão aqui, com o auxílio dos outros padres da comunidade palotina, ajudaram a comprar meio lote, terreno este onde seria construída a escola (Silva, 2017, p. 80).

Nesse período, o Instituto, sob a direção dos padres palotinos Amadeu Amadori e José Pascoal Busatto, passou a ofertar cursos técnicos, como datilografia e corte e costura, representando um marco na formação educacional da cidade. Em 1967, a Escola Paroquial Vicente Pallotti, até então localizada na Avenida Nove de Julho, foi transferida para o prédio do Instituto D. Pedro II, atendendo 110 alunos e contando com cinco professores.

¹⁸ A pesquisa não obteve êxito em identificar quem seria o indivíduo apontado por Pe. Amadori como o “cabeça”, que teria conseguido evadir-se antes da prisão. No entanto, seu relato deixa evidente que, apesar de ser uma cidade pequena e afastada, Fátima do Sul não ficou imune à vigilância e repressão do regime militar, realidade também confirmada pelo radialista Wilson Gonçalves, que nos relatou que o regime era muito duro e muitas pessoas foram presas em Fátima do Sul. Um aspecto que chama atenção no registro é o uso do neologismo pejorativo “comunistoides”, empregado para se referir aos simpatizantes do comunismo. Esse termo deixa clara não apenas a aversão do autor ao movimento comunista, como também seu apoio à deposição de João Goulart pelas forças armadas, descrita por ele como ocorrida “na hora certa”.

Segundo registros do Livro do Tombo, as atividades escolares foram iniciadas em 8 de março de 1965, tanto para a Escola Paroquial Vicente Pallotti quanto para o Ginásio Comercial do Instituto D. Pedro II. Na ocasião, o Ginásio registrou mais de 200 matrículas, enquanto a Escola Paroquial contabilizou cerca de 450 alunos (Livro Do Tombo, 1965, p. 13).

Um fator relevante para a consolidação do Instituto foi a instalação do fornecimento de energia elétrica em 1966, o que possibilitou a transferência definitiva da Escola Paroquial para o prédio do Instituto. O próprio Pe. Amadori descreve no Livro do Tombo:

[...] Aos 12 de setembro de 1966, acabou de ser instalado o grande motor Deutz nos fundos do Ginásio Comercial, que deverá fornecer luz e força para o Ginásio, a Maternidade, a futura Matriz, a futura residência dos padres e a Rádio Ivoté¹⁹ (Livro Do Tombo, 1966, p. 20).

A construção da escola contou com financiamento de órgãos públicos, por meio de repasses de deputados, bem como de organizações internacionais, especialmente dos Estados Unidos e de países europeus, que possuíam associações voltadas à ajuda a países em desenvolvimento. Além do terreno adquirido com auxílio dos padres da comunidade palotina, as verbas eram complementadas pelas contribuições dos pais, que ajudavam nos custos e pagamento dos professores, conforme apontado no Livro do Tombo: “Os pais davam uma ajuda de custo para as despesas da escola e para o pagamento dos professores.” (Livro Do Tombo, 1966, p. 21 *apud* Silva, 2018, p. 9).

A criação e o funcionamento do Instituto D. Pedro II foram amparados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que de acordo com Hilsdorf (2003), estimulava e apoiava a iniciativa privada na oferta educacional. Essa legislação previa, sobretudo, apoio financeiro a instituições de ensino secundário e superior, por meio de bolsas de estudo e assistência para infraestrutura.

No entanto, apesar desses incentivos, havia barreiras estruturais para o acesso à educação, especialmente no nível secundário. Um dos principais obstáculos era o exame de admissão ao ginásio, que representava uma barreira seletiva para os estudantes.

¹⁹ Segundo relatos do Radialista Wilson Gonçalves: “O pe. José Pascoal Busato quando veio para cá, era meio revolucionário e adiantado no tempo, aí construiu o prédio da rádio Ivaté AM de Fátima do Sul (...) mas aí o ministério das comunicações militar não autorizaram, mesmo com o poderio que ele tinha, porque ele era capelão do exército. Nem chegou a funcionar, ficou um tempo, acho que um ano, um ano e pouco... Aí ele entregou os pontos, né? E não funcionou. Aí a rádio que inaugurou em Fátima do Sul, a primeira, já foi a rádio Uberlim em 1978, em frente ao antigo SIAS (Entrevista 02).

Isso explica por que o número de alunos no ensino primário era significativamente maior, pois nem todos conseguiam prosseguir para o nível ginásial, seja por dificuldade nas provas, seja por limitações econômicas das famílias, que não conseguiam arcar com as mensalidades.

Além disso, muitos jovens precisavam trabalhar, o que inviabilizava a continuidade dos estudos. Sobre a cobrança de mensalidades nos cursos oferecidos pelo Instituto, o padre Ládio explicou:

A gente não podia fazer de graça para todo mundo. Quando tinha uma família com cinco filhos que estudavam, por exemplo, aí sim, um ou dois deles a gente dava [isenção], porque recebia algumas verbas do Estado também, mas não tinha bolsa de estudo para todos (Entrevista, 2016).

De acordo com seu relato, embora houvesse algum apoio do Estado, ele era insuficiente para a manutenção plena da escola, o que justificava a cobrança de mensalidades.

Dessa forma, percebemos que a Escola Paroquial Vicente Pallotti, mesmo representando um avanço na oferta educacional, não acompanhava as tendências laicas e progressistas expressas pelo Movimento da Escola Nova, que influenciava as políticas educacionais no Brasil a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

A escola mantinha forte cunho religioso, não adotava os métodos pedagógicos modernizadores e restringia a oferta gratuita apenas ao ensino primário, cobrando pelas séries do ensino secundário, o que representava barreiras econômicas significativas para muitas famílias que não podiam arcar com a educação de seus filhos.

Em uma região onde a doação de terras para os colonos estava ligada a comprovação de pobreza, a maioria dos jovens abandonavam os estudos para trabalhar e ajudar a família, o que nos leva a deduzir que pagar por educação era um privilégio para poucos, fato testemunhado no relato da professora aposentada Naura, ex-aluna da escola, “eu entrei e saí porque meu pai era muito pobre e não tinha condições de pagar” (Entrevista, Silva, 2017).

Paralelamente, a rede escolar do município contava com outras instituições importantes. Dentre elas, destaca-se a Escola Estadual Izabel Mesquita, inaugurada em 1º de março de 1959 pelo então governador de Mato Grosso João Ponce de Arruda, inicialmente denominada Grupo Escolar Izabel Mesquita e localizada na área hoje ocupada pela Praça Getúlio Vargas.

Em 1967, diante da necessidade de maior espaço físico, a escola foi transferida para outra área, que posteriormente abrigaria a Corporação dos Patrulheiros e Bandeirantes Mirins. Através do Decreto nº 2322 de 1974, do governador José Fragelli, a instituição recebeu nova denominação: Escola Estadual de 1º Grau Izabel Mesquita.

Por conta de problemas estruturais no prédio, em 1978 foi adquirida uma nova área, propriedade de Edvaldo Avelino de Brito, para a construção da atual sede²⁰, que passou a funcionar em 1981 entre as ruas Campo Grande, Cristobalina Ruiz, Manfredo Corrêa e Nossa Senhora de Fátima.

Em 1967, foi criada outra instituição de ensino importante, o Ginásio Estadual Dom Aquino Corrêa, marco inicial da Escola Estadual Senador Filinto Müller. A proposta para a sua criação foi formalizada em 1961 pelo deputado estadual Weimar Gonçalves Torres, que protocolou projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para instituir o ginásio no distrito de Vila Brasil. No entanto, sua implantação enfrentou atrasos atribuídos a fatores políticos locais e devido a existência do Instituto Dom Pedro II.

A nova sede do ginásio foi edificada em área doada ao Estado em 1971 por Jamil de Oliveira Batista e Aparecida Ramires Batista. Em 1972, o Centro Educacional em construção recebeu a denominação Senador Filinto Müller, oficializada por lei sancionada pelo governador José Manoel Fontanillas Fragelli.

Em 1974, o ginásio foi integrado ao Centro Educacional, que passou a ser denominado Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Senador Filinto Müller, tendo como primeira diretora, a senhora Gedalva Coelho de Araújo. Na mesma época, iniciaram-se os cursos profissionalizantes técnicos em Administração e Secretariado, ampliando as possibilidades de formação da população local.

Além dessas instituições urbanas, a região contava com uma extensa rede de escolas rurais, estimadas em mais de 70 unidades, que atendiam à população do campo. Essas escolas, geralmente de funcionamento precário, eram instaladas em locais improvisados, com estruturas simples de madeira, em terrenos doados por moradores ou nas proximidades das propriedades dos colonos.

²⁰ A Escola Estadual Izabel Mesquita funcionou até 2008, quando foi fechada devido à redução do número de estudantes no município. Atualmente, em seu prédio, funciona o 14º Batalhão de Polícia Militar.

Muitas funcionavam com apenas um professor para várias turmas, em salas multisseriadas, com turmas compostas por alunos de diferentes idades e níveis de escolarização, como nos relatou Wilson Gonçalves.

Apesar das dificuldades, essas escolas desempenharam papel fundamental na alfabetização e na inserção social das famílias rurais, contribuindo para a fixação da população no campo e para a construção da identidade educacional da região.

A trajetória do Instituto D. Pedro II teve continuidade, mas, a partir de 1974, a escola deixou de ser administrada pelos padres palotinos, passando a integrar a rede pública estadual de ensino de Mato Grosso, conforme o Decreto nº 2.330, de 28 de novembro de 1974. Posteriormente, em 1999, a instituição foi transferida para um novo prédio, situado na Rua Pastor Lemos, nº 2011, em terreno doado pelos próprios padres, nas proximidades do Horto Florestal, onde permanece em funcionamento.

Outra iniciativa relevante foi a aquisição do Instituto Dom Pedro II, no início dos anos 1980, pela empresária Ively Monteiro, que fundou o núcleo de ensino superior denominado Faculdades Integradas de Fátima do Sul (FIFASUL), fortalecendo ainda mais a oferta educacional na cidade.

Dessa forma, a história educacional de Fátima do Sul revela uma trajetória marcada inicialmente pelo protagonismo da Igreja Católica, e posteriormente, por políticas públicas progressivas e por agentes privados que, juntos, contribuíram para a construção de uma rede de ensino diversificada, que apesar das dificuldades estruturais e das limitações econômicas, permitiu o acesso e a permanência de grande parte das crianças e adolescentes nas escolas.

3.2 A política de Vila Brasil e o cenário nacional

Estudar sobre os processos eleitorais é uma das formas de se compreender como um povo lida com algo tão importante, que é sua organização política. Para o historiador francês René Rémond (2003), os estudos sobre eleições revelam opiniões de uma coletividade em torno das formas de se administrar a sociedade.

Emancipado o município de Vila Brasil, a primeira eleição para prefeito e vereadores, estava marcada para ocorrer em maio de 1964 e deveria ser uma eleição extemporânea, ou seja, fora do período normal de eleições no resto do Brasil, como se pode ler na matéria do jornal *O Progresso*:

Segundo projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, as eleições nos novos municípios recentemente criados deverão realizar-se na segunda quinzena de maio em data a ser marcada pelo Tribunal Regional Eleitoral (Eleições nos novos municípios (*O Progresso*. Dourados, 20 dez. 1963, p. 01).

No entanto, como já relatado anteriormente, no dia 31 de março de 1964, o golpe de Estado, liderado pelos principais chefes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), tendo apoio do governo dos Estados Unidos da América, e de diversos setores da sociedade civil e de setores da Igreja Católica e protestantes, derrubou o presidente João Goulart (PTB) e implantou uma ditadura militar que durou até 1985.

Novamente o país enfrentaria um regime ditatorial²¹, visto que entre 1937 e 1945 o Brasil esteve sob a ditadura civil do presidente Getúlio Vargas, período conhecido como Estado Novo. O golpe civil-militar mergulhou o país em ditadura militar, que durou 21 anos e foi descrita pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho da seguinte forma:

Houve um tempo, não faz muito tempo, em que o Brasil viveu sob uma ditadura. Em nome da democracia, fecharam partidos, amordaçaram sindicatos, mataram a liberdade. Para salvá-la, aboliu-se a democracia. E a tortura foi adotada como política de Estado. No quadro de um furioso processo de modernização que aprofundou desigualdades sociais gigantes (Filho, 2005).

De acordo com Boris Fausto (1995), o regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964 caracterizou-se como uma ditadura de natureza civil-militar, marcada pela supressão dos direitos políticos, censura, perseguição sistemática aos opositores e forte aparato repressivo. O governo justificava suas ações autoritárias com o discurso de defesa da segurança nacional e do combate ao comunismo.

Após a tomada do poder, o regime militar que se instaurou, embora autoritário desde sua origem, procurou manter, nos primeiros anos, uma aparência de normalidade institucional. Para isso, preservou certas estruturas do sistema democrático, como o funcionamento do Congresso e a existência de partidos políticos, ainda que sob forte controle e vigilância.

²¹ São características de regimes ditatoriais: a supressão das liberdades civis e dos direitos políticos, o forte uso do aparato repressivo (militares, polícia, política, censura), discurso de defesa da ordem, da segurança nacional e da unidade territorial, nacionalismo e o uso da propaganda como instrumento de legitimação. Dessa forma, outros períodos históricos podem ser considerados como ditatoriais, como é o caso do governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), que teve características autoritárias, apesar de sua fachada constitucional. Segundo Carvalho (1987), “a República começou sem povo. Foi uma mudança feita de cima para baixo, obra exclusiva dos militares, que tomaram o poder à revelia da sociedade, implantando um governo provisório que, na prática, era uma ditadura militar.”

Nesse contexto, a União Democrática Nacional (UDN), partido historicamente associado às elites conservadoras, a setores empresariais e a segmentos das Forças Armadas, destacou-se como o principal fiador civil do golpe de 1964. Com seu discurso anticomunista e seu alinhamento com os interesses da ordem e da disciplina, a UDN tornou-se uma das principais bases de sustentação política do novo regime autoritário, contribuindo para legitimar a ruptura democrática perante parte da sociedade.

Seus quadros integraram diversos postos nos governos militares, defendendo um projeto de Estado centralizador, anticomunista e contrário às políticas trabalhistas. Por outro lado, os partidos rivais como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático), que haviam sido pilares da política varguista e do desenvolvimentismo anterior, entraram em processo de enfraquecimento e perseguição.

Até 1965 essas legendas ainda operavam institucionalmente, disputando espaço no cenário político, embora já sob intensa vigilância e crescentes restrições impostas pelo regime militar. Sobre essa dinâmica, a historiadora Suzana Arakaki (2008) destaca que, mesmo distante dos grandes centros, a região onde foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) não escapou ao cerco repressivo da ditadura militar.

Segundo a autora, “na região de Dourados, as prisões que se seguiram ao golpe buscavam exatamente detectar a presença de adeptos de Brizola e de seus supostos grupos de guerrilha” (Arakaki, 2008, p. 74). Esse fato já foi mencionado anteriormente, quando o entrevistado Wilson Gonçalves relatou ter ocorrido prisões em Vila Brasil.

Essa perseguição pode ser explicada quando analisamos o sentimento que o eleitor, oriundo da CAND, nutria em relação ao falecido presidente Getúlio Vargas. Sobre o tema, o historiador Fernando de Castro Além revela:

A imagem de Vargas, para o eleitor da CAND, é o PTB, e para esse eleitor, o PTB é Vargas. Se para eles *foi Vargas quem deu o lote*, por conseguinte uma melhor condição de vida, e essa melhor condição de vida fazia parte de suas *aspirações mais profundas*, utilizando as palavras de Berstein, esse eleitor se sentia na obrigação moral de demonstrar sua gratidão através do voto aos candidatos do PTB (Além, 2011, p. 123).

Essa identificação simbólica com o varguismo e, consequentemente, com o trabalhismo, fazia com que os moradores da região fossem associados, aos olhos da repressão, às forças políticas vinculadas ao PTB, a Leonel Brizola e, por extensão, a movimentos considerados subversivos pelo regime militar.

Nesse contexto de instabilidade política no país, o pleito de 1964 em Vila Brasil foi suspenso, conforme relatou José Adauto do Nascimento, liderança política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na época, que mais tarde viria a se eleger vice-prefeito do município:

Em 64 nós fomos fazer a primeira campanha política visando o primeiro mandato de prefeito. Aí veio a revolução²², suspendeu o pleito de 1964, houve, inclusive, uma grande perseguição, sobretudo do nosso partido que era o PTB, partido de Getúlio Vargas, que era tido pelo pessoal da UDN como partido comunista. E reiniciamos essa campanha política em 65²³.

Aqui cabe um parêntese para analisarmos mais profundamente o relato de José Adauto Nascimento, onde se revela uma questão simbólica bastante significativa. Apesar de ter sido uma liderança política local, inicialmente ligado ao PTB, partido identificado com os trabalhadores e perseguido pelo regime militar, o entrevistado utiliza o termo “revolução” para se referir ao golpe civil-militar de 1964.

Segundo análise de Fausto (1995), o regime militar buscou, desde o início, legitimar a ruptura democrática por meio da apropriação simbólica do conceito de revolução, buscando associar o regime à defesa da ordem, do combate ao comunismo e da preservação dos valores nacionais.

O uso do termo “revolução” evidencia a força do discurso oficial construído pelos militares para legitimar o golpe de 1964, funcionando como um exemplo claro de dominação simbólica. Nesse processo, os grupos dominantes impõem suas representações, classificações e sentidos como se fossem verdades naturais e universais, convertendo interesses particulares em interesses coletivos e legítimos.

Isso se articula diretamente ao que Bourdieu (1989) conceitua como poder simbólico, definido como um poder capaz de construir a realidade, de “fazer ver e fazer crer”, atuando na produção, na consolidação e na transformação das representações sobre o mundo social e, por meio delas, influenciar concretamente a própria realidade.

Como explica o autor, esse poder opera de forma tão eficaz justamente porque mascara sua própria arbitrariedade. Segundo Bourdieu:

²² A designação de “revolução” ou “contra-revolução” atribuída ao golpe de 1964 reflete a narrativa construída pelos próprios militares para legitimar sua ação, associando-a à ideia de defesa da ordem, da democracia e do combate ao comunismo. Entretanto, a historiografia consolidada caracteriza o evento como um golpe civil-militar, articulado por setores das elites econômicas, militares e civis conservadoras, que resultou na ruptura da ordem democrática.

²³ Entrevista de José Adauto do Nascimento concedida a Wagner Cordeiro Chagas (gravada). Fátima do Sul, 30 abr. 2014.

A força da ordem estabelecida reside, em grande parte, no fato de que ela consegue que se ignore que ela é uma ordem, isto é, uma ordem histórica e arbitrária, e faz com que seja percebida como natural e evidente (Bourdieu, 1996, p. 15).

Em sua obra, o referido autor explica que os sistemas simbólicos são instrumentos fundamentais de construção da realidade, pois não apenas representam o mundo, mas também o produzem e o organizam segundo determinados interesses. Assim, o próprio uso do termo “revolução”, evidencia o poder estruturante do discurso militar, capaz de atravessar os campos político e social e moldar as percepções sobre os acontecimentos históricos, naturalizando uma visão que legitima a ruptura democrática de 1964.

Essa lógica de apropriação simbólica se conecta diretamente com a reflexão de Le Goff (2003), para quem “uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas consiste em se tornarem senhores da memória e do esquecimento”. Dessa forma, o controle sobre a narrativa histórica e também com relação aos sentidos atribuídos aos eventos se revela como uma das mais potentes formas de dominação, capaz de transformar arbitrariedades em verdades tidas como naturais e incontestáveis.

Retornando a discussão eleitoral, enquanto aguardava-se a data para o pleito, nomes eram discutidos entre os partidos e alguns membros da população local. Um dos nomes que se chegou a cogitar foi o do padre José Pascoal Busato.

Porém, na primeira eleição para prefeitura de Vila Brasil concorreram dois candidatos: Antônio Gabriel Moreira, popular Antônio “Vigorelli”, da União Democrática Nacional (UDN), oriundo da cidade de Andradina (SP), comerciante do ramo de venda de móveis, entre eles as máquinas de costura Vigorelli (daí seu apelido), e João Castro Ribeiro, mais conhecido como João “Piauí”, por ser originário daquele estado, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

João Piauí tinha como slogan de campanha a seguinte frase: “É entre os humildes, entre os pobres, que se escolhem os mais nobres”²⁴. Uma alusão a sua origem social e a representatividade política que ele carregava: o presidente Getúlio Vargas, maior símbolo do petebismo.

²⁴ Propaganda de João de Castro (PTB) no jornal *O Progresso*. Dourados, 25 mar. 1965, p. 2.

O Partido Social Democrático (PSD), terceira maior força política do país, optou por lançar apenas candidatos a vereador. Com isso os militantes pessedistas ficaram livres para escolher o prefeito entre o PTB e a UDN²⁵.

Entre os municípios da 18ª zona eleitoral, que compreendia Vila Brasil, Vila Glória, Ivinhema, Naviraí e Jateí, o primeiro era o que detinha o maior número de eleitores, 5.995, segundo *O Progresso*²⁶. Conforme relatos da esposa de Antônio Gabriel, a ex-primeira-dama Josefa Izidoro Moreira²⁷, aquela teria sido uma eleição muito acirrada, com inúmeras brigas ao longo da campanha eleitoral.

Naquela eleição, graças a um dispositivo da Constituição Federal de 1946²⁸ que obrigava o eleitor a escolher de forma separada os candidatos a vice-prefeito, vice-governador e vice-presidente da República. Assim, em Vila Brasil concorreram a prefeito e vice-prefeito respectivamente: Antônio Gabriel e Reinaldo dos Santos Moraes, ambos da UDN, contra João Piauí e Salatiel de Barros Cavalcante do PTB.

Ao final, numa eleição polêmica marcada por denúncias de fraudes, venceram Antônio Gabriel e Reinaldo Moraes, o primeiro prefeito e vice de Vila Brasil. Segundo José Adauto do Nascimento, a primeira eleição de Vila Brasil: “causou muita polêmica e ficou visivelmente vulgarizada a existência de fraude na mesma, pois àquela época, o candidato do PTB, “João Piauí”, então subprefeito do município, era praticamente imbatível” (Nascimento, 1982, p. 14).

A eleição revelou que em âmbito municipal, a disputa entre UDN e PTB era tão intensa quanto a nacional. Até o momento não foi possível, devido a fontes ainda não encontradas, levantar os resultados em números de votos dados aos candidatos, mas podemos deduzir que a candidatura de João “Piauí” deve ter tido um bom percentual

²⁵ ELEIÇÕES nos novos municípios. *O Progresso*. Dourados, 6 mar. 1965, p. 2.

²⁶ “Mais de 11 mil eleitores irão às urnas no próximo dia 4 de abril”. *O Progresso*. Dourados, 6 mar. 1965, p. 1.

²⁷ Entrevista de Josefa Izidoro Moreira concedida a Wagner Cordeiro Chagas. Fátima do Sul, 31 jan. 2014.

²⁸ A Constituição Federal de 1946 estabelecia que os eleitores votassem separadamente para os cargos de chefe do Executivo e seus respectivos vices, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Esse modelo permitia a eleição de governantes de partidos opostos, gerando situações de instabilidade política. O exemplo mais emblemático desse dispositivo ocorreu na eleição presidencial de 1960, quando Jânio Quadros, da coligação UDN-PL-PTN, foi eleito presidente, enquanto seu adversário, João Goulart (Jango), do PTB, foi eleito vice-presidente. Esse arranjo institucional acentuou as tensões políticas e foi um dos elementos que acirraram a crise institucional que culminaria no golpe militar de 1964. Segundo Boris Fausto (1995), “o sistema de eleição separada para presidente e vice-presidente, previsto pela Constituição de 1946, representou um fator adicional de instabilidade no regime democrático brasileiro. A eleição de Jânio Quadros e João Goulart em chapas distintas constitui o exemplo mais emblemático dessa disfunção institucional.”

votos, por representar o PTB, partido que nessa região tinha uma forte aceitação popular, devido a este local ter se originado da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Abaixo, apresenta-se a lista dos vereadores eleitos no município de Vila Brasil, conforme publicação do jornal O Progresso (1965), que destacou a expressiva vitória da União Democrática Nacional (UDN). A UDN conquistou oito das onze cadeiras da Câmara Municipal, assegurando ampla maioria legislativa ao lado do prefeito eleito, Antônio Gabriel Moreira, também filiado à legenda.

Quadro 1: Vereadores eleitos

VEREADOR	PARTIDO
Claudionor Albuquerque	UDN
Salvador Hidalgo	UDN
Lázaro Berto Gonçalves	UDN
Antônio Jorge Leite	UDN
Clemente Nunes	UDN
Delcy Carvalho	UDN
Aldo José	UDN
José Eugênio	UDN
Nelson Eurico de Sena	PTB
Valdomiro Alves	PTB
Levy Dias	PSD

Fonte: MANIFESTO: A UDN de Vila Brasil, com a inteligência voltada para o alto espírito de politização demonstrada exuberantemente no pleito eleitoral que se findou, pela maioria. *O Progresso*. Dourados, 14 abr. 1965, p. 01.

Eleito no primeiro pleito municipal, Antônio Gabriel Moreira, popularmente conhecido como Antônio “Vigorelli”, enfrentou os desafios e as dificuldades para organizar a nova estrutura administrativa, econômica e social do recém-emancipado município de Vila Brasil.

Naquele período, Mato Grosso era administrado pelo governador Fernando Corrêa da Costa (UDN), que estava em seu último ano de governo.

De acordo com Chagas (2016), no ano de 1965 ocorreram eleições para governador. Numa disputa que ficou conhecida como a campanha do tostão contra o milhão, o pecuarista Lúdio Martins Coelho (UDN), candidato do “milhão”, concorreu contra o jovem engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), Pedro Pedrossian (PSD), candidato do “tostão”, que tinha o PTB na chapa de vice, com o professor Lenine de Campos Póvoas. Pedro Pedrossian, desconhecido politicamente, e sem nunca ter exercido um cargo político, venceu graças ao forte apoio do senador Filinto Müller (PSD-MT).

Poucos meses após assumir o mandato, Antônio Vigorelli liderou a consulta popular para a troca do nome de Vila Brasil. Segundo Capilé (1999), o termo vila já não era mais aceito pela população, visto que a mesma havia conquistado a emancipação.

No dia 17 de maio, a Câmara de Vereadores discutiu a formação de uma comissão para esse plebiscito. Fátima do Sul e Culturama foram os nomes respectivamente mais votados. No dia 16 de junho de 1965 foi promulgada a lei que instituiu o nome do município que passou a se chamar Fátima do Sul.

Em abril de 1966, Antônio Gabriel licenciou-se do cargo de prefeito por 120 dias para tratamento de saúde, conforme consta na Ata de número 1 da Câmara de Vereadores de Fátima do Sul. Em seu lugar assumiu o vice-prefeito Reinaldo dos Santos Moraes, também da UDN. Essa licença parece ter provocado certa confusão entre a população, ao menos, é o que disse José Aduato.

Para alguns, Antônio Vigorelli teria se afastado devido a problemas de saúde, para outros, seu afastamento seria uma forma de levar Reinaldo Moraes, irmão do ex-prefeito de Dourados, Antônio Moraes dos Santos (UDN/1954-1958), a uma futura candidatura a deputado estadual, no pleito de 1966. Se era essa a intenção ou não, o fato é que Reinaldo concorreu e se elegeu deputado estadual naquele ano.

Entre as marcas da gestão Reinaldo Moraes pode-se destacar a instalação da Comarca em Fátima do Sul no início de 1966 e a lei para a implantação de uma agência do Banco do Brasil. No mês de agosto daquele ano, Antônio Vigorelli voltou ao cargo para encerrar o mandato e assim deixar Reinaldo Moraes livre para a campanha eleitoral, já que a votação ocorreria no dia 15 de novembro.

Nas eleições para governador e deputados que ocorreram em 1966, Fátima do Sul elegeu dois deputados estaduais: Reinaldo Moraes e Luiz Thomaz de Aquino, o popular “Paraíba”, ambos filiados ao ARENA. Neste pleito também se realizou a escolha dos prefeitos dos municípios que haviam sido emancipados no mesmo ano que Fátima do Sul, dado que a eleição de Antônio Vigorelli foi extemporânea.

Em 1965 o Brasil sofreu uma profunda alteração com a promulgação no dia 27 de outubro, do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que suprimiu todos os partidos políticos existentes até então e instituiu o sistema bipartidário, composto pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação do governo, e pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), configurado como uma oposição consentida e fortemente controlada.

Conforme análise de Fausto (1995), o AI-2 representou um marco no processo de endurecimento do regime militar, consolidando seu controle político e restringindo severamente as possibilidades de participação e pluralismo no cenário político nacional.

Por estar composta de políticos oriundos de diversas correntes políticas, a ARENA passou a se dividir em duas: ARENA 1 e ARENA 2. Figuras ligadas outrora a UDN, passaram a compor a ARENA 1. Já no caso da ARENA 2, a maior parte de seus membros foram provenientes das antigas lideranças saídas do extinto PSD e do PTB.

Contudo, isso não era regra, pois em muitos casos, muitas lideranças políticas ligadas a legendas conservadoras, como a UDN, acabaram optando pelo MDB em defesa do regime democrático. Um exemplo foi o caso de um dos maiores líderes do partido naquela época em Mato Grosso, o deputado federal Wilson Barbosa Martins (que representava o partido no sul do estado²⁹).

O MDB, nesse período inicial de existência, era um partido de estruturas ainda tímidas, visto que para muitas pessoas era perigoso votar ou pertencer aos quadros da oposição à ditadura militar, que aos poucos, demonstrava que planejava se manter no poder por um longo tempo.

Assim, na segunda eleição para o Executivo municipal fatimassulense concorreram Samir Chafik Garib (ARENA 2), Claudionor Albuquerque da Silva (ARENA 1) e Jofre Damasceno (MDB), que apesar de pertencer a um partido de pouca expressão, como já foi dito, precisava ajudar a legenda a se estruturar no estado e no país³⁰.

De acordo com entrevista realizada pelo historiador Wagner, com o ex-vice-prefeito José Adaauto do Nascimento, o candidato Samir Chafik Garib não tinha grande popularidade naquela época. O que o ajudou a se eleger prefeito foi a força dada por seu patrão, o empresário da cidade e candidato a deputado estadual, Luiz Thomaz de Aquino, o “Paraíba”. Segundo Nascimento:

²⁹ É preciso lembrar, conforme a historiadora Marisa Bittar (2009), que antes da divisão de Mato Grosso, a porção territorial que hoje corresponde ao Mato Grosso do Sul fazia parte de um único estado. Com isso, havia a denominação sul de Mato Grosso, para se referir ao atual MS, e norte de Mato Grosso, em alusão ao atual território.

³⁰ Conforme Eronildo Barbosa da Silva e Tito Carlos Machado de Oliveira, em obra intitulada *Do MDB ao PMDB: quarenta anos de Mato Grosso do Sul* (2006), o MDB, embora tenha se originado das alterações feitas pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), no dia 27 de outubro de 1965, o mesmo só foi fundado no dia 24 de março de 1966, no antigo estado da Guanabara, quando os líderes se reuniram para registrar o partido no Tribunal Superior Eleitoral. Seu primeiro presidente foi o senador acreano Oscar Passos e vice-presidente, o deputado federal paulista, Ulysses Guimarães (Oliveira & Silva, 2006, p. 29).

Então como ele era uma pessoa de confiança do “Paraíba”, o “Paraíba” financiou a campanha dele. Na época houve um movimento, inclusive, pra que eu fosse o candidato a prefeito. Mas como eu não tinha disponibilidade econômica e o “Paraíba” achou por bem apontar o nome dele, porque financiou toda a campanha. Então não era uma pessoa ainda popular³¹.

A campanha eleitoral era feita de forma modesta, pois naquela época não era permitido os “showmícios”. Eram verdadeiras campanhas simples, onde os candidatos andavam para conquistar o voto do eleitorado. José Aداuto relata desta forma as campanhas:

Era na base do grito mesmo, tinha simplesmente uma corneta ou duas de alto-falante. Os nossos palanques eram feitos nas carrocerias de caminhões, e as nossas políticas iniciais era feita praticamente a pé, tinha pouca condução. Quando a gente achava um ou outro companheiro que tinha carro, emprestava. Quase sempre um Jeep. E também emprestava um caminhão pra gente fazer o palanque. O máximo que nós tínhamos era um amplificador com duas cornetas. Fazia a campanha política anunciando e a noite o próprio alto-falante que anunciava.

³¹ Entrevista de José Aداuto do Nascimento concedida a Wagner Cordeiro Chagas (gravada). Fátima do Sul, 30 abr. 2014.

Fotografia 21: Chegadas dos primeiros candidatos eleitos em Fátima do Sul



Fonte: Museu Virtual Histórico Masuo Yasunaka.

Na foto acima, podemos observar os primeiros candidatos eleitos em Fátima do Sul, chegando na carroceria de um caminhão para tomar posse na prefeitura.

As eleições de 1966 em Fátima do Sul foram marcadas por denúncias de fraudes, como por exemplo, roubo de urnas. Como as urnas eram de lona, ficava fácil ocorrer esse tipo de fraude. A urna roubada foi a de número 40, do distrito de Vila Rica (atualmente distrito de Vicentina). Com o cancelamento desta, foi necessário a realização de nova eleição naquele local.

O resultado final somente foi conhecido em janeiro de 1967, confirmando Samir como prefeito eleito. Ainda conforme entrevista de José Adauto, se eles não tivessem apelado para a Justiça Eleitoral, Samir teria perdido aquela eleição:

Eles tentaram fraudar, mas nós descobrimos a fraude numa urna, a número 40, lá de Vila Rica, e apelamos para a Justiça e fizemos uma nova eleição e ganhamos a campanha, porque fizemos a nova eleição, se não nós não tínhamos ganhado aquela eleição³².

Quadro 2: Candidatos à Prefeitura

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Samir Chafik Garib	ARENA 2	1.908
Vice: José Adauto do Nascimento	ARENA 2	
Claudionor de Albuquerque	ARENA 1	1.038
Jofre Damasceno	MDB	300

³² Entrevista de José Adauto do Nascimento a Wagner Cordeiro Chagas (gravada). Fátima do Sul, 30 abr. 2014.

Fonte: OS ELEITOS de 15 de novembro serão diplomados em 11 do corrente ano. *O Progresso*. Dourados, 7 dez. 1966, p. 01.

Quadro 3: Vereadores eleitos

VEREADOR	PARTIDO
Sebastião Dusso Braga	ARENA 1
Nei Rodrigues de Almeida	ARENA 1
Levi Dias	ARENA 1
Lázaro Berto Gonçalves	ARENA 1
Antônio Odorico	ARENA 1
Augusto Pires Leite	ARENA 2
Nelson Eurico da Sena	ARENA 2
Londres Machado	ARENA 2
Ataupho de Matos	ARENA 2
Luiz Cavalcante	ARENA 2
Manfredo Alves Corrêa	ARENA 2

Fonte: Os eleitos de 15 de novembro serão diplomados em 11 do corrente. *O Progresso*. Dourados, 7 dez. 1966, p. 01.

A análise dos vereadores eleitos nos permite destacar três aspectos relevantes. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que nenhum candidato ter sido eleito pelo MDB, partido que representava a oposição consentida à ditadura militar, revelando a força das articulações governistas na região.

O segundo aspecto diz respeito à configuração interna da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que na época encontrava-se dividida em dois grupos locais: ARENA 2, que era formado por lideranças oriundas do extinto PSD e do PTB, e obteve maioria com seis cadeiras, contra cinco da ARENA 1, composta por antigos quadros da UDN. Esse resultado evidencia uma reconfiguração das forças políticas locais, refletindo as transformações causadas pelo bipartidarismo.

Por fim, destaca-se que foi justamente nesse contexto de reorganização político-administrativa da região que teve início a trajetória de um dos nomes mais longevos e influentes da política sul-mato-grossense: Londres Machado. Nascido em Rio Brillhante, em 3 de fevereiro de 1942, ingressou na vida pública em 1966, ao eleger-se vereador pelo então distrito de Vila Brasil (atual município de Fátima do Sul), demonstrando desde cedo sua articulação política local.

Em 1970, foi eleito deputado estadual pelo então estado de Mato Grosso, filiado à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), sendo reeleito em 1974. Durante seu segundo mandato, exerceu a função de primeiro secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, posição que evidenciava sua crescente influência e prestígio dentro do parlamento estadual.

Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul e a instalação de sua primeira legislatura, Londres Machado foi eleito deputado estadual para o quadriênio 1979-1983, período em que presidiu a Assembleia Estadual Constituinte, responsável pela organização institucional do novo estado. Durante esse mandato, assumiu por duas vezes, de forma interina, o cargo de governador de Mato Grosso do Sul, em 13 de junho de 1979 e 28 de outubro de 1980, consolidando sua presença no núcleo decisório da política estadual.

Nos mandatos subsequentes, ocupou posições estratégicas na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa: foi segundo secretário (1983-1987), primeiro secretário (1985-1986), presidente da Assembleia (1989-1990), cargo que acumulou com a presidência da segunda Assembleia Constituinte do estado. Entre 1987 e 1988, licenciou-se para atuar como chefe da Casa Civil do então governador Marcelo Miranda Soares, sendo eleito novamente em 1991.

Reeleito de forma contínua ao longo de mais de quatro décadas, Londres Machado consolidou-se como o deputado estadual brasileiro com o maior número de mandatos consecutivos, totalizando 13 legislaturas. Nesse período, exerceu diversas funções na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, incluindo a presidência em diferentes ocasiões, reafirmando sua posição como uma das principais lideranças do parlamento sul-mato-grossense.

Em 2014, disputou o cargo de vice-governador na chapa encabeçada por Delcídio do Amaral (PT), mas a coligação foi derrotada por Reinaldo Azambuja (PSDB) e sua vice, Rose Modesto (PSDB). Após breve afastamento, retornou à Assembleia Legislativa em 2018, eleito pelo PSD, sendo reeleito em 2022, já filiado ao Progressistas (PP). Ao longo de sua trajetória, sua base eleitoral manteve-se fortemente enraizada na região da Grande Dourados, em especial no município de Fátima do Sul, sua origem política e reduto tradicional.

A longevidade e centralidade de Londres Machado na política estadual refletem não apenas sua capacidade de adaptação às sucessivas mudanças partidárias e institucionais, mas também a força das estruturas locais de poder no interior do Brasil, onde lideranças políticas se consolidam por décadas em função de vínculos pessoais, redes clientelistas e controle territorial.

Sua trajetória oferece importantes elementos para compreender a formação e o desenvolvimento do campo político e social de Mato Grosso do Sul, se mostrado um campo fecundo para novas pesquisas.

3.3 Estruturação administrativa do município e as primeiras marcas de desenvolvimento

Eleito primeiro prefeito de Vila Brasil, Antônio Gabriel, já nos primeiros meses de sua gestão iniciou a estruturação do município como nos mostrou o jornal O Progresso. No seu mandato, executou-se a instalação da sede do Executivo por meio da compra do mobiliário e aquisição com recursos próprios de móveis para o Fórum, visto que, conforme consta na reportagem, o governo do estado demorava muito para enviá-los.

Também foi realizada a construção da casa do juiz da futura comarca que seria instalada em 1966; houve ainda, a preocupação com a infraestrutura do município, com a construção de pontes na área rural, escolas rurais e do levantamento topográfico, bem como da elaboração da legislação municipal, como o primeiro Código Tributário, cujo modelo foi o Código do município de Caarapó (O Progresso. Dourados. 17 jul. 1965, p. 6)³³.

Fotografia 22: Sede da Prefeitura de Vila Brasil/Fátima do Sul (atual Câmara Municipal)



Fonte: Museu virtual Masuo Yasunaka. Acesso em: 18 ago. 2024.

A Ata do Poder Legislativo 28 de maio de 1965 tratava da discussão da instalação de uma agência do Banco do Estado de Mato Grosso na cidade. Em páginas seguintes se apresentava a instalação de uma agência funerária e também a elaboração

³³ Fonte: Em pleno funcionamento a Prefeitura de Fátima do Sul. (O Progresso. Dourados, 26 jun. 1965, p. 1 prefeito Antônio Gabriel Moreira revoluciona a administração em Fátima do Sul. O Progresso. Dourados. 17 jul. 1965, p. 6).

de uma lei para criação do cinema na cidade. Em 1966 deu-se a criação da subprefeitura de Vila Vicentina, conforme Ata daquele ano. É necessário lembrar que nessa época Vila Vicentina, São José e Vila Rica faziam parte do município.

Também naquele ano, tais Atas trazem a apresentação de lei instituindo uma agência do Banco do Brasil na sede do município, mas este só viria em 1974, e a criação das Centrais Rurais, um cargo da ACARMAT (Associação de Crédito e Assessoria Rural do estado de Mato Grosso), que segundo a pesquisadora Juliana de Oliveira, “era parte da extinta Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, criada para dar assistência aos colonos da CAND” (2013, p. 53).

Em janeiro de 1966, o jornal O Progresso, do dia 19, anunciou a inauguração da ponte de concreto sobre o rio Dourados, substituindo a velha ponte de madeira.

Fotografia 23: Trabalhadores na construção da ponte sobre o rio Dourados, em 1965



Fonte: Acervo virtual Masuo Yasunaka. Acesso: set. 2024.

Outra Ata trata por parte do presidente da Câmara de Vereadores, Lázaro Berto Gonçalves, exigia o fim da criação de porcos e outros animais no perímetro urbano. Em março de 1966 o jornal O Progresso anunciava a futura inauguração de uma indústria de óleo de amendoim, o Comércio de Indústria de Óleos Brasileiros S/A (CIOBRAS). Conforme Adalberto Yasunaka, responsável pelo acervo fotográfico Massuo Yasunaka,

essa foi a primeira grande indústria de Fátima do Sul e a maior da região Centro-Oeste quando inaugurada.

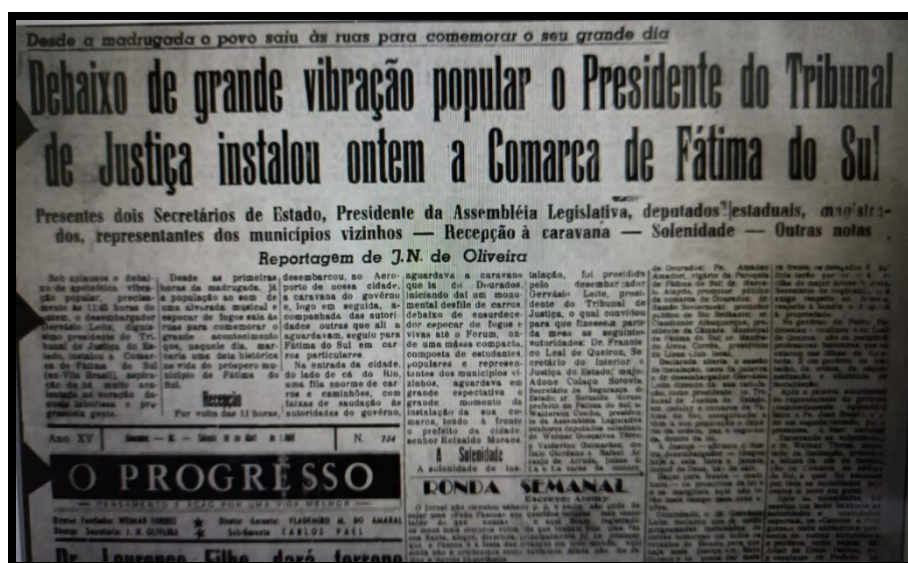
Fotografia 24: Indústria de óleo CIOBRAS



Fonte: acervo virtual Massuo Yasunaka. Acesso: set. 2024.

No mês de abril, sob a gestão interina do vice-prefeito Reinaldo dos Santos Moraes, ocorreu a instalação da Comarca de Fátima do Sul, certamente uma marca para o município que se destacava como o maior da região, como se vê na imagem abaixo.

Fotografia 25: Criação da Comarca de Fátima do Sul em “O Progresso”



Fonte: Acervo O Progresso CDR/FCH-UFMG.

Também chegaram nesse ano as linhas de telégrafo e uma emissora de rádio. Essas obras e atos administrativos certamente deixavam a percepção à população de que o município caminhava rumo ao progresso.

A representação política de Fátima do Sul surpreendeu quando nas eleições gerais de 15 de novembro de 1966 o município elegeu 2 deputados estaduais pela ARENA: Luiz Thomaz de Aquino, popular Luiz Paraíba, eleito com 3.196 votos, e o ex-prefeito Reinaldo dos Santos Moraes, que obteve 2.954 votos, conforme encontrado no jornal O Progresso e no documento do Tribunal Superior Eleitoral: *Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966* (1971).

O número de eleitores em Fátima do Sul correspondia a 3.917, conforme reportagem de O Progresso de 7 de dezembro de 1966 (é preciso lembrar que nessa época o voto no Brasil era garantido apenas aos eleitores alfabetizados). O deputado Reinaldo Moraes foi destaque no semanário ao tomar posse em fevereiro de 1967, pois juntamente com o deputado douradense José Cerveira fez parte da mesa diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (Deputados de Dourados em importantes Comissões na Assembléia [sic]. O Progresso. Dourados, 11 fev. 1967, p. 1).

Na gestão do prefeito Samir Chafik Garib (ARENA/1967-1969), um balanço publicado no jornal O Progresso, do dia 20 de dezembro de 1967, trazia o que aquela administração havia feito no município em apenas um ano:

Funcionamento do Ginásio Estadual – construção de 19 escolas rurais, que dão ao povo do município, uma segurança de um grau de

educação para seus filhos – recuperação de 250 quilômetros [sic] de estradas – construção de uma praça no jardim público da cidade, lugar onde está sendo concluída a construção de um coreto, que virá beneficiar de maneira bastante agradável nas comemorações cívicas que se registram na cidade. Adquiriu também o ilustre homem público, uma Pick-up Willys, 3 basculantes MB 1111 – 1 trator esteira TG50 [...] comprou 250 tubos para melhoria das estradas, onde se construirá bueiros – convênio com a SANEMAT, donde recebeu 4800 metros de tubos, para a distribuição da rede de água na cidade – convênio com o IPEMAT. Também foi do ilustre prefeito a criação da Escola Distrital de Fátima do Sul, com 6 salas de aula e suas dependências devem ser entregues em janeiro próximo – construiu também um muro no cemitério local de 270 m2. O orçamento para 68 é de NCr\$ 480.850,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros novos e oitocentos e cinquenta centavos). PLANO PARA 68. Construção de mais 20 escolas rurais – construção da Sub-Prefeitura de Vila Vicentina prédio da Câmara Municipal – início do encascalhamento de todas as estradas do município – construção do mercado municipal e Estação Rodoviária [...] (O município Favo de Mel. *O Progresso*. Dourados, 20/12/1967, p. 9).

Aqui cabe uma reflexão a respeito do legado político deixado por Samir Chafik Garib, que ficou conhecido como “prefeito trabalhador”, responsável pela construção de importantes obras no município, ao longo de três mandatos (1967 a 1969; 1977 a 1983, e 1989 a 1992). Seu legado encontra-se presente na memória popular até os dias de hoje.

Tanto é que seu filho, Rodrigo Garib, foi candidato nas eleições municipais do ano passado (2024), pelo grupo da então prefeita Ilda Salgado Machado e do deputado estadual Londres Machado, porém a popularidade do pai não foi repassada ao filho. Rodrigo Garib (PP) não obteve êxito no pleito eleitoral, sendo derrotado pelo candidato oposicionista Wagner da Garagem (PSDB)³⁴.

Na eleição seguinte, a administração passa para o ex-vereador Manfredo Alves Corrêa (ARENA/1970-1973), o prefeito mais jovem do então estado de Mato Grosso nas eleições de 1969, eleito aos 26 anos de idade. Foi no governo de Manfredo que surgiu o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) na cidade, por meio de convênio com a estatal mato-grossense (SANEMAT).

³⁴ Wagner da Garagem (PSDB), que tinha como slogan de campanha a emblemática frase “a favela venceu”, foi associado às camadas sociais mais baixas, enquanto Rodrigo Garib foi associado como o candidato representante da elite. Na primeira eleição municipal de Fátima do Sul, o candidato com maiores chances de vitória, João Piauí, também utilizou em sua campanha uma frase com sentido semelhante: “É entre os humildes, entre os pobres, que se escolhem os mais nobres. Mesmo não tendo sido eleito, provavelmente devido a fraudes no processo eleitoral, Piauí também explorou a dicotomia entre ricos e pobres em sua campanha eleitoral.

Conforme se vê na imagem abaixo, podemos observar que os trabalhadores ao fundo estão construindo o muro que circulava a praça central (Getúlio Vargas), o que demonstra que a obra prevista para a gestão anterior ainda não havia sido realizada.

Fotografia 26: Prefeito Manfredo, de bicicleta, vistoria a obra da praça central



Fonte: Museu virtual Masuo Yasunaka. Acesso: set. 2024.

Além do registro das condições materiais da cidade, a imagem revela um aspecto simbólico relevante: o prefeito não aparece dentro da caminhonete Willys, da Prefeitura, mas ao lado dela, posando com uma bicicleta. Esse detalhe não é aleatório.

Ao optar por ser fotografado com um objeto associado ao trabalhador comum, em vez de um símbolo de status e autoridade, o prefeito projeta uma imagem de proximidade, simplicidade e identificação com a população mais pobre, o que gera capital político. A fotografia, portanto, vai além do registro documental, configurando-se como construção social e política do imaginário local, reforçando o papel da imagem na mediação do poder e na consolidação de narrativas.

Conforme atas da Câmara de 1970, os líderes políticos reivindicavam órgãos e melhorias para o município, como a agência dos Correios, o Banco do Brasil e uma ambulância do Ministério da Saúde, já que a existente era do Serviço Social Palotino.

Em 1973, assumiu a prefeitura Sócrates Câmara, também da ARENA, partido da ditadura, cuja administração se deu até 1977. Nesse período, foram construídas nove escolas municipais em alvenaria (as anteriores eram de madeira), além da inauguração do Banco do Brasil, da nova sede do Fórum e da tão esperada energia elétrica.

O slogan daquela gestão era “Governo que só constrói”, uma referência às muitas obras que surgiram durante sua gestão, como apresenta o jornal elaborado em

1975 para apresentar um balanço do governo. (Fátima do Sul 21 anos de progresso³⁵ e desenvolvimento. Folha da Região, 1975).

Na ocasião da visita do general presidente Ernesto Geisel a Dourados, Sócrates Câmara foi o representante dos prefeitos da região e o primeiro do município a manter contato direto com um presidente da República do Brasil, reivindicando melhorias para a região para que se pudesse implantar o programa que o governo militar pretendia para a região da Grande Dourados voltado para o setor agrícola.

3.4 Território de Fátima do Sul

O município de Fátima do Sul, até o ano de 1987, compreendia a cidade de Fátima do Sul com os distritos de Vila Vicentina, Culturama, São José, Vila Rica, e os povoados de Novo Planalto, Potreirito e Três Irmãs, o que correspondia a uma área de 627,7 km².

Esse território, fruto da ocupação e dos processos de colonização iniciados com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), carrega em sua formação diversas histórias que ajudam a compreender a configuração espacial e social do município. A seguir, trouxemos, de forma breve e resumida, um pouco da trajetória dos distritos de Fátima do Sul, questão que nos ajuda a contextualizar a presente pesquisa.

O distrito de São José tem suas origens vinculadas a tensões envolvendo migrantes nordestinos, paulistas e o proprietário das terras, adquiridas em 1954 e conhecidas como “fazenda dos japoneses”. Disputa essa que, segundo a pesquisa de Adnara Moya, “culminou numa guerrilha em que alguns migrantes colonos nordestinos e paulistas pegaram em armas, e se dispuseram em trincheiras, lutando contra o japonês proprietário da fazenda”.

³⁵ As concepções de progresso e desenvolvimento, longe de serem abandonadas com o fim do Estado Novo, foram ressignificadas e amplamente apropriadas pelo regime militar (1964-1985). Durante esse período, tais conceitos foram instrumentalizados como dispositivos de legitimação dos projetos econômicos, políticos e de consolidação do poder autoritário. Dessa forma, esse discurso continuou a ser intensamente veiculado pelos meios de comunicação da época, como no caso do jornal citado. “A imprensa não é uma simples transmissora de informações, mas uma instância de mediação social, atravessada por interesses econômicos, políticos e culturais. Ela seleciona, organiza e hierarquiza os acontecimentos, atuando como um instrumento de construção de sentidos e de legitimação de projetos de poder.” (Luca, 2005, p. 17). A partir dessa concepção, é importante ressaltar que, embora a publicação tenha ocorrido em 1975, ou seja, um ano depois do período de maior repressão, conhecido como “anos de chumbo” (1968-1974), ainda havia censura à imprensa, que continuavam sendo monitoradas e perseguidas, funcionando como instrumentos subordinados à lógica do regime e à construção dos discursos oficiais, como bem analisa a pesquisadora.

Foi a resistência dos colonos que garantiu a permanência e ocupação da área, até que, cerca de uma década depois, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) regularizou oficialmente as posses, garantindo aos trabalhadores o direito sobre a terra. Esse processo não apenas reconheceu a legitimidade da luta dos colonos, como também contribuiu para o fortalecimento da identidade local baseada na resistência e na luta pela terra.

Ainda conforme Moya, é no espaço geográfico onde se localiza Vila Rica que se verifica a maior concentração dos povos indígenas e paraguaios. Esses grupos chegaram à região após a Guerra do Paraguai, se estabelecendo no local e nomeando-o em referência à cidade de Vila Rica, no Paraguai.

A partir das rotas usadas por carreteiros ligados à antiga Companhia Mate Laranjeira, formou-se um núcleo populacional que, com o fim das atividades ervateiras, abrigou uma das maiores concentrações de populações indígenas e paraguaias no município, que nela permaneceram no período pós-término das atividades ervateiras, e início do processo de colonização desencadeado pela criação da CAND.

O território de Vila Rica, portanto, se destaca não apenas pela presença de populações tradicionais, mas também pela sua relevância histórica como elo entre diferentes ciclos econômicos e ocupacionais da região. A seguir temos o relato de José Bernardo dos Santos (Zé Vermelho) à historiadora:

Vila Rica no tempo da Guerra do Paraguai com o Brasil... foi expulso muito... lá do Paraguai, muito paraguaio. E era da cidade de Vila Rica no Paraguai. Então eles chegaro lá pelo Caarapó, ali por aquelas partes, os carreteiros... que naquele tempo, aqui tudo era furado da carreteira Erva Mate Laranjeira, erva mate, sempre tinha os carreado pra ali... que os tal dos Paraguai que tirava a erva já sabia tudo e vinha de lá, ponharo o lugar o nome do lugar Vila Rica (Entrevista de José Bernardo dos Santos. *In*: Moya, Adnara, 2018).

Culturama, por sua vez, também possui registros da presença indígena anterior à sua fundação formal. Como aponta a historiadora Nathália Faria Ribeiro (2021), sua organização se iniciou após a demarcação dos lotes. A primeira reunião para a fundação oficial ocorreu em 13 de junho de 1965, razão pela qual a principal avenida da vila recebeu o nome de Avenida 13 de Junho.

O povoado de Novo Planalto surgiu por volta de 1961, conforme relato do morador Zózimo Antônio de Souza, e se consolidou como um pequeno centro comercial da região. Localizado na 6ª linha, próximo a Culturama, servia como ponto de encontro para compras de mantimentos, sementes e insumos agrícolas.

Potreirito surgiu no final da década de 1950, no cruzamento da linha Potreirito com a estrada que liga Vila Vicentina a Vila São José e Vila Rica. De acordo com o relato do senhor André Honorato, sua origem está diretamente ligada ao processo de demarcação dos lotes e ao distanciamento dessa linha em relação à sede do distrito.

Vila Vicentina tem sua origem por volta do início da segunda metade do século XX, mais especificamente em 1951, localizada ao norte do município de Fátima do Sul e a leste pela Linha do Travessão Dois Bolichos de Jateí.

Uma das figuras centrais para sua formação foi o padre José Daniel, que, além de missionário, esteve entre os primeiros moradores e contribuiu significativamente para a organização local, atuando na construção de capelas, na alfabetização e no fortalecimento da vida comunitária.

Em 11 de dezembro de 1963, Fátima do Sul tornou-se município, e Vila Vicentina passou a integrar oficialmente seu território, sendo rapidamente elevada à categoria de distrito em 20 de dezembro de 1963, pela Lei nº 2095. Em 1971, recebeu a subprefeitura, o que marcou um avanço administrativo para a comunidade.

Além disso, a instalação de pequenos comércios, escolas primárias e capelas católicas ajudou a consolidar o distrito como polo de sociabilidade e referência para os moradores da zona rural ao redor, o que contribuiu para que o distrito buscasse sua emancipação.

No capítulo “Mito das Origens: A ‘luta’ pela emancipação (...)”, da dissertação de Adnara Moya, que aborda a história de Vicentina, a pesquisadora analisa o processo político que envolveu Fátima do Sul e Vicentina, quando a sociedade local se organizou em busca de sua emancipação político-administrativa.

Embora a pesquisa não apresente de forma explícita os nomes das lideranças políticas de Fátima do Sul contrárias ao projeto, uma entrevista realizada com o senhor Paulo (entrevista 02) revelou que, ao menos uma figura se posicionava contrária: o então prefeito Samir Garib. Segundo o entrevistado, Garib temia que a emancipação resultasse no enfraquecimento econômico e político da região e chegou a atrapalhar o primeiro plebiscito realizado para decidir a emancipação de Vila Vicentina.

O segundo plebiscito ocorreu em 25 de agosto de 1985, contou com ampla mobilização popular e trazia como slogan “emancipando muda”, porém, esta tentativa também fracassou. De acordo com a matéria do jornal O Progresso, apesar do envolvimento de diversos setores da comunidade local, lideranças regionais e apoio logístico expressivo, a votação não alcançou o quórum mínimo necessário para

aprovação da emancipação: faltaram 142 votos. O resultado foi um forte sentimento de frustração por parte da população, que culminou em protestos e episódios de depredação, como a destruição de um ônibus que transportava eleitores.

O clima de tensão foi agravado pela presença de pessoas de fora da comunidade, discursos inflamados e pelo simbolismo político do momento. A *Rádio Uberlândia*, emissora local, transmitiu a apuração em tempo real, contribuindo para a ansiedade popular. Ao final do dia, registraram-se 1.634 votos favoráveis à emancipação e 1.775 contrários, além de 142 votos brancos ou nulos, conforme divulgado pela cobertura jornalística. Segundo o jornal:

(...) quando já se confirmava a inviabilidade da emancipação, os mais exaltados, inclusive não residentes na localidade, se revoltaram e depredaram ônibus, causando prejuízos por tensões locais. A violência teve consequências em toda a cidade, com novos focos de tumulto sendo contidos pela Polícia Militar. Segundo informações do comandante local, major Jari Socorro, houve necessidade de reforço policial em razão da aglomeração em torno do Fórum de Fátima do Sul (*O PROGRESSO*, 27 ago. 1985, p. 35).

Fotografia 27: Jornal o Progresso



Fonte: Jornal O Progresso

O referido jornal noticiou o plebiscito como manchete da edição n.º 4.139, destacando que um ônibus³⁶ havia sido depredado no distrito de Vicentina, após ter sido atacado por “vândalos, que atiraram pedras e dispararam tiros, chegando a ferir vários passageiros” (*O PROGRESSO*, 27 ago. 1985, p. 1).

Na continuidade da cobertura, o jornal estampou a imagem do então prefeito de Fátima do Sul, Hermindo de David³⁷, destacando que ele havia “deixado a população participar democraticamente” do processo de votação.

Ainda segundo o periódico, tanto a Veraneio da Justiça Eleitoral quanto o Opala Comodoro, pertencente à presidência da Assembleia Legislativa³⁸, também foram depredados (*O PROGRESSO*, 27 ago. 1985, p. 3).

O terceiro plebiscito ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1987, e obteve a maioria esmagadora de votos pelo sim. Após intensa mobilização e lutas por emancipação, Vicentina tornou-se município em 20 de junho de 1987, por meio da Lei nº 725, sancionada pelo então governador Marcelo Miranda Soares.

Com a emancipação de Vicentina, as localidades de Vila Rica, São José e Potreirito foram incorporadas ao seu território, que, segundo dados do IBGE, passou a ter uma extensão de 302,542 km².

Fátima do Sul, por sua vez, permaneceu com os distritos de Culturama e Novo Planalto, tendo sua área territorial reduzida praticamente à metade, passando a contar com 325,631 km², além de perder uma parcela significativa de sua população.

De fato, embora a concretização da divisão territorial tenha atendido aos anseios da população de Vicentina, ela gerou uma série de impactos econômicos e sociais que merecem ser analisados à luz dos dados do IBGE.

Caso somados, os territórios de Fátima do Sul e Vicentina representam apenas 0,17% da extensão total do estado de Mato Grosso do Sul. Com a separação, ambos passaram a figurar entre os menores municípios sul-mato-grossenses em termos de área, ocupando, respectivamente, as 77ª e 78ª posições, ficando à frente apenas de Douradina, cujo território é de 280,457 km².

³⁶ Segundo relatos, o ônibus depredado pertencia ao Dedé, empresário considerado contrário a emancipação e, cujo filho, Marcos Benedetti Hermenegildo (Marquinho do Dedé) se tornou prefeito de Vicentina de 2000 a 2024.

³⁷ A emancipação de Vicentina ocorreu durante o mandato de Hermindo de David, que sofreu críticas pelos opositoristas a emancipação, devido sua postura complacente em relação ao plebiscito.

³⁸ Apesar da ausência de relatos ou fontes diretas que confirmem a motivação, levanta-se a hipótese de que o ataque ao veículo da Assembleia Legislativa possa ter ocorrido como forma de protesto simbólico, uma vez que o automóvel estaria associado ao deputado Londres Machado, figura considerada, por parte da população local, como contrária ao projeto de emancipação de Vicentina.

De acordo com o último Censo do IBGE, em termos populacionais, Vicentina contava com 6.336 habitantes, ocupando a 68ª colocação entre os municípios do estado, com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 170 milhões, figurando na 66ª posição no ranking econômico estadual.

Por sua vez, Fátima do Sul, apesar da pequena extensão territorial, apresentou uma população de 20.609 habitantes, ocupando a 32ª posição no ranking populacional. Contudo, sua colocação cai para a 44ª posição quando analisado o PIB, que era de aproximadamente R\$ 357 milhões.

O temor de Samir Garib sobre o possível enfraquecimento regional, diante da divisão, se mostra pertinente quando analisamos os dados consolidados. Caso os dois municípios vizinhos³⁹ tivessem permanecido unificados, a nova configuração territorial colocaria o município na 73ª posição em extensão territorial, mas, economicamente, ele saltaria para a 31ª posição em PIB, e para a expressiva 20ª posição em população, dentro do Mato Grosso do Sul.

Para aprofundar essa análise, observa-se também os indicadores de desenvolvimento. Segundo os dados do IBGE, coletados em 2010 para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e em 2021 para o PIB per capita, ambos os municípios apresentaram IDH alto, com resultados muito próximos: 0,714 para Fátima do Sul e 0,711 para Vicentina. No entanto, quando se observa a renda, as disparidades são significativas. Vicentina apresenta um PIB per capita de R\$ 51.367,95, valor bastante superior ao de Fátima do Sul, que é de R\$ 33.882,86.

Essa diferença econômica não reflete, necessariamente, uma melhor distribuição de riqueza, mas sim um quadro acentuado de concentração de renda, fenômeno comprovado pelos dados do IBGE de 2005, que revelam que apenas 6% dos estabelecimentos rurais de Vicentina concentram quase metade de toda a área cultivável do município. Isso indica que, embora haja numericamente uma grande quantidade de pequenas propriedades, elas ocupam apenas uma fração muito reduzida do território destinado às atividades agropecuárias. Em contrapartida, uma minoria de médios e grandes proprietários detém a maior parte das terras.

Esse padrão revela um aumento progressivo da média de área por propriedade, conforme diminui o número de unidades, caracterizando um claro processo de concentração fundiária, coerente com a lógica histórica da ocupação e uso da terra no

³⁹ A distância entre as duas zonas urbanas é de apenas 6 km.

Brasil. Na região Centro-Oeste, esse fenômeno é ainda mais evidente, tendo sido impulsionado por processos de expansão agropecuária, nos quais a terra é tratada como ativo econômico, instrumento de poder e fator de prestígio social.

Diante desse cenário, é possível concluir que a separação dos municípios resultou na formação de duas cidades de pequena extensão territorial, com elevada concentração de terras e de renda, incapazes de oferecerem oportunidades econômicas para suas populações de baixa renda.

Abaixo temos uma figura representando o município de Fátima do Sul, dividido em forma de colmeia e com os distritos e vilas que faziam parte na época

Figura 6: Representação de Fátima do Sul, em julho de 1975



Fonte: Jornal Fátima do Sul, 21 anos de progresso e desenvolvimento. Gestão Sócrates Câmara. Julho de 1975.

3.5 A chegada da energia elétrica

A história da energia elétrica no Brasil se inicia nos anos finais do regime monárquico de D. Pedro II, segundo o livro *A energia elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás* (1977):

As luzes de Juiz de Fora, acesas pela primeira usina hidrelétrica construída no país, são, em 1889, um ato criador de Bernardo Mascarenhas, o moço rico que herdara fazenda de gado e plantação de café, não frequentou universidade, mas visitará a Europa e os Estados Unidos em busca de soluções industriais, que o apaixonaram (1977, p. 34).

Isso é confirmado em artigo de Geraldo Magela Pereira, geólogo da UnB, sobre história das usinas hidrelétricas. Segundo este professor, a usina hidrelétrica Fontes Velha, inaugurada em 1908 era, naquela época, a maior da América Latina e a segunda maior do planeta. Contudo, é a partir da criação da Eletrobrás, em 1961, que “a instalação de hidrelétricas no Brasil tomou maior impulso” (Pereira, 2015, p. 125).

No antigo sul de Mato Grosso a energia elétrica chega através de um plano do governo de Fernando Corrêa da Costa, de Mato Grosso, em 1951, conforme a geógrafa Cleonice Gardin (2009). O plano apresentado por esse governador, e apoiado pelo então governador paulista Lucas Garcez, deu origem a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), responsável pela construção da usina hidrelétrica de Jupia, no rio Paraná, entre São Paulo e Mato Grosso do Sul (Três Lagoas).

Foi também no governo Fernando Corrêa que se criou a CEMAT, Centrais Elétricas Mato-grossenses S/A, com o objetivo de “realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas e de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica para o Mato Grosso” (Gardin, 2009, p.133).

Finalmente, no dia 31 de agosto de 1973 ocorreu a inauguração da estação abaixadora (subestação) de energia de Fátima do Sul, como registrou o *Jornal Daqui*, jornal fatimassulense quinzenal, em comemoração ao aniversário daquele fato, de 10 a 25 de agosto de 2018. A energia chegava por meio dos linhões de transmissão vinda da usina de Jupia.

Fotografia 28: Subestação de Fátima do Sul inaugurada em 1973



Fonte: Museu virtual Massuo Yasunaka.

Fotografia 29: Prefeito Sócrates Câmara (à esquerda do poste) na inauguração da subestação



Fonte: Antônio Vicente Rodrigues (Jornal Daqui. Fátima do Sul).

3.5 Modernização na agricultura

Suzana Naglis, ao citar uma entrevista de colono, destaca a fartura que os colonos que criaram a CAND tinham nos lotes:

Era gostoso fazê aquilo naquela época. Hoje não, mas naquela época era. Tinha todos meus irmãos. Tinha tudo! Tinha fartura. Tinha a vaquinha pra tirar o leite. Tinha o porco no mangueiro, tinha [...] pra tratar. A terra dava tudo, era a galinhada. Era gostoso levantar cedo e cuidar daquilo ali, ainda mais o meu pai que era baiano que veio da Bahia e vê tudo aquilo ali (Entrevista de Manoel Rocha *in* Naglis, 2007, p. 103).

A produção agrícola baseada no plantio de arroz, feijão, milho, mandioca, amendoim, trigo, café, algodão entre outros. Essa diversidade de culturas agrícolas fica comprovado por meio da entrevista com o senhor Expedito Martins de Moura, morador na zona rural de Vicentina, que na época fazia parte do município de Fátima do Sul:

Primeiro que eu plantei foi arroz, graças a Deus, deu muito arroz [...] as vezes eu colhia mais de 500 sacos de arroz. Plantava algodão, tinha galinha, porco, gado. Plantei muito foi melancia, abóbora, amendoim, girassol, alho, cebola, porque a família era grande, era pobre, não tinha dinheiro (Entrevista com Expedito de Moura. Vicentina. 6 de julho de 2024).

No momento em que entrevistei o senhor Expedito, chegou um de seus vizinhos de sítio, que contribuiu com a entrevista. O senhor Paulo Henrique de Oliveira tratou de como a produção era voltada principalmente para o sustento das famílias nos lotes.

No caso de Paulo, seu pai veio de Bauru, São Paulo, e adquiriu 2 lotes de colonos que haviam ganhado no início da década de 1950 em Vicentina: “A pessoa tinha que produzir o que consumia, porque quase oitenta por cento do que a gente consumia era produzido na propriedade, arroz, feijão, banha de porco, carne de porco, né? Então ia pra cidade comprar bolacha, sal, açúcar, essas coisas” (Entrevista de Paulo Henrique de Oliveira. Vicentina. 6 de julho de 2024).

Outra informação elementar para entender a região foi dada por Paulo, a respeito da quantidade de habitantes nas áreas rurais do município de Fátima do Sul:

Na nossa região aqui... esses dias eu, o seu Expedito e o filho dele mais velho, “nóis tava” contando o tanto de família que morava aqui, aqui na região, trinta metros, cinquenta metros, sessenta metros, nos fundos desse mesmo lote aqui, treze famílias, e aí o pessoal... a coisa foi modernizando, o maquinário chegou aqui por 1980, aí foi

diminuindo a mão-de-obra humana (Entrevista de Paulo Henrique de Oliveira. Vicentina. 6 de julho de 2024).

O algodão, em conformidade com a pesquisa do historiador Rafael Ramos da Silva: “[...] era um dos motivos para que houvesse tanta gente, já que a atividade era a principal renda familiar da época. Para o cultivo do algodão era necessário a presença de um contingente significativo de pessoas, pois a agricultura não era mecanizada” (2021, p. 42).

O geógrafo José Laerte Cecílio Tetila, em artigo publicado no ano de 1986, confirma isso: “Nas 16.000 propriedades coloniais que chegaram a existir na região era comum a presença de três ou mais famílias de trabalhadores rurais empregadas numa única propriedade” (1986, p. 42).

No entanto, quando o senhor Paulo fala da quantidade de treze famílias pode-se entender que esse número correspondia a vários lotes somados, já que é preciso lembrar que naquela época uma família era constituída por 8, 9, 10 ou até mais pessoas.

Em outra parte da entrevista, Paulo conta como seu pai ao chegar à Vila Vicentina trouxe inovação para a produção agrícola em seu lote por meio de um arado:

O que o meu pai trouxe rapaz, no caminhão da mudança, que chegou aqui, como ele fala (**referindo-se a seu Expedito**), que meu pai era rico, era uma parelha de burro pra tombar, sabe? E aí rapaz, dois burros assim no arado, aqui ninguém tinha... arregaçava aquele varjão e plantava arroz, plantava feijão, sabe? (Entrevista de Paulo Henrique de Oliveira. Vicentina. 6 de julho de 2024 grifos nossos).

Abaixo reproduzimos uma imagem do arado que Paulo relatou e que hoje se encontra guardado na propriedade.

Fotografia 30: Arado de ferro



Fonte: Leonardo de David Muhamed Zahra. Registrado dia 6 de julho de 2024.

Contudo, a partir da década de 1970 essa realidade começaria a mudar, principalmente devido à introdução de novas tecnologias para a produção agrícola, como tratores e colheitadeiras, que chegaram juntamente com um novo grupo de produtores, oriundos em sua maioria da região Sul do Brasil, como escreveu Nilton Ponciano:

[...] a partir dos anos 1960, quando as relações capitalistas de produção se fazem sentir de forma marcante devido a dois aspectos: 1) a chegada do desenvolvimento tecnológico no campo, que substituiu o homem pela máquina; 2) a substituição do plantio da lavoura do feijão, do algodão, do arroz, do café, que era paralela às plantações de subsistência como banana, abóbora, mamão e à criação de porcos e galinhas, pela lavoura de soja, plantação que eliminou da propriedade rural o trabalho de grande quantidade de mão de obra e a criação de subsistência do entorno da residência rural (2006, p. 134).

Sobre o tema, o geógrafo José Laerte Cecílio Tetila, já citado aqui, nos apresenta os motivos que levaram a essa venda das propriedades rurais na área da antiga CAND e que gerou toda a transformação, como escreveu Nilton Ponciano.

Ele começa destacando que a região sul de Mato Grosso do Sul, que compreendia os municípios de Antônio João, Ponta Porã, Amambai, Iguatemi, Naviraí, Jateí, Batayporã, Anaurilândia, Nova Andradina, Rio Brilhante, Maracaju, Itaporã,

Dourados, Fátima do Sul, Ivinhema, Glória de Dourados e Caarapó, foi a que mais teve impacto da mudança de cultura agrícola.

Segundo Tetila: “A partir de 1968, porém, com a penetração da monocultura da soja, esta população rural foi duramente afetada em seu crescimento, chegando a entrar em declínio. Só na década de 1970/1980, a região perdeu nada menos de 52.77 habitantes” (Tetila *et al.*, 1986, p. 32).

Faz-se necessário lembrar que em 1986 alguns dos municípios citados englobavam distritos que atualmente se emanciparam, como Vicentina (Fátima do Sul), Laguna Carapã (Ponta Porã), Juti (Caarapó) e Douradina (Dourados).

Na região que abarca Fátima do Sul (antiga área da CAND), chamada pelo geógrafo de área das colônias agrícolas, os municípios que mais sofreram impactos da concentração fundiária foram: Dourados, Caarapó, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã e Jateí.

Os motivos que levaram muitos colonos a venderem suas terras é explicado por Tetila por meio de duas perspectivas. Primeira, a situação precária na qual viviam muitos dos trabalhadores rurais da antiga CAND; segundo, a política de modernização agrícola aplicado pela ditadura militar, no final da década de 1960 e ao longo da década de 1970. No que tange ao primeiro item, o geógrafo escreveu:

[...] o elevado contingente de pequenos produtores rurais estabelecidos nessa região, passou a defrontar-se com outros problemas, que foram sendo agravados ao longo do tempo. Safras quase inteiras apodrecidas no campo por falta de estradas para o escoamento, ou de silos para estocagem das colheitas; assistência médico-hospitalar quase inexistente (apesar da instalação, pela OMS – Organização Mundial de Saúde/ONU), no início dos anos sessenta, de um bem aparelhado hospital em Dourados, Hospital Regional, visando o atendimento à população rural, especialmente aos colonos da região. Mas, vítima de vergonhosos desfalques em seus equipamentos, seguidos de desmandos políticos, por cerca de quinze anos este hospital não atendeu ninguém; assistência técnica à agricultura efêmera [...] ensino escolar, para os filhos dos colonos, extremamente precário, não indo além das primeiras séries do primeiro grau (Tetila *et al.*, 1986, p. 37).

Quando se verifica algumas das atas do Legislativo fatimassulense, por exemplo, fica evidente as dificuldades da saúde pública neste município. A Ata do dia 9 de setembro de 1970 apresenta, entre outras coisas, o pedido de uma ambulância para o Ministério da Saúde, além de vários pedidos de ajuda financeira à Prefeitura por parte dos vereadores à cidadãos e cidadãs para tratamento de saúde.

Em relação ao ensino público, Rafael Ramos da Silva (2021) traz a informação de que em 1970 havia 40 escolas rurais, onde boa parte funcionava no sistema multisseriado, com turmas de crianças em idades e séries diferentes. Fora isso haviam as dificuldades pelas quais os estudantes passavam para, por exemplo, chegar à escola atravessando trieiros no meio do mato. Somam-se a isso também a situação do professorado, conforme foi constatado em algumas atas da Câmara de Vereadores, alguns profissionais chegavam a ficar um ano sem receber seus salários.

Em outra parte, Tetila continua: “frente à situação de abandono a que foram sendo submetidos, grande parte desses pequenos proprietários rurais buscaram, como era de se esperar, a venda de suas propriedades” (Idem, 1986, p. 37).

O entrevistado Expedito Martins de Moura revelou que muitas vezes foi procurado para vender sua terra, e que sempre se recusou prontamente. Ao ser indagado sobre o valor que seus vizinhos venderam seus lotes ele afirmou que teria sido “quase dado, né?” Indagado sobre o motivo da venda das terras, a resposta foi a seguinte: “rapaz, dinheiro é coisa boa! Dinheiro é coisa boa, muito cara põe o que tem, joga fora por causa disso aqui (gesticulando com as mãos em alusão ao dinheiro). Ilusão. Dinheiro é ilusão” (Entrevista de Expedito de Moura. Vicentina. 6 de julho de 2024 – grifos nossos).

Na fotografia abaixo, temos uma reunião de Produtores rurais de Fátima do Sul, pousando para foto, exibindo o maquinário Agrícola.

Fotografia 31: Agricultores posam para foto com maquinário agrícola



Fonte: Museu virtual Massuo Yasunaka

3.6 A chegada dos gaúchos ao então sul de Mato Grosso

A respeito da migração dos gaúchos para Mato Grosso do Sul, destaca-se o livro escrito pelo então senador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (MDB), intitulado “A diáspora do povo gaúcho” (2009). Embora não se trate de uma obra historiográfica estrita e possua um claro viés político de exaltação regionalista, o autor apresenta dados que evidenciam a importância do Rio Grande do Sul na expansão da fronteira agrícola nacional.

Simon explica que, há décadas, o povo sul-riograndense abandona sua terra natal em busca de melhores condições de vida em outras regiões do Brasil ou mesmo em países vizinhos, como Uruguai e Paraguai. Segundo o autor, o principal motivo dessa migração seria o fracionamento das propriedades rurais devido às divisões hereditárias entre filhos, que tornavam inviável o sustento familiar em áreas cada vez menores.

O livro também apresenta algumas fontes, entre elas discursos proferidos por Pedro Simon, quando era deputado estadual no Rio Grande do Sul, em 1970. No primeiro discurso anexado à obra, ele aborda a questão da saída dos gaúchos:

[...] Mas famílias numerosas, de pais para filhos, dividiram as propriedades a tal ponto que se verifica que há hoje propriedades de 5, 10, 12 hectares, onde existem famílias realmente numerosas que não podem produzir para todos. Então se verifica o que aconteceu no Rio Grande: de um lado, zonas de minifúndio, de pequenas propriedades onde as famílias que vão se formando e desejam progredir saem do Rio Grande e vão produzir uma nova civilização em Santa Catarina, Paraná, e agora, no Sul de Mato Grosso e até no Paraguai (Simon, 2009, p. 180).

É importante fazer algumas considerações em relação a esse discurso, sobretudo quanto à ideia de que os gaúchos estariam formando uma “nova civilização” nos locais para onde migravam. Tal enunciado possui uma carga simbólica que pode ser interpretada como etnocêntrica, ao sugerir uma superioridade cultural ou moral dos migrantes sulistas em relação às populações locais ou de outras regiões do país.

Essa narrativa reforça um imaginário de distinção e excelência atribuído ao povo gaúcho, frequentemente associado a qualidades como o trabalho árduo e a ordem, o que ainda hoje aparece em discursos de senso comum.

No entanto, é fundamental ter cautela ao reproduzir ou aceitar essas construções retóricas, pois elas tendem a invisibilizar a diversidade de experiências e as contribuições de outros grupos sociais. Brasileiros oriundos de diferentes regiões, como os nordestinos, tiveram papel crucial no desenvolvimento de importantes centros urbanos e econômicos, tais como Brasília e São Paulo.

Dessa forma, narrativas que exaltam um grupo em detrimento de outros não consideram a complexidade do processo de formação nacional e podem colaborar para a perpetuação de estigmas e desigualdades regionais. Outra explicação importante para a atração dos gaúchos para o então Sul de Mato Grosso, conforme relatado por Pedro Simon, está relacionada ao valor das terras:

Na década de 70, uma nova leva de migrantes gaúchos estabeleceu-se em Mato Grosso do Sul (sic), seguindo padrões de colonização diferentes da primeira. Em vez de pecuária, o que atraía o sul-rio-grandense era a possibilidade de cultivo mecanizado da soja na região centro-sul do Estado. Como as terras ainda eram baratas, os colonos vendiam suas terras no Rio Grande do Sul e podiam lá comprar extensões maiores. A segunda maior cidade do estado, Dourados, já

nos anos 60, sofreu um acelerado aumento populacional graças à migração que tinha os gaúchos como maioria. Mas, havia também muitos catarinenses e paranaenses, por sua vez descendentes dos gaúchos. Os sul-rio-grandenses introduziram uma cultura agrícola que obteve sucesso imediato porque deram tratamento adequado ao solo (Simon, 2009, p. 26).

Na região Sul do país há um dito popular muito utilizado por produtores rurais e pecuaristas que diz: “o que o verão dá, o inverno toma”. Essa expressão reflete o impacto negativo dos rigorosos invernos sobre a produção agrícola, causando prejuízos econômicos. Aliado a isso, o elevado valor das terras na região tornou a manutenção das propriedades menos atrativa, motivando os agricultores a buscar novas oportunidades em regiões com clima mais favorável e terras mais acessíveis, como o centro-sul de Mato Grosso do Sul.

A imagem abaixo ilustra uma fotografia disponível na página do Facebook referente às memórias de Fátima do Sul. Nela aparecem os irmãos Hermindo de David (com uma câmera fotográfica no braço) e Almiro de David (de pé junto a um avião), juntamente com o fotógrafo Masuo Yasunaka. Os irmãos David, oriundos do Rio Grande do Sul, foram um dos primeiros agricultores sulistas a se estabelecerem na região, conforme mencionado anteriormente.

Fotografia 32: Irmãos Almiro e Hermindo de David



Fonte: Facebook

3.7 A ditadura e os programas de desenvolvimento regional no sul de Mato Grosso

Por outro lado, a região da Grande Dourados a partir da década de 1970 foi beneficiada por um programa da ditadura militar que implantou, conforme pesquisou Juliana Pereira dos Santos (2013), os programas de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) e de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), devido à importância agrícola do então sul de Mato Grosso.

Conforme a referida pesquisadora, isso fazia parte dos objetivos do ministro Golbery do Couto e Silva, um dos intelectuais da ditadura, membro da Escola Superior de Guerra (ESG) que defendia a ocupação dos “espaços vazios” no Centro-Oeste brasileiro. Foi assim que nasceu a SUDECO, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, no ano de 1967.

Entre os objetivos da SUDECO figuravam:

[...] e) fixação da população regional; f) estudo e adoção de política imigratória para a região; g) incentivo à agricultura, à pecuária e à piscicultura; [...] i) aplicação de recursos federais da administração centralizada e das contribuições do setor privado e fontes externas (Pereira, 2013, p. 74).

Foi a partir desta superintendência que surgiram os programas na década de 1970 implantados na região. Sem dúvidas, o financiamento público contribuiu de sobremaneira com a entrada dos agricultores vindos principalmente da região Sul do Brasil e que deram início à formação das grandes propriedades rurais.

Por meio desses programas surgiu primeiro o PRODOESTE, no ano de 1971, para atender as regiões sul de Mato Grosso (atual sul de Mato Grosso do Sul), Goiás e Distrito Federal, com vistas a realizar obras estruturais para viabilizar o desenvolvimento econômico. Conforme ditava o artigo 2 do Decreto que criou o programa, tinha-se como foco:

O PRODOESTE objetivará a construção imediata de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjurada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de recursos de água e recuperação de terras (Pereira, 2013, p. 75).

Na primeira fase de aplicação do programa foram investidos 650 milhões de cruzeiros, entre os anos de 1972 e 1974. Para a região de Fátima do Sul, além dos investimentos em silos, reitera-se que a obra que mais beneficiou o município, foi a que deu início a pavimentação da BR-376, ligando Dourados à cidade de Paranavaí, no Paraná, facilitando o escoamento da safra.

Além das questões de infraestrutura, os programas voltados para o Centro-Oeste brasileiro também envolveram a área social, através da portaria 112, de 22 de outubro de 1970, que criou o Plano Experimental de Desenvolvimento Social e Comunitário para a Região Centro-Oeste (PLADESCO), cujo objetivo era preparar os habitantes dessas terras brasileiras “para as tarefas propostas pelo desenvolvimento regional” (Pereira, 2013, p. 79), com foco principal na população de baixa renda. Juntamente com essas ações vinham cursos de capacitação profissional, como educação para o lar.

Tudo isso foi aplicado por meio de parcerias entre a SUDECO e entidades como: “a prefeitura de cada município, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial (SENAC), a Caixa Econômica Federal [...]” (Pereira, 2013, p. 80).

No entanto, conforme relatado por Juliana dos Santos Pereira, as análises realizadas pelo programa anteriormente mencionado possibilitaram, em 1976, a implantação de outro importante projeto governamental voltado para a região que abrangia Fátima do Sul: o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN).

3.8 Um programa para a região de Dourados: PRODEGRAN

Foi a partir de meados da década de 1970 que a denominação “Grande Dourados” ganhou força e passou a designar, como escreveu Juliana Pereira, os municípios de Dourados e aqueles que abarcavam o extremo sul do velho Mato Grosso. Era essa porção territorial que se beneficiaria do PRODEGRAN nos anos de 1976, 1977 e 1978. A historiadora também explica o que levou o governo a executar esse programa:

A crise econômica mundial do início dos anos de 1973, conhecida como Crise do Petróleo, fez seus efeitos surtirem em vários setores econômicos brasileiros. O Brasil vivera naqueles anos o período do “milagre econômico”, que mostrou sua verdadeira face quando a crise atingiu o país. Era necessário então investir na agricultura, já que a mesma não mostrava ter se abalado diante da situação. Além disso, a agricultura traria recursos, devido a exportação de gêneros, que proporcionaria investimentos na industrialização brasileira. [...] o governo incentivou a exportação, sendo necessário então aumentar a produção nacional de produtos primários, principalmente de culturas comerciais e minérios [...] (Pereira, 2013, p. 83-84).

Dessa forma, pode-se compreender que os programas de desenvolvimento tinham a ver com a resolução de problemas econômicos do Brasil, atraindo o capital estrangeiro para a nação em forma de exportações de gêneros agrícolas.

O programa para a Grande Dourados parece ter sido de maior importância para a região, visto que o presidente da República da época, general Ernesto Geisel, esteve na cidade de Dourados no dia 9 de abril de 1976 para fazer o lançamento do mesmo. Como registrou Juliana Pereira (2013):

Agradeço a acolhida que me fazem, inclusive vencendo as intempéries da chuva que se manifesta desde ontem aqui. Vim a Dourados com a intenção de lançar aqui este programa de desenvolvimento. Podia tê-lo feito no próprio Palácio do Planalto, em Brasília, mas achei, pela sua

importância, pelo objetivo que se tem em vista com esse programa, era preferível fazê-lo na presença de vocês (Pereira, 2013, p. 86).

Para que o programa pudesse sair do papel outros órgãos governamentais foram fundamentais, como as Centrais Elétricas Mato Grossense (CEMAT), a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA), a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), entre outros. Cabia a eles executar as obras com recursos da União, além de recursos que eram utilizados do governo de Mato Grosso e dos governos municipais.

No entanto, nem sempre as previsões do programa eram concretizadas, como no caso do início da implantação do mesmo, já que só iniciou no final de 1976. Dentre vários objetivos, um deles era o de aumentar a produção agrícola da região e, conseqüentemente, do país. Portanto, a atuação do PRODEGRAN era tanto na zona urbana, via distribuição de energia elétrica, quanto na zona rural, através de atividades de combate à erosão do solo, construção de rede de energia e silos.

No tocante aos valores dos recursos financeiros investidos, cerca de 472 milhões de cruzeiros, o programa teve redução e não foi aplicado o que estava previsto, como no caso da construção de estradas. Em outras partes da região da Grande Dourados estradas tiveram maior parte do trecho previsto abertas, como entre Dourados e Itahum. As linhas de transmissão de energia que nas previsões chegariam a 1500 quilômetros ficaram em apenas 402. A historiadora aqui citada relata também que dos valores orçados no programa de desenvolvimento, apenas 60% foram disponibilizados.

As justificativas do governo para a não execução completa do programa era devido aos seguintes motivos:

Dilatado prazo de entrega de materiais e/ou equipamentos em virtude do mercado de material elétrico atravessar no momento, dificuldades com demanda superior à oferta; dificuldade do Estado em cumprir obrigação financeira, estabelecida em convênio e relativa à sua contrapartida; atraso na liberação de recursos ao nível estadual (PRODEGRAN – Primeiro Semestre de 1977, p. 12-13 in: Pereira, 2013, p. 92).

Pode-se dizer que mesmo com algumas defasagens no PRODEGRAN, este foi de fundamental importância para os produtores rurais dessa região. Uma das soluções oferecidas pelo modelo de desenvolvimento previsto no programa foi a construção de silos, visto que quase não existiam, pois nas décadas de 1940 a 1960 esse tipo de

construção não se fazia necessário, dado que a maior parte da produção agrícola era destinada à subsistência e apenas uma pequena parcela seguia para exportação⁴⁰.

Os investimentos feitos pelo governo federal foram motivo de pronunciamento feito pelo vereador da Câmara de Fátima do Sul, Sebastião Dusso Braga (ARENA), e levaram o Legislativo municipal a aprovar um título de cidadão fatimassulense ao presidente Ernesto Geisel, conforme consta em ata daquele poder de 15 de outubro de 1975.

É preciso destacar que as Atas encontradas na Câmara Municipal de Fátima do Sul não trazem os discursos feitos pelos parlamentares, apenas a relação das solicitações feitas durante os trabalhos nas sessões. Observou-se que somente em casos de novas leis as atas discorrem na íntegra os artigos e parágrafos.

Na ata de 26 de maio de 1976 fica comprovado que o PRODEGRAN faria serviços no município de Fátima do Sul, entre outras coisas, pois os vereadores teriam que aprovar o plano de eletrificação rural dos distritos de São José, Vila Rica, Culturama e Novo Planalto. Na ocasião da visita do general Ernesto Geisel, o prefeito de Fátima do Sul, Sócrates da Câmara (ARENA), fez-lhe uma visita pessoal como forma de agradecimento pelos investimentos federais.

⁴⁰ Segundo a FAO (sigla para Organização da Nações Unidas para agricultura e alimentação) na década de 1960 o Brasil exportava pouco mais de três milhões de toneladas de alimentos e ocupava o 11º lugar no ranking de exportação mundial. Já no final da década de 1980, a produção destinada à exportação havia dobrado para 7,7 milhões de toneladas, porém caímos duas posições no ranking mundial. A título de curiosidade, fechamos 2023 em primeiro lugar, com quase 180 milhões de toneladas exportadas, quase 30 milhões à frente do segundo colocado, os Estados Unidos da América.

Fotografia 33: Prefeito Sócrates Câmara e Presidente Ernesto Geisel (terno escuro)



Fonte: Jornal Fátima do Sul 21 anos de progresso e desenvolvimento. Jul. 1975. Altônia (PR), p. 2.

3.9 As contradições do desenvolvimento: o êxodo rural na região de Fátima do Sul a partir da década de 1970

O jornal de edição comemorativa dos 21 anos de emancipação política de Fátima do Sul, intitulado *Fátima do Sul 21 anos de progresso e desenvolvimento*, de 1975, traz em uma de suas páginas um dado a respeito da produção agrícola do ano de 1974, onde se observa a seguinte estatística rural disponibilizado pelo Sindicato Rural do município:

Quadro 4: Produção agrícola do ano de 1974

Cultura	Hectares cultivados	Produção	Industrialização
Soja	2.500	3.000	3.000
Arroz	4.000	7.200	3.600
Feijão	1.000	720	-----
Milho	8.000	9.600	1.920
Algodão	14.000	21.000	21.000
Amendoim	4.000	8.000	7.600
Café	4.500	540	540

Fonte: Estatística rural. Fátima do Sul 21 anos de progresso e desenvolvimento. Jul. 1975. Altônia (PR), p. 12.

Conforme o jornal, o município de Fátima do Sul possuía uma área de 615 km quadrados (é preciso ressaltar que naquela época a área englobava o atual município de Vicentina, que era distrito). Os dados foram reproduzidos na íntegra como consta na página do periódico.

Observamos que na reprodução dos dados não há uma ordenação a partir das culturas agrícolas com maior volume, mas sim, uma descrição sem ordem. Apesar do algodão ainda ocupar o primeiro lugar na produção municipal, a tabela traz em seu topo a soja, talvez, refletindo a importância que esta vinha ganhando no cenário nacional.

Para o historiador Rafael Ramos da Silva, as transformações ocorridas no campo nas décadas de 1970 e 1980 trouxeram impactos sociais para a região:

Enquanto o crescimento da produção agrícola no Brasil se dava, até a década de 1950, pela expansão da área cultivada, a partir dos anos de 1960, o uso de máquinas, adubos e defensivos químicos veio se somar ao aumento da produtividade agrária. A modernização agrícola se concentrou nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e na monocultura de produtos exportáveis, como soja e cana-de-açúcar. Além disso, apesar de serem grandes os impactos ambientais advindos dessa modernização, o caráter mais doloroso de tal transformação diz respeito aos impactos sociais no campo. Dessa forma, a modernização da agricultura, juntamente com a introdução da soja, foram fatores que contribuíram para o processo do êxodo rural (Silva, 2021, p. 37).

Ainda conforme Rafael, o campo sofreu grande modernização por meio da substituição da força de trabalho “de milhares de pessoas por máquinas e outras tecnologias, sob o discurso do progresso e da construção de um futuro próspero” (Silva, 2021, p. 38). O autor também traz em seu texto alguns dados do Censo Demográfico de

1970, 1980 e 1991. Através deles apresenta que entre as décadas de 1970 e 1990 a população rural de Fátima do Sul caiu de 31.692 habitantes para 8.846 pessoas.

Contudo, aqui cabe uma observação: até o final da década de 1980 o território do atual município de Vicentina (Vila Vicentina, Potreirito, São José, Vila Rica e Três Irmãs) fazia parte de Fátima do Sul e é interessante notar que nessa antiga área do distrito a zona rural perdeu quase 26 mil habitantes, enquanto a zona rural do que hoje é o território fatimassulense (juntamente com o distrito de Culturama), em 1991, tinha 5.782 habitantes.

O êxodo rural, assim, segundo este pesquisador, foi significativo, pois a população urbana passou de pouco mais de 9 mil pessoas, na década de 1970, para 20.567, no início dos anos de 1990. Contudo, outra boa parte dos moradores de Fátima do Sul deixaram as áreas rurais e partiram para outros municípios e estados, como relatou a Rafael Ramos a escritora Claudia Capilé: “muita gente que morava no sítio foi para cidade, mas a cidade não tinha emprego, não tinha estrutura. Aí os filhos iam morar fora, para estudar, trabalhar e ficavam por lá [...]” (Silva, 2021, p. 45).

José de Souza, outro morador de Fátima do Sul, ao conceder entrevista a Rafael Ramos tratou da saída para outros estados devido, principalmente à facilidade para se adquirir terra: “[...] as terras nos estados de Mato Grosso e Rondônia eram mais baratas que em Mato Grosso do Sul. Assim, um lote de terra aqui dava para comprar dois ou três no nortão” (Silva, 2021, p. 45).

As contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento rural adotado a partir da década de 1970, como se observou na região de Fátima do Sul, revelam que o chamado “progresso” teve efeitos ambíguos sobre a população local. A expansão da fronteira agrícola, impulsionada por programas estatais como o Prodegran e pelo avanço da modernização agrícola, resultou, por um lado, no aumento da produtividade e na intensificação do cultivo de culturas como a soja e o algodão.

Por outro lado, essa modernização provocou um acelerado êxodo rural, desestruturando comunidades, eliminando postos de trabalho e intensificando desigualdades sociais.

A substituição da mão de obra humana por máquinas, a concentração fundiária e a migração de famílias para áreas urbanas ou outras regiões do país evidenciam que o desenvolvimento econômico não foi acompanhado de uma estrutura social capaz de absorver os impactos gerados. Os relatos orais e os dados estatísticos analisados

demonstram como essa ruptura afetou a organização social de Fátima do Sul, provocando deslocamentos e redefinindo trajetórias familiares.

Dessa forma, ao encerrar este capítulo, compreende-se que a modernização do campo sul-mato-grossense não pode ser analisada apenas por seus resultados quantitativos ou produtivistas, mas também pelos efeitos humanos, sociais e simbólicos que deixou em seu rastro. Essa abordagem é fundamental para se pensar criticamente os significados do desenvolvimento e suas implicações para a construção da memória e da identidade da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, intitulada “A Marcha para o Progresso: Análise Sócio-Histórica do Processo de Colonização de Fátima do Sul (1950 a 1970)”, teve como objetivo central compreender as complexas dinâmicas de formação e transformação da região onde hoje se localiza o município de Fátima do Sul, no Mato Grosso do Sul. Ao longo deste estudo, buscou-se analisar o processo de colonização e desenvolvimento da área a partir da perspectiva dos sujeitos que vivenciaram e construíram essa história, utilizando-se de uma abordagem metodológica que privilegiou o diálogo entre a História Oral, documentos oficiais e um rico acervo fotográfico.

Percorrendo o período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970, a pesquisa evidenciou que a colonização de Fátima do Sul, inserida no contexto da “Marcha para o Oeste” e da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), foi um processo multifacetado e repleto de nuances. Longe da retórica oficial de “espaços vazios”, a região já era habitada por uma diversidade de grupos, incluindo indígenas e trabalhadores da erva-mate, cujas existências foram profundamente impactadas pela chegada dos colonos.

A dissertação demonstrou como a ideologia do progresso, atrelada à visão desenvolvimentista do Estado Novo, moldou as políticas de ocupação e as relações sociais, muitas vezes silenciando ou marginalizando as vozes e as experiências daqueles que não se encaixavam no ideal de “civilização” e “nacionalidade” propagado.

O estudo aprofundou-se na trajetória do desenvolvimento de Fátima do Sul, desde a “invasão da segunda zona” da CAND e a formação de Vila Brasil, até sua emancipação em 1963. Foram analisadas as dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, suas estratégias de colaboração e sociabilidade, e a complexa dinâmica social que emergiu nesse novo assentamento.

A atuação da Igreja Católica, em particular, foi destacada como um agente significativo na organização social e na mediação de conflitos, exercendo influência sobre a vida dos colonos e as relações de poder na comunidade, em que alguns padres conseguiam trazer mudanças para a sociedade que se formava, inclusive para a educação das crianças, filhos dos colonos, os quais tinham como referência para os estudos, inicialmente, os espaços paroquiais pertencentes à igreja.

A pesquisa também abordou as transformações econômicas e sociais que ocorreram na década de 1970, com a intensificação da modernização agrícola. A introdução de maquinário e a consequente redução da mão de obra no campo desencadearam um novo êxodo populacional, reconfigurando as relações de trabalho e a própria paisagem rural, e levando muitos colonos e trabalhadores rurais a buscar novas oportunidades em centros urbanos ou outras fronteiras agrícolas.

Em síntese, esta dissertação contribui para um entendimento mais aprofundado da história de Fátima do Sul, ao desconstruir narrativas simplistas e ao dar voz aos sujeitos históricos que, com suas lutas, esperanças e desafios, construíram a identidade e o território da região. A análise das memórias, dos documentos e das imagens permitiu não apenas reconstituir os eventos, mas também problematizar os discursos e as ideologias que os permearam.

Assim também, ao trazer pontos significativos para a construção da memória da região pesquisada, com informações trazidas por ex-colonos e seus familiares nas entrevistas, fundamentou-se nesta pesquisa conexões de ideias e pensamentos que colaboraram para o desenvolvimento das discussões presentes nesta dissertação.

Fatos históricos relacionados à política, candidatos bem avaliados ou distanciados das aspirações profundas dos colonos, fatores relacionados aos tipos de alimentos colhidos, organizações familiares, são pontos que equilibram e somam para uma melhor construção dos discursos aqui trabalhados.

Assim, faz-se necessário jogar luz sobre o papel fundamental de povos diversos que vieram de diferentes pontos do Brasil a fim de construir novas histórias no Mato Grosso do Sul, em busca de casa própria, trabalho e terras para o plantio. Faz-se jus colocar em relevo os povos indígenas, que já viviam aqui antes da chegada dos colonos, visto que já tinham seu modo de vida e biodiversidade adequada antes da vinda de comitivas externas. A história começa por eles, os povos originários, depois iniciam novas contextualizações, com outras óticas sobre o bem viver.

Espera-se, para tanto, que este trabalho inspire novas pesquisas e fomenta uma reflexão contínua sobre a complexidade dos processos de colonização, desenvolvimento e construção da memória social em contextos de fronteira, enriquecendo o panorama historiográfico do Mato Grosso do Sul e do Brasil.

FONTES

Atas da Câmara Municipal de Fátima do Sul. 1966, 1967, 1968, 1970, 1975, 1976...

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste:** A influência da bandeira na formação social de política do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. v. 2.

Museu Histórico Masuo Yasunaka

Jornal O Progresso

Entrevistas

Expedito Martins de Moura. Entrevista 1. Produção: Leonardo de David Muhamed Zahra. Vicentina (MS), 6 de julho de 2024. 55 min. Recurso de gravação em vídeo.

Paulo Henrique de Oliveira. Entrevista 2. Produção: Leonardo de David Muhamed Zahra. Vicentina (MS), 6 de julho de 2024. 25 min. Recurso de gravação em vídeo.

Francisco Wilson Gonçalves. Entrevista 3. Produção: Leonardo de David Muhamed Zahra. Fátima do Sul (MS), 25 de abril de 2025. 2h 06 min. Recurso de gravação em vídeo.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**: a construção de um símbolo paulista. 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Acesso em: 18 jul. 2024.

ALBERTI, Verena. **Tradição oral e história oral**: proximidades e fronteiras. *História Oral*, 8(1), 2021. <https://doi.org/10.51880/ho.v8i1.113>

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALÉM, Fernando de Castro. **O jornal O Progresso e a dinâmica político eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2011.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1980.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: IPESP/Hucitec, 1995.

ANTÔNIO, Rogério Ribeiro. **Um plano privado de colonização dirigida**: A Someco S.A em terras do Ivinhema (1961-1974). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas (FCH). UFGD, Dourados, 2015.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **História de Dourados**: a gênese de sua fundação (1914-1943). Dourados: Grupo Literário Arandu, 2022.

ARAKAKI, Suzana. **Dourados**: memórias e representações de 1964. Dourados: Ed. UEMS, 2008.

AZEVEDO, José de. **Histórias que vivi**. Campo Grande: Associação de Novos Escritores de MS, 1994.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais** – uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-73.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a organização das colônias agrícolas nacionais**. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 fev. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3059.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. **LEI Nº 4.504, Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. (30 de novembro 1964). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. DECRETO Nº 59.428, **Decreta a colonização e outras formas de acesso a propriedade.** (27 de outubro de 1966). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59428-27-outubro-1966-400122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940. Dispõe sobre a instalação de colônias agrícolas nacionais.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 9 fev. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2009.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a organização das colônias agrícolas nacionais.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 fev. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3059.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASÍLIA. **Dados estatísticos:** eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. 1971. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/1fab9ae4-8c4c-480c-bcd0-ea65e9c417eb/download>. Acesso em: 15 set. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 11.

CAPILÉ, Claudia Coutinho. **História de Fátima do Sul.** Dourados: Graf. Caiuá, 1999.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. **As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Life Editora, 2016.

_____. **Política, história e alguns desabafos.** Dourados: Editora Seriema, 2013.

_____. **Uma história política de Mato Grosso do Sul (1977-2022).** Dourados: Editora Seriema, 2022.

CHAMORRO, Graciela. **Panambizinho:** lugar de cantos, danças, rezas e rituais kaioiwá. São Leopoldo: Editora Karywa, 2017.

CHOTIL, Mazé Torquato. **Minha aventura na colonização do oeste.** São Paulo: ADC Editora, 2014.

COMBÊS, Isabelle & CHAMORRO, Graciela (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul:** história, cultura e transformações sociais. Dourados: UFGD, 2018.

FÁTIMA do Sul: 21 anos de progresso e desenvolvimento. Edição comemorativa. Altônia – PR: Editora Folha da Região, jul. 1975.

FÁTIMA DO SUL. Museu de Fátima do Sul. Disponível em: <http://www.fatimadosul.ms.gov.br/fotos/museu-de-fatima-do-sulms>. Acesso em: jul. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História Oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, v. 3, p. 314-332, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf.

FERNANDES, José Antônio. **Erva-mate e frentes pioneiras**: dois mundos em um só espaço (1943-1970). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

FIGUEIREDO, Alvanir. O extremo sul de Mato Grosso. In: **Guia de Excursões**. Organizado pela AGB de Presidente Prudente/SP: Presidente Prudente. Julho, 1972.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: política e economia na fronteira pioneira do Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREITAS, Marcos Cezar de. BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria**: uma nova história. Tradução de Luiz A. de Araújo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl & HEREDIA, Beatriz Alasia. **Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil**. In: GODOI, Emília Pietrafesa de. *et al.*

GODOI, Emilia Pietrafesa de (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias (estratégias de reprodução social). v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GOULD, Stephen Jay. **A Vida Maravilhosa**: o enigma dos fósseis de Burgess e a natureza da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: reflexões sobre a historiografia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Em Marcha para o Oeste, o Brasil e a utopia da conquista dos sertões. In: **HISTÓRIA do Brasil Nação**: 1808-2010. Olhando para dentro (1930-1964). v. 4. Fundacion Mapfre: Objetiva, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2262>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INAGAKI, Edna Mitsue. **Dourados: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (1940-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, 2002.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Coleção Retratos do Brasil; v. 164.

LE GOFF, Jacques. **A memória e o acontecimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MENEZES, Ana Paula. **Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2012.

MOYA, Adnara Thaís Bordan Aranda. **Uns partiram, outros ficaram: análise sócio-histórica do processo de colonização de Vicentina no antigo sul de Mato Grosso (1954-1987)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2018.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2007.

NASCIMENTO, José Adauto do. **Fátima do Sul uma cidade que eu vi nascer**. Monografia (curso de Direito) – SOCIGRAN, Dourados, 1982.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização em Mato Grosso (1937-1960)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **Memórias de um tempo de esperança: colonização e trabalho no sul de Mato Grosso (1943-1950)**. Dourados: UFGD, 1999.

O TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. **Identidade** 85, 13 fev. 2013. Disponível em: <http://www.identidade85.com/2013/02/o-territorio-federal-de-ponta-pora.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PEREIRA, Geraldo Magela. **História das usinas hidrelétricas**. Brasília. UnB, 2015. Revista Brasileira de Geologia de Engenharia Ambiental (ABGE). P. 117-127. Disponível em: <https://www.abge.org.br/downloads/9%20-%20HIST%C3%93RIA%20DAS%20USINAS%20HIDREL%C3%89TRICAS.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

PEREIRA, Juliana dos Santos. **A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70**. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2013.

PONCIANO, Nilton Paulo. **Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul**. In: *Fronteiras: revista de História*. Campo Grande. v. 6, n. 12. Ed. UFMS, 2002,

p.131-153. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13465/6889>. Acesso em: 28 maio 2024.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Campo Grande: UFMS; Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira. (Org.) **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

RÉMOND, Renè. As eleições. In: RÉMOND, Renè (org.). **Por uma história política**. v. 2. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste: A influência da bandeira na formação social de política do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. v. 2.

RIBEIRO, Nathália Faria da Silva. Fundação de Culturama/MS: histórias e memórias de uma processualidade histórica (1960-1980). In: COELHO, Fabiano (Org.). **Práticas de pesquisa em movimento: experiências do bacharelado em História da UFGD**. v. 2. Curitiba: Appris Editora, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Lúcia de Moura. **“Sanear, educar, povoar”**: um estudo sobre o Território Federal de Ponta Porã (1943 - 1947). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. 135 f.

SILVA, Walter Guedes. **Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da "Cia Matte Larangeira" no período de 1883 a 1937**. Agrária (São Paulo. Online), [S. l.], n. 15, p. 102–125, 2011. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i15p102-125. Disponível em: <https://revistas.usp.br/agraria/article/view/79014>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, Rafael Ramos da. **Do campo para a cidade: a migração em Fátima do Sul de 1940 a 1991**. In: COELHO, Fabiano (org.). **Práticas de pesquisa em movimento: experiências do bacharelado em História da UFGD**. Vol. 2. Curitiba: Appris Editora, 2021.

SIMON, Pedro. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176699/livro043.pdf?sequence=7&isAllowed=y>. Acesso em: 17 nov. 2024.

TEIXEIRA, Ângela Maria Mascarenhas (et al.). Colônia Agrícola Nacional de Dourados: depoimentos da fundação do distrito de Vila Vargas e Vila São Pedro. In: AMARILHA, Carlos Magno Mieres; SERAFIM, Luciano; COELHO, Nicanor (Orgs.). **Patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul: identidades e memórias**. Dourados: Nicanor Coelho Editor, 2007.

TEIXEIRA, Clarissa Moreira. **Espaços colaterais: urbanização, migração e fronteira agrícola no Brasil Central**. São Paulo: Annablume, 2009.

TETILA, José Laerte Cecílio; MIYASHIRO, Ana Youko; COSTA, Euzanete Medeiros da. **O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem**. Campo Grande: UFMS, 1986. Separata da Revista Científica e Cultural. V. 1, n. 1, p. 31-53

VIDAL, Laurent; ABDALA JR., Benjamin. **Fotografia e memória: imagens do tempo e o tempo das imagens**. In: ABDALA JR., Benjamin; VIDAL, Laurent (org.). *Fotografia e memória*. São Paulo: Edusp, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, maio/jun/jul/ago, n. 14, 2000.

VIEIRA, Adriana Martins (et al.). Santuário Nossa Senhora dos Navegantes: patrimônio cultural de Fátima do Sul. In: AMARILHA, Carlos Magno Mieres; SERAFIM, Luciano; COELHO, Nicanor (Orgs.). **Patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul: identidades e memórias**. Dourados: Nicanor Coelho Editor, 2007.